



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

GABRIEL MORAES ARRUDA

DA IDEALIZAÇÃO À CONCRETIZAÇÃO:

A abordagem jornalística dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito
pelo Jornal do Tocantins (2002 - 2012)

Palmas - TO

2024

DA IDEALIZAÇÃO À CONCRETIZAÇÃO:

A abordagem jornalística dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito pelo Jornal do Tocantins (2002 - 2012)

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Palmas para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientador (a): Dr. Marco Túlio Pena Câmara

Palmas - TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M827d Moraes Arruda, Gabriel.

DA IDEALIZAÇÃO À CONCRETIZAÇÃO: A abordagem jornalística dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito pelo Jornal do Tocantins (2002 - 2012). / Gabriel Moraes Arruda. – Palmas, TO, 2024.

192 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Jornalismo, 2024.

Orientador: Marco Túlio Pena Câmara

1. Jornalismo Ambiental. 2. Usina Hidrelétrica de Estreito. 3. Impactos socioambientais. 4. Teoria do Enquadramento. I. Título

CDD 070

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GABRIEL MORAES ARRUDA

DA IDEALIZAÇÃO À CONCRETIZAÇÃO:

A abordagem jornalística dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito pelo Jornal do Tocantins (2002 - 2012)

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Universitário de Palmas, Curso de Jornalismo que avaliada e aprovada em sua versão final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 14 / 02 / 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Túlio Pena Câmara, Universidade Federal do Tocantins
Orientador

Profa. Dra. Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes, Universidade de Gurupi
Examinadora

Profa. Dra. Ana Daisy Araújo Zagallo, Universidade Federal do Tocantins
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Consigo facilmente lembrar de quem eu era antes desta pesquisa e de como estou agora, após concluir toda esta jornada. Nunca alguém chegou tão longe e permaneceu o mesmo. No entanto, esta trajetória não foi percorrida sozinha. Embora cada detalhe carregue os meus próprios méritos, como seria tudo isso sem o suporte que recebi ao longo do caminho? Não há hipóteses para essa pergunta. Por isso, abro espaço para agradecer.

Primeiramente, aos meus pais, Haiden Arruda Luz e Erismar Dias de Moraes, e à minha irmã, Mariana Moraes Arruda, que, a 460 km de distância, oraram por mim para que nada de ruim acontecesse. Em especial, ao meu pai, que perdeu muitas noites de sono, esperando que eu chegasse da faculdade e dissesse que já estava seguro em casa. Agradeço a Kezia, que tenho como uma segunda mãe.

Agradeço também ao meu tio, Jonio Arruda Luz, por ter me fornecido o pontapé inicial nesta caminhada. Jamais estaria onde estou hoje sem o seu apoio. Dividimos a vida desde que nasci, desbravando segredos que pairam sobre o chão de Babaçulândia e na fazenda Crimeia, sempre juntos na caminhonete pelo norte do Tocantins. Sou imensamente grato a cada membro da minha família, em especial às minhas primas Beatriz e Haiane, que, em um momento pessoal difícil, me deram o suporte necessário para seguir em frente. Agradeço também ao meu primo Sheldon, que, desde a minha aprovação no curso de Jornalismo, me ajudou em cada processo e em cada etapa para fazer as coisas acontecerem. É inimaginável estar onde estou hoje sem ele, que se tornou um grande exemplo para mim.

À minha avó Maria Luiza, com quem conversei muito sobre as dificuldades da vida, dedico minha gratidão. Pouco se fala sobre como é difícil mudar de uma cidade pequena para uma grande. A insegurança e o medo batem à porta todos os dias. A vontade de fazer as malas, pegar um ônibus e voltar para casa foi imensurável, mas a determinação em fazer tudo valer a pena foi ainda maior. Minha avó foi essencial nesse processo. Agradeço também ao meu tio Eliesio, uma grande inspiração para mim, pelo filho, esposo e homem que é.

Não posso deixar de agradecer ao meu primo Adolfo, a quem posso recorrer sempre, seja em momentos de conquistas ou de perdas. Nesta jornada, também sou grato ao Leonardo Moura, que, durante muitas noites, por meio de ligações no *WhatsApp*, a 460 km de distância, lá no pé da serra da Matança, em Babaçulândia, me ouviu sobre meus lamentos e os dilemas que eu enfrento.

Não posso esquecer dos meus amigos do grupo “Produtores da Beyoncé”, que surgiu de uma situação inusitada durante a pandemia e acabou por fortalecer os laços de amizade

que tenho por cada um: Marina, João Victor, Rafaela, Thays, João Guilherme, Ingrid, Suzana e Laiz. A vida não poderia ter colocado em meu caminho amigos mais incríveis. Que cada um de vocês conquiste tudo o que almeja, e eu espero poder testemunhar cada vitória.

Agradeço imensamente aos meus amigos da Assessoria de Comunicação do Departamento de Trânsito do Tocantins (Detran/TO), que tornaram este processo menos doloroso. Sou grato por fazer parte dessa equipe todos os dias.

Por fim, quero agradecer ao meu orientador, Marco Túlio. Hoje, vejo tudo por um espectro diferente, e isso só foi possível graças a ele. Este trabalho nasce de uma dívida eterna que terei com ele, por ter acreditado no meu trabalho e me dado força em momentos em que me sentia desgastado e com pouca fé na pesquisa. Mais uma vez, muito obrigado. Por tudo.

DEDICATÓRIA

Dedico este meu trabalho a todos aqueles que de alguma forma foram atingidos pela UHEE, em especial, aos moradores de Babaçulândia, com quem, muitos deles, tive o tempo da minha vida durante a década de 2000 e 2010 na antiga praia do coco, hoje debaixo das águas da barragem.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a construção narrativa dos impactos e desdobramentos socioambientais da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito) pelo *Jornal do Tocantins* (JTO) no período de 2002 a 2012. A UHE Estreito, localizada na divisa entre os estados do Tocantins e Maranhão, foi construída ao longo de uma década marcada por conflitos entre a empresa responsável, as comunidades afetadas e a justiça. A análise foi realizada a partir de um corpus de 62 reportagens publicadas no jornal, utilizando metodologias quantitativas e qualitativas, com base na Análise de Conteúdo e na Teoria do Enquadramento. A Análise de Conteúdo permitiu a categorização e sistematização das matérias, enquanto a Teoria do Enquadramento contribuiu para a compreensão de como os fatos foram narrados e quais perspectivas foram privilegiadas. Os resultados indicam que o JTO abordou a UHE Estreito predominantemente sob uma ótica econômica, destacando-a como símbolo de desenvolvimento e progresso regional. A cobertura jornalística foi marcada por uma narrativa pouco plural, com ênfase em factuais e fontes oficiais, como representantes do governo e da empresa responsável pelo empreendimento. As vozes das comunidades afetadas, como moradores de cidades inundadas e movimentos sociais, tiveram espaço limitado, geralmente restrito a protestos e bloqueios. Além disso, a abordagem jornalística não priorizou a contextualização dos fatos, como preconiza o Jornalismo Ambiental, que exige uma visão inter e multidisciplinar dos impactos socioambientais. A pesquisa sugere que a comunicação corporativa, camuflada pelo *greenwashing* e pelo marketing verde, influenciou a cobertura do JTO, limitando a pluralidade de vozes e a contextualização dos impactos socioambientais. A falta de uma abordagem mais crítica e aprofundada sobre os conflitos e riscos associados à construção da usina reflete uma tendência observada em outras coberturas jornalísticas sobre grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil. A análise também revelou que, embora o JTO tenha abordado os impactos ambientais e sociais da UHE Estreito, a narrativa predominante foi a de que os benefícios econômicos superaríamos os custos socioambientais.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental. Usina Hidrelétrica de Estreito. Impactos Socioambientais. Análise de Conteúdo. Teoria do Enquadramento.

ABSTRACT

This research aims to understand the narrative construction of the socio-environmental impacts and repercussions of the Estreito Hydroelectric Power Plant (UHE Estreito) by *Jornal do Tocantins* (JTO) from 2002 to 2012. Located on the border between the states of Tocantins and Maranhão, the UHE Estreito was built over a decade marked by conflicts between the responsible company, affected communities, and the judiciary. The analysis was conducted based on a corpus of 62 reports published in the newspaper, using quantitative and qualitative methodologies, supported by Content Analysis and Framing Theory. Content Analysis allowed for the categorization and systematization of the articles, while Framing Theory contributed to understanding how the facts were narrated and which perspectives were privileged. The results indicate that JTO predominantly approached UHE Estreito from an economic perspective, highlighting it as a symbol of regional development and progress. The journalistic coverage was marked by a less plural narrative, emphasizing factual information and official sources, such as government representatives and the company responsible for the project. The voices of affected communities, such as residents of flooded cities and social movements, had limited space, usually restricted to protests and blockades. Furthermore, the journalistic approach did not prioritize the contextualization of facts, as advocated by Environmental Journalism, which requires an inter and multidisciplinary view of socio-environmental impacts. The research suggests that corporate communication, disguised by *greenwashing* and green marketing, influenced JTO's coverage, limiting the plurality of voices and the contextualization of socio-environmental impacts. The lack of a more critical and in-depth approach to the conflicts and risks associated with the construction of the plant reflects a trend observed in other journalistic coverages of large hydroelectric projects in Brazil. The analysis also revealed that, although JTO addressed the environmental and social impacts of UHE Estreito, the predominant narrative was that the economic benefits would outweigh the socio-environmental costs.

Keywords: Environmental Journalism. Estreito Hydroelectric Power Plant. Socio-environmental Impacts. Content Analysis. Framing Theory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Imagem área do desastre ambiental causado pelo rompimento da barragem de Fundão da Mineradora Samarco	p. 40
Figura 2: Captura de tela do trecho da linha do tempo feita pelo Repórter Brasil (2008) p. 44	p. 44
Figura 3: Captura de tela do site do Consórcio Ceste Energisa com a linha do tempo	p. 44
Figura 4: Cadernos com as matérias/reportagens analisadas, ainda em meio físico	p. 45
Figura 5 Layout do site do Jornal do Tocantins	p. 82
Figura 6 Captura de tela do Google Maps da vista espacial da UHE Estreito, com a margem direita sendo o território do Maranhão e a margem esquerda território do Tocantins	p. 84
Figura 7 Mapa dos municípios em que o empreendimento impactou	p. 84
Figura 8 Linha do tempo da Construção da UHE Estreito com destaque para momentos importantes	p. 85
Figura 9 Fotos da Praia do Coco em Babaçulândia, hoje inundada pela água da barragem	p. 87
Figura 10 Reportagem do leilão em que o Consórcio Ceste arrematou a UHE Estreito ...p.	90
Figura 11 Matéria que trata de todo o repasse de capital resultante da construção da UHEE	p. 93
Figura 12 Matéria sobre o início das obras da UHEE, momento que marca o início de uma longa construção repleta de conflitos entre a justiça, o empreendimento e as comunidades afetadas	p. 96
Figura 13 Reportagem que trata da visita do Presidente Lula à UHEE que naquele momento estava em fase avançada de construção	p. 96
Figura 14 Reportagens sobre os conflitos entre o empreendimento e as pessoas que são afetadas pela UHEE	p. 100
Figura 15 Reportagem que aborda o protesto de moradores afetados pela UHEE, em Babaçulândia	p. 102
Figura 16 Editoria mais recorrente onde as matérias estavam localizadas	p. 105
Figura 17 Os ganchos narrativos das notícias publicadas pelo JTO sobre a UHEE	p. 106
Figura 18 Apontamento sobre a presença e a ausência de fonte nas notícias	p. 106
Figura 19 Natureza das fontes presentes nas reportagens e discriminação das fontes oficiais	p. 107
Figura 20 Examinação dos impactos mencionados nas matérias	p. 109
Figura 21 Identificação dos enquadramentos das notícias	p. 110
Figura 22 Resultado da coleta acerca da presença e ausência de imagens nas reportagens	p. 111

TABELAS

Tabela 1 Apontamentos deontológicos sobre a comunicação ambiental e o jornalismo ambiental	p. 27
Tabela 2 Composição da Análise de Conteúdo adotado nesta pesquisa	p. 59
Tabela 3 Categorias de enquadramento e suas proposições	p. 74
Tabela 4 Questionamentos que constituem cada categoria	p. 74
Tabela 5 Quadro de análise da Teoria do Enquadramento	p. 76
Tabela 6 Dados das áreas inundadas pela UHE Estreito por município	p. 86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC)

Usina Hidrelétrica (UHE)

Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE)

Jornal do Tocantins (JTO)

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

Minas Gerais (MG)

Tocantins (TO)

Maranhão (MA)

Análise de Conteúdo (AC)

Companhia Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC)

Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH)

Produto Interno Bruto (PIB)

SUMÁRIO

GABRIEL MORAES ARRUDA.....	1
Palmas - TO.....	1
2024.....	1
Palmas - TO.....	2
2024.....	2
INTRODUÇÃO.....	15
1. JORNALISMO ESPECIALIZADO E JORNALISMO AMBIENTAL.....	18
1.1 Jornalismo especializado: algumas considerações sobre a segmentação da informação jornalística.....	18
1.2 Jornalismo ambiental: conceituações e pilares da notícia em Meio Ambiente.....	23
1.3 Os aspectos da cobertura e do discurso jornalístico acerca dos acontecimentos ambientais.....	29
1.4 Imprensa brasileira e a crise energética dos anos 2000: um levantamento da cobertura jornalística sobre os impactos das UHEs no país.....	35
2. RESGATE TEÓRICO METODOLÓGICO: ANÁLISE DE CONTEÚDO E TEORIA DO ENQUADRAMENTO.....	41
2.1 Análise de conteúdo: conceitos e pressupostos deste campo metodológico.....	46
2.1.1 Análise de conteúdo: um breve percurso pela história.....	48
2.1.2 Formas de aplicação dos métodos de análise do conteúdo: procedimentos gerais e os de caráter da comunicação.....	51
2.1.3 Procedimentos metodológicos da análise de conteúdo no jornalismo.....	55
2.2 Enquadramento.....	59
2.2.1 Caminhos pela história: uma breve visita pela trajetória da Teoria do Enquadramento.....	61
2.2.2 Conceituações e pressupostos teóricos da Teoria do Enquadramento.....	64
2.2.3 A teoria do enquadramento no jornalismo e suas contribuições para os estudos desse campo comunicacional.....	66
2.2.4 Modalidades, formas de aplicação e métodos da Teoria do Enquadramento.....	69
3. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	73
4. JTO E UHEE: A ABORDAGEM JORNALÍSTICA DO IMPRESSO SOBRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO EMPREENDIMENTO.....	78
4.1 Jornal do Tocantins: do nascimento do impresso à migração para o ciberespaço.....	78
4.2 UHE Estreito: da idealização à concretização do empreendimento.....	83
4.3 O enquadramento dos riscos, conflitos e ações dos impactos socioambientais da UHE Estreito no JTO.....	89
4.3.1 O discurso jornalístico com viés econômico.....	90
4.3.2 Silenciamento dos riscos e conflitos e o tratamento factual da cobertura.....	94
4.3.3 A abordagem do JTO diante de contextos políticos e a construção de matérias declaratórias.....	97

4.3.4 A representação dos conflitos na figura dos afetados e movimentos sociais.....	100
5. RESULTADOS.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXOS.....	162

INTRODUÇÃO

Em 2023, durante o segundo semestre da faculdade, quando cursava o 6º período, esta pesquisa já possuía um corpus significativo como projeto preliminar. Ainda pouco aprofundado e sem clareza sobre o rumo a seguir, apresentei-o na disciplina de Metodologia do Trabalho Científico, ministrada pela professora doutora Maria José de Pinho, como parte das atividades da disciplina. Alguns meses depois, ao ingressar na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I), enfrentei a dúvida entre continuar com esta pesquisa ou dedicar-me a outro projeto, voltado à linha de Assessoria de Comunicação e Imprensa, no qual já vinha trabalhando. Decidi, então, engavetar o segundo projeto e concentrar todos os meus esforços nesta pesquisa, que contou com a orientação do professor doutor Sérgio Ricardo Soares Farias Silva, responsável pela disciplina de TCC I.

A pesquisa ganhou ainda mais força quando cursei a disciplina optativa de Jornalismo Ambiental no primeiro semestre de 2024, ministrada pelo professor doutorando Wherbert da Silva Araújo. Durante essa disciplina, tive a oportunidade de aprofundar meu entendimento sobre o tema, especialmente durante uma viagem a Canguçu, centro de pesquisas da Universidade Federal do Tocantins (UFT), localizado no sudoeste do Tocantins. No processo de construção do pré-projeto, a pesquisa foi moldada com o apoio do professor doutor Marco Túlio Pena Câmara, cuja dissertação de mestrado seguiu uma linha semelhante à deste trabalho. Ele tornou-se o orientador desta reflexão teórica.

“Da Idealização à Concretização: A abordagem jornalística dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito pelo Jornal do Tocantins (2002-2012)” é uma monografia que, no âmbito dos estudos do jornalismo (processos, produtos e recepção), volta-se à análise de matérias e reportagens sobre os acontecimentos e fatos decorrentes dos impactos socioambientais gerados pelo processo de construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE), conforme abordados pelo *Jornal do Tocantins* (JTO). O estudo abrange desde a idealização da usina, passando pelo licenciamento, até sua operacionalização. Este trabalho de reflexão teórica faz um resgate histórico dos conflitos e ações envolvidos na construção do empreendimento, analisando um período passado do jornalismo. Dentro das linhas de pesquisa que contemplam o jornalismo, este projeto transita pelos gêneros jornalísticos e jornalismo especializado, uma vez que as matérias e reportagens analisadas estão inseridas na segmentação da informação em Meio Ambiente.

A UHE Estreito está localizada no município de Estreito, no estado do Maranhão, na divisa com o Tocantins, aproveitando as águas do Rio Tocantins e abrangendo os municípios

de Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins (no Tocantins), além de Carolina e Estreito (no Maranhão). A idealização do empreendimento remonta ao final da década de 1990, quando foram realizados estudos e pesquisas na região para avaliar a viabilidade de construção de uma usina hidrelétrica. Contudo, os primeiros desdobramentos que ganharam notoriedade na imprensa ocorreram em julho de 2002, quando o consórcio Ceste Energia venceu o leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão responsável pela concessão de direitos para construção de usinas hidrelétricas no país, e recebeu autorização governamental para construir a UHE Estreito.

A partir desse momento, o processo de concretização da usina arrastou-se por anos, marcado por protestos das populações atingidas, conflitos judiciais, revogação de licenças, disputas entre municípios por ressarcimentos dos impactos causados pelo empreendimento, entre outros eventos. O escopo temporal desta análise abrange o período de julho de 2002 (quando a UHE foi leiloada) até novembro de 2012 (um mês após sua inauguração), justificado mais adiante no capítulo teórico-metodológico.

A escolha do *Jornal do Tocantins* (JTO) como objeto de estudo deve-se ao fato de ser um dos veículos mais antigos do estado, com cobertura voltada para temas regionais, nacionais e internacionais. O jornal, ao abordar esses âmbitos, promove reflexões e experiências relevantes ao público. Além disso, o JTO destacava-se por sua cobertura ambiental, o que o torna um objeto de análise imprescindível para esta pesquisa. Outro ponto crucial é o fato de o JTO ser um dos poucos jornais do Tocantins, durante a década de 2000 e o início da década de 2010, a cobrir os desdobramentos da construção da UHE Estreito com valores-notícia significativos.

Este trabalho visa compreender a construção narrativa do JTO acerca dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito no Tocantins. Para alcançar esse objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: (I) resgatar a cobertura impressa do JTO sobre o jornalismo ambiental relacionado à UHE Estreito, a partir do acervo do jornal. Esse objetivo foi alcançado em junho de 2024, durante a fase de elaboração do anteprojeto. Na época dos acontecimentos, o JTO era um veículo impresso, e nenhum de seus materiais havia sido digitalizado, estando disponíveis apenas em meio físico no acervo do jornal. Em seguida, (II) discutir os caminhos e características do jornalismo especializado, com ênfase no jornalismo ambiental, conforme abordado no Capítulo 1. Além disso, (III) debater os pressupostos teóricos da análise de conteúdo, com ênfase na teoria do enquadramento, nos Capítulos 2 e 3. Por fim, (IV) examinar o enquadramento da abordagem jornalística do JTO

sobre os conflitos, riscos e ações decorrentes dos impactos socioambientais da UHE Estreito no Tocantins, no Capítulo 4.

Metodologicamente, esta pesquisa adota uma abordagem quantitativa-qualitativa. Para compreender o enquadramento do JTO sobre os impactos socioambientais da UHE Estreito, a monografia baseia-se nos pressupostos teóricos da análise de conteúdo e na teoria do enquadramento. Por meio do estabelecimento de categorias e classificações, examina-se a construção narrativa do JTO sobre os acontecimentos relacionados à UHE Estreito. O trabalho sustenta-se teoricamente em aproximadamente 60 autores, desde Abiahy (2005) e Juski *et al.* (2020), no campo do jornalismo especializado, passando por Bueno (2015), Barbosa (2017), Mourão, Neuls e Ninni (2020), Câmara (2018) e Lestingue (2013), sobre jornalismo ambiental e suas especificidades (como a relação entre a segmentação ambiental e as UHEs), até contribuições de Rodrigues (2020), Herscovitz (2007), Mauro Porto (2004) e Vimieiro e Maia (2011), para fundamentar as postulações sobre análise de conteúdo e teoria do enquadramento.

A pesquisa guia-se pela pergunta: **“De que forma ocorreu o enquadramento dos riscos, conflitos e ações dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito pelo JTO?”**. Parte-se da hipótese de que a cobertura jornalística do JTO sobre os acontecimentos e desdobramentos envolvendo os impactos socioambientais da UHE Estreito foi marcada por um fazer jornalístico pouco plural, privilegiando fontes oficiais. Observa-se que, nas poucas vezes em que as pessoas afetadas pelo empreendimento tiveram espaço, o tema abordado limitava-se a bloqueios e protestos. Assim, entende-se que a abordagem jornalística não priorizou a contextualização dos fatos, como preconiza o Jornalismo Ambiental. Além disso, utilizou-se de termos ambientais sem adaptar a linguagem para o entendimento popular, o que poderia aproximar o leitor da temática e figurar como uma boa prática do jornalismo local.

Os estudos em Jornalismo Ambiental têm chamado a atenção de diversos pesquisadores, extrapolando o próprio jornalismo e culminando em debates e postulações em diferentes níveis. Atualmente, o tema encontra-se em discussão no campo acadêmico, onde se busca compreender as diferenciações e limites entre a comunicação ambiental (representada aqui pelas assessorias de comunicação corporativa) e o Jornalismo Ambiental propriamente dito. Ao examinar a abordagem jornalística do JTO sobre os impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito, este trabalho verifica também a comunicação corporativa, camuflada pelo *greenwashing* e marketing verde do grande empreendimento hidrelétrico, esteve presente no produto jornalístico.

Além de contribuir para a pesquisa científica, ao analisar o enquadramento da abordagem jornalística do JTO sobre as implicações sociais e ambientais da UHE Estreito no Tocantins, o autor acredita que este trabalho pode oferecer uma contribuição que vá além das postulações acadêmicas, fornecendo subsídios para uma nova postura por parte dos profissionais do jornalismo na cobertura de eventos ambientais. Ao entender como se deu o enquadramento dos riscos, conflitos e ações desencadeados pelo processo de construção, licenciamento e operação da UHE Estreito, esta pesquisa abre uma janela de oportunidade para que os jornalistas reavaliem o *modus operandi* da cobertura jornalística sobre usinas hidrelétricas.

Tal reavaliação não se limita aos jornalistas, mas estende-se a toda a sociedade. A opinião pública não é inerte quando se mede sua influência sobre as decisões governamentais, especialmente em temas ambientais e científicos, que promovem o bem-estar social. Isso nos coloca diante da responsabilidade de “investigar como a imprensa aborda assuntos como mudanças climáticas, crimes ambientais, impactos ambientais e sociais de obras de infraestrutura, os avanços da ciência e a necessidade de investimentos em inovação” (Batista, Fernando e Rodrigues, 2020, p. 7). A imprensa jornalística é a ponte entre as massas e as informações relevantes nesse campo. Assim, “quanto melhor for a qualidade das notícias, maior será a probabilidade de que a opinião pública participe dos debates de forma esclarecida” (2020, p. 7).

A UHE Estreito torna-se protagonista e objeto de análise nesta pesquisa porque o empreendimento impactou diretamente o município de Babaçulândia, no nordeste do Tocantins, local onde o pesquisador passou parte de sua infância. Realizar esta pesquisa não apenas se justifica, mas também se faz necessária, pois busca retribuir às populações dos municípios atingidos pela UHE Estreito no Tocantins, que, indiretamente, contribuíram para a permanência do pesquisador no ensino superior ao longo desses quatro anos.

1. JORNALISMO ESPECIALIZADO E JORNALISMO AMBIENTAL

1.1 Jornalismo especializado: algumas considerações sobre a segmentação da informação jornalística

O jornalismo tem se moldado ao longo do tempo, enfrentando desafios e adaptando-se, seja de maneira negativa ou positiva, às tendências e aos fenômenos que permeiam o registro e a construção da história. Há algumas décadas, a exemplo da imprensa diária portuguesa, o fazer jornalístico que predominava no Brasil seguia um modelo descritivo e generalista. Nesse modelo, os acontecimentos e fatos transformados em notícias recebiam um tratamento, por parte dos profissionais jornalistas, essencialmente voltado à descrição, sem maior aprofundamento, permanecendo na superficialidade (Sousa, 2005, p. 16). À medida que o tempo avançou, essa área da comunicação e os profissionais que a compõem aprimoraram-se vertiginosamente na “arte de contar histórias” e informar.

Hoje, o modelo vigente na imprensa diária de referência é o jornalismo segmentado ou especializado, no qual os profissionais da área se especializam em temas variados, como política, economia, cultura, meio ambiente, educação, entre outros. Esse processo de segmentação da informação resultou no aprimoramento das técnicas do fazer jornalístico, à medida que os jornalistas passaram a adotar uma abordagem mais profunda, indo além da mera descrição dos fatos, para incluir análises e interpretações da realidade e do que a cerca (Sousa, 2005, p. 16).

Ao discutirmos o jornalismo especializado, é necessário considerar o que esse binômio representa e como o entendemos. Embora alguns possam considerar essa discussão desnecessária, Tavares(2007) ressalta que, ao destacar a segmentação jornalística, é relevante buscar um consenso sobre suas manifestações empíricas. Isso porque ela se apresenta em pelo menos três formas, cada uma delas materializando um corpo distinto, o que exige “investigações e normatizações singulares” e amplia “a dificuldade para se pensar, epistemologicamente, o cenário mais amplo da especialização no jornalismo” (2007, p. 115).

No primeiro caso, a especialização está ligada ao meio de comunicação em que o jornalismo se apoia, como jornalismo televisivo, radiofônico ou ciberjornalismo. O segundo caso, e o mais comum, refere-se à intersecção do campo comunicacional com temáticas ou assuntos específicos, como jornalismo cultural, jornalismo político, entre outros. O terceiro

caso combina meio e temática, como no jornalismo ambiental impresso, jornalismo televisivo político e webjornalismo cultural (Tavares, 2007, p. 115). Nesta pesquisa, adotamos o segundo entendimento, uma vez que focaremos na cobertura jornalística da UHE Estreito pelo *Jornal do Tocantins* (JTO), sem nos aprofundar em aspectos teóricos sobre o jornalismo impresso, dedicando-nos exclusivamente a reflexões sobre o *modus operandi* do jornalismo segmentado no meio ambiente.

Embora a cobertura jornalística de acontecimentos ligados a temas ou áreas específicas não seja um fenômeno exclusivamente contemporâneo, como já mencionado, esse campo atingiu sua maturidade de forma efetiva a partir da segunda metade do século passado, quando o fenômeno ganhou forma e consistência (Bueno, 2015, p. 281). Essa efetividade do jornalismo especializado representou a consolidação do processo de segmentação midiática de maneira acelerada, abordando conteúdos e audiências guiados “pela produção e circulação de discursos intrinsecamente associados a jargões, termos técnico-científicos, neologismos e conceitos compartilhados pelos diversos campos de conhecimento” (Bueno, 2015, p. 281).

A práxis da segmentação da informação ganha força em sua emergência diante da negligência da imprensa diária em relação a temas e assuntos de áreas específicas. Assim, em contraste com esse cenário recorrente, a especialização dos conteúdos jornalísticos ocorre pela importância de aprofundar conhecimentos associados a áreas distintas, levando ao público matérias e reportagens de maneira mais satisfatória (Juski *et al.*, 2020, p. 14), em oposição à superficialidade do factual do “jornalismo de informação diária”:

Diferentemente da cobertura de caráter geral, que não se vincula a uma temática específica e se manifesta a partir de um discurso despojado de termos e expressões técnicos ou científicos, ele pressupõe uma área de cobertura circunscrita a uma temática, um discurso especializado, fontes qualificadas (especialistas em determinado campo do conhecimento) e um nível de capacitação diferenciada dos profissionais (jornalistas ou não) que o produzem. (Bueno, 2015, p. 283-284)

Abiahy (2005) destaca que o processo de construção e consolidação do jornalismo especializado ocorre em decorrência da lógica econômica vigente, que divide o mercado de forma estratégica, alcançando nichos unidos por temas ou assuntos específicos, independentemente do espaço que ocupam, mas que estão dissociados entre si. Além de ser um mecanismo utilizado pelos conglomerados midiáticos para captar lucros de maneira eficaz, a especialização do fazer jornalístico é uma resposta a uma demanda por informações direcionadas, que caracteriza a formação de audiências específicas. Essas audiências “agora encontram publicações ou programas segmentados com os quais possam se identificar mais facilmente”, seja pela linguagem ou pela temática que reflete seus interesses (Abiahy, 2005,

p. 5). Segundo Juski *et al.* (2020), isso se torna ainda mais evidente na era do ciberespaço e das redes sociais:

No ciberespaço, é possível observar a reunião de internautas em torno de temas específicos e as hashtags (#) interligando internautas que estão se expressando sobre um mesmo assunto. Nas redes sociais, as comunidades virtuais apresentam conteúdos específicos sobre saúde, artes, empregabilidade, modalidades esportivas, meio ambiente, entre outros. Os participantes dessas comunidades se apresentam como especialistas sobre os temas que despertam seu interesse, portanto, os conteúdos veiculados nas redes são cada vez mais especializados e requerem habilidades interpretativas do emissor e do receptor das textualidades. (JUSKI *et al.*, 2020, p. 14-15)

Abiahy (2005) aprofunda essa questão ao postular que, no cenário contemporâneo, o jornalismo especializado revela uma transformação nos padrões informacionais, configurando-se na “desintegração das ideologias e o distanciamento de um projeto de modernidade baseado na unidade” (2005, p. 5). Isso contraria a ideia de Stuart Hall sobre a identidade cultural na pós-modernidade, segundo a qual a globalização lideraria um movimento que criaria uma nova forma de identidade global, rompendo barreiras culturais para unificá-las. Conforme a autora, essa transformação ocorre devido ao afrouxamento dos laços coletivos causado por discordâncias, o que levou as pessoas a se concentrarem em interesses individuais, “resultando em uma comunidade fragmentada em diferentes grupos” (Abiahy, 2005, p. 5).

Um consenso sobre o conceito de jornalismo especializado ainda não está estabelecido nesse campo de pesquisa. Há algumas formulações, como a de Juski *et al.* (2020), que concebem a segmentação da informação jornalística como uma “propensão a aperfeiçoar as técnicas de reportar os assuntos, concedendo a eles maior profundidade e atendendo às necessidades sociais”. Nessa perspectiva, os assuntos naturalmente se relacionam com grupos ou comunidades específicas, que se reúnem “em torno de manifestações identitárias comuns e se organizam em segmentos mercadológicos” (Juski *et al.*, 2020, p. 14).

Nas esteiras dos pressupostos teóricos que conceituam o jornalismo especializado, Bueno (2015) entende-o como uma prática profissional e uma subárea de estudos e pesquisas no campo da comunicação, que abrange todos os processos do fazer jornalístico voltados à cobertura qualificada de acontecimentos e fatos com temáticas específicas (2015, p. 283). Esse tipo de jornalismo incorpora em seu discurso termos e expressões comuns (e até exclusivos) da área abordada, manifestados por fontes associadas ao ramo segmentado e consideradas competentes no assunto (2015, p. 284). Diante dessa conjuntura, os jornalistas

especializados passam a buscar, ou pelo menos almejar, uma formação complementar específica para a segmentação que cobrem, dada a exigência dessa prática:

Os profissionais que o praticam costumam ter formação específica ou complementar na área e experiência na cobertura dos temas associados a ela (...) muitos têm, ao longo do tempo, buscado especializar-se em outras áreas (...). A prática do jornalismo especializado exige dos profissionais, formados ou não em jornalismo, o conhecimento, mais do que trivial, de conceitos e processos que tipificam as áreas de cobertura, o que os capacita a interagir, de forma competente, com as fontes principais para o seu trabalho (...). (Bueno, 2015, p. 284-285)

Conforme a especialização das notícias se consolidou, a profissão passou a exigir dos jornalistas um posicionamento mais aprofundado diante de fatos complexos, como guerras civis no continente africano, golpes de estado na América Latina, crises do sistema capitalista, experimentações de linguagem na dramaturgia, novas tecnologias, entre outros (Barbosa, 2017, p. 11-12). Sousa (2005) argumenta que, à medida que os jornalistas se especializaram, também aprimoraram as técnicas do fazer jornalístico, indo além da descrição dos fatos para analisar e interpretar a realidade:

Um jornalista especializado domina melhor os assuntos, cultiva fontes privilegiadas, organiza uma agenda e um arquivo pessoal que lhe são de grande utilidade. Por isso, um jornalista especializado tem qualificações para interpretar e analisar os acontecimentos que noticia, ao contrário de um jornalista generalista, que se limita à superfície dos fatos, muitas vezes mostrando apenas a aparência das coisas, esquecendo sua essência. (Sousa, 2005, p. 17)

Um aspecto relevante do jornalismo especializado, e de toda a segmentação da informação no campo comunicacional, refere-se às relações, diretas e indiretas, entre as editorias, e à capacidade dos profissionais de estabelecer conexões entre as especificidades de diferentes áreas, promovendo uma abordagem multidisciplinar. Embora os conteúdos sejam inicialmente especializados, Juski *et al.* (2020) destacam o diálogo entre as áreas do conhecimento, dependendo da perspectiva da narrativa apresentada. Isso porque a especialização de uma notícia é determinada pela abordagem e pelo tratamento que o jornalista concede à narrativa:

O jornalista político possivelmente enfatizará as tensões políticas em torno de um projeto de lei. O jornalista econômico contextualizará as possibilidades de retorno do investimento no mercado e o impacto da pesquisa nos gastos públicos. O jornalista que cobre saúde buscará entender como os tratamentos de doenças serão impactados pela pesquisa, quantas pessoas estão em tratamento ou aguardando terapêutica. O jornalista com enfoque na educação investigará quais pesquisas com células-tronco já estão sendo realizadas pelas universidades e os benefícios sociais desses investimentos. O jornalista que cobre avanços científicos detalhará as etapas da pesquisa e a apresentará de forma clara ao público. (Juski *et al.*, 2020, p. 25)

Rodrigues (2020) afirma que a segmentação da informação no campo jornalístico é permeada por uma multidisciplinaridade que dificulta a classificação editorial ou temática de determinados assuntos ou acontecimentos, inviabilizando um enquadramento preciso em uma seção pré-definida do jornal. Por um lado, o jornalista precisa dominar os assuntos (jargões, termos técnicos e conceitos) da área em que atua; por outro, deve ter uma noção básica de outras áreas correlatas à sua editoria (Juski *et al.*, 2020, p. 25).

Por exemplo, o jornalista da editoria de economia precisa compreender política, uma vez que a economia está diretamente ligada às decisões do Congresso Nacional e do Poder Executivo. O profissional que cobre questões rurais deve entender as diretrizes da legislação ambiental e como elas impactam as atividades agrícolas e pecuárias. Os exemplos são inúmeros. Quanto mais relevante for um fato ou acontecimento, mais temas relacionados serão abordados na matéria ou reportagem, pois os eventos são constituídos de múltiplas perspectivas e impactam diversos campos do conhecimento (Juski *et al.*, 2020, p. 25).

Atualmente, o jornalismo está repleto de especializações, e até mesmo dentro de algumas segmentações existem tantas idiosincrasias que certos temas se tornam subáreas, viabilizando a criação de espaços editoriais específicos. Um exemplo é o jornalismo gastronômico, que caminha para a consolidação de um corpus científico próprio, desvinculando-se do jornalismo cultural. As seções e editorias mais comuns na imprensa diária, segundo Juski *et al.* (2020), são Cidades ou Cotidiano, Esportes, Política, Saúde, Economia, Cultura, Ciência e Tecnologia, e Meio Ambiente. Sobre as pautas ambientais, os autores afirmam:

A necessidade de cuidar e preservar o meio ambiente e de promover o desenvolvimento sustentável influenciou o tom das editorias políticas e econômicas, associando-se às pautas das editorias de tecnologia e ciências. Além disso, os conteúdos ambientais estão sendo apresentados em espaços específicos destinados às questões ecológicas. Um exemplo é a editoria Meio Ambiente e Sustentabilidade, da rádio CBN, que traz comentários sobre temas ecológicos. (Juski *et al.*, 2020, p. 24)

O binômio Jornalismo Ambiental resulta da intersecção entre dois campos científicos que, à primeira vista, parecem distantes: o jornalismo e o meio ambiente. No entanto, como mencionado, essa distância desaparece rapidamente ao observarmos sua presença na realidade. A discussão sobre a prática e o exercício do jornalismo ambiental por parte dos profissionais da área tem sido objeto de pesquisa de diversos estudiosos, que cada vez mais se dedicam a esse campo. Essa discussão será aprofundada no próximo tópico.

1.2 Jornalismo ambiental: conceituações e pilares da notícia em Meio Ambiente

Conceituar o jornalismo ambiental demanda um esforço considerável, partindo do pressuposto de que não há um consenso entre pesquisadores, estudiosos e acadêmicos que se dedicam a analisar a área. Girardi, Schwaab e Massierer (2012) explicam que, atualmente, esse jornalismo é visto como “uma especialidade ou especialização jornalística, relacionada à cobertura de temas ambientais, entendemos que o jornalismo ambiental extrapola a ideia de ser uma cobertura centrada nos assuntos de meio ambiente” (2012, p. 137).

Bueno (2007) sintetiza o jornalismo ambiental como “o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado” (2007, p. 35). O autor observa que o fazer jornalístico no campo ambiental ocorre em várias mídias, guiado pela periodicidade e atualidade, atributos que também direcionam as demais editorias:

O Jornalismo Ambiental contempla várias mídias ou ambientes (jornais, revistas, rádio, televisão, sites, newsletters, etc.) e, como as demais manifestações jornalísticas, caracteriza-se pelos atributos da atualidade e periodicidade. A cobertura jornalística ambiental pode estar inserida num veículo ao lado de outras coberturas (como ocorre basicamente nos jornais e revistas de informação geral ou nos programas de rádio e televisão), mas também pode ser o foco exclusivo de uma publicação, como acontece nas chamadas mídias ambientais. (Bueno, 2007, p. 35)

A práxis jornalística voltada aos acontecimentos e desdobramentos que envolvem a temática do meio ambiente teve, e ainda tem, um crescimento vertiginoso ao longo das décadas, especialmente nas duas últimas. Isso ocorre porque os assuntos abordados nesse campo geram forte interesse público, como a degradação da sociobiodiversidade, o avanço das culturas transgênicas e a poluição em todas as suas formas (Bueno, 2017, p. 22-23). Esses acontecimentos aumentam o valor-notícia, uma vez que temas ligados ao meio ambiente têm impacto direto na sociedade. Um dos mais destacados é a mudança climática, que tem resultado em catástrofes ambientais (Bueno, 2017, p. 22-23).

Delevati (2012) afirma que as preocupações com o processo de degradação do meio ambiente e os impactos que ele acarreta na sociedade integraram os debates políticos, as manifestações públicas, reuniões e os acordos internacionais. Tais movimentos culminam na “politização dos riscos”, que, conforme a autora explica, “depende também do contexto no qual as pessoas estão inseridas” (2012, p. 28). Diante desse fenômeno, a mídia assume o papel de fermentação e potencialização das discussões sobre o assunto ambiental e tudo o que o constitui.

Os acontecimentos e fatos de cunho ambiental estão presentes em diversas plataformas e adentraram as pautas das redações jornalísticas em um contexto de mudanças

políticas importantes, envolvendo “disputas ruralistas, de territórios, de desrespeito às raízes indígenas sobre questões ambientais, dentre outros” (Rodrigues, 2020, p. 45). A Amazônia, como exemplifica o autor, tem se tornado centro das atenções da imprensa, merecendo uma cobertura jornalística qualificada, principalmente nas abordagens que se concentram no jornalismo no ciberespaço:

A informação científica sobre o meio ambiente precisa estar no início e no centro de todas as políticas públicas e de todos os empreendimentos privados, para que os impactos possam ser avaliados previamente, eliminados, minimizados e tenham seus custos atribuídos a quem os gera, e não a toda a sociedade. No entanto, é raro que a comunicação siga por esse caminho. (Rodrigues, 2020, p. 45)

No cerne das concepções que incorporam o jornalismo ambiental, Bueno (2007) apresenta três funções que a práxis jornalística em meio ambiente desempenha. A primeira delas é a função informativa, que “preenche a necessidade que os cidadãos têm de estar em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental”, considerando como comportamentos (hábitos de consumo), procedimentos (efeito estufa, poluição do ar e da água, contaminação por agrotóxicos, destruição da biodiversidade, etc.) e modelos (como o que privilegia o desenvolvimento a qualquer custo) impactam o meio ambiente e, conseqüentemente, afetam a qualidade de vida (2007, p. 35).

A segunda função destacada pelo autor é a pedagógica, que confere ao jornalismo ambiental o papel de explicar as causas, conseqüências e soluções para os problemas ambientais. Além disso, a função pedagógica também exige que o jornalismo ambiental indique caminhos viáveis para a superação desses problemas, considerando o papel de participação dos cidadãos nesse processo. A terceira e última função é a política (em um sentido amplo, não relacionado à instância político-partidária), que visa mobilizar a população para enfrentar os interesses que agravam os problemas ambientais, tais como:

A ação de determinadas empresas e setores que, recorrentemente, têm penalizado o meio ambiente para favorecer os seus negócios (indústria agroquímica, de biotecnologia, de mineração, de papel e celulose, agropecuária, etc.). Incorpora também uma vigilância permanente com respeito à ação dos governantes que, por omissão ou comprometimento com os interesses empresariais ou de grupos privilegiados da sociedade, não elaboram e põem em prática políticas públicas que contribuem efetivamente para reduzir a degradação ambiental. (Bueno, 2007, p. 35-36)

Essas funções apresentadas pelo autor nos levam a constatar que é relevante pensar no jornalismo ambiental não como um campo que se limita a uma especialização, mas como uma prática que está em consonância com a prevalência da vida e do bem-estar da população. O jornalismo em meio ambiente integra, ou pelo menos é o que se espera, uma perspectiva

inter e multidisciplinar dos fatos e acontecimentos dessa temática, uma vez que torná-los refêns da fragmentação “fragiliza a cobertura de temas ambientais” (Bueno, 2007, p. 36). Para Loose (2012), o jornalismo ambiental ultrapassa esse enclausuramento que o prende ao jornalismo especializado em meio ambiente, exigindo que os profissionais que o praticam carreguem consigo e transmitam em seus materiais “os sentidos de coletividade, qualidade de vida e sustentabilidade da vida no planeta” (2012, p. 4). Diante dessa conceituação, nota-se uma relação de interdependência entre homem e natureza, bem como uma articulação entre esses dois seres (2012, p. 4).

Loose (2012) nos leva a uma reflexão que instiga a compreender o jornalismo ambiental de maneira que não o resuma e o aprisione ao exercício comunicacional que “trata de temas ambientais”, mas sim como uma práxis jornalística que, ao abordar acontecimentos e fatos do meio ambiente, agrega em seu fazer uma “visão sistêmica, a necessidade de ouvir o maior número possível de fontes relacionadas ao tema, a profundidade do conteúdo e a cobertura sistemática do assunto” (2012, p. 4). O tratamento das pautas ambientais pelos jornalistas pode levá-las a se estender por temáticas que abarcam o ambiente urbano, o cotidiano, a sociedade, a economia ambiental, a política ambiental e as pesquisas científicas, entre outras (Dantas, Oliveira e Rodrigues, 2020, p. 28), o que tem sido uma característica recorrente desse segmento:

Uma característica deste segmento do jornalismo é a busca pela ampliação do conhecimento do público sobre como essas temáticas podem influenciar no seu dia a dia, considerando que a população precisa ter acesso às informações para construir uma visão e tomar suas próprias decisões. (Dantas, Oliveira e Rodrigues, 2020, p. 28)

No campo da teoria, Mourão (2017) afirma que a práxis jornalística em meio ambiente não deve ser vista apenas como um instrumento de reprodução de ideias que promovem o desenvolvimento sustentável como política possível, uma vez que “seus limites estão no cerne ideológico e idealista da sustentabilidade dentro de um sistema que tem como foco a degradação do meio ambiente” (2017, p. 255). Os profissionais jornalistas devem assumir uma postura que compreenda “o sistema de reprodução sociometabólica para que se efetive um jornalismo como forma de conhecimento”, evidenciando que o desenvolvimento sustentável é uma forma de melhorar a sociedade, mas que o pré-requisito para isso é a “mudança do sistema que não tem racionalidade com a natureza” (2017, p. 256).

Por um lado, observa-se que as constatações acima tentam superar, ou pelo menos não ficam alheias a postulações que variam sobre um único espectro: o ideal que concebe o jornalismo ambiental como uma mera especialização do campo comunicacional que gerencia

temas sobre o meio ambiente. Por outro lado, esse binômio enfrenta desafios na diferenciação, tanto teórica quanto prática, do seu entendimento quando confrontado com termos como jornalismo científico e comunicação ambiental.

A confusão com o primeiro termo ocorre porque o entendimento era (e talvez ainda seja) que o jornalismo ambiental pertencia ao campo do jornalismo científico, como um ramo, já que, como explica Angelo (2020), a práxis jornalística em meio ambiente abarca o tratamento da ciência e visa difundir no seio da comunidade as relações entre o homem e o meio ambiente (2020, p. 40). A segunda associação (jornalismo e comunicação) ocorre porque, como explica Bueno (2007, p. 33-34), a comunicação em meio ambiente e o jornalismo ambiental são frequentemente entendidos como processos cujo objetivo está centrado na circulação e troca de experiências e conhecimentos sobre a área (Bueno, 2007, p. 35).

Em síntese, pode-se visualizar uma deontologia diferente nessas ciências por alguns aspectos:

Tabela 1 Apontamentos deontológicos sobre a comunicação ambiental e o jornalismo ambiental

Comunicação Ambiental	Jornalismo Ambiental
Divulgação de causas ambientais	Manifestação exclusivamente jornalística
Temáticas envolvendo Meio Ambiente	Matérias sobre acontecimentos e assuntos ambientais
Folheto, campanha publicitária, vídeo, podcast, livro, filme ...	Matérias, reportagens, notas, colunas, artigos, revistas, jornais...
Sem compromisso com a periodicidade	Atrelado fortemente com a atualidade e a periodicidade
Jornalistas, publicitário, Biólogo, agrônomo, advogado, político ...	Exclusivamente exercício por profissionais jornalistas

Fonte: Adaptado de Silva (2015, p. 48)

Contudo, o autor lembra que essas ciências (comunicação ambiental e jornalismo ambiental) têm amplitudes divergentes (2007, p. 33-34). A primeira está associada a todo tipo de ações e esforços, sejam de jornalistas ou não¹, que visam promover a divulgação da proteção ambiental. Já o jornalismo ambiental, mesmo sendo uma instância relevante da

¹ Bueno pontua que a comunicação ambiental pode ser exercida por uma gama de profissionais, seja biólogo, agrônomo ou engenheiro ambiental, diferentemente do jornalismo, que é exclusivamente feita por jornalistas, uma vez que área é um “reduto dos profissionais de imprensa que têm se organizado, para qualificar a informação e incrementar o debate ambiental, em redes e núcleos e promovido encontros” (2007, p. 34).

comunicação em meio ambiente, restringe-se exclusivamente às manifestações jornalísticas:

O Jornalismo Ambiental, que é jornalismo em primeiro lugar, caracteriza-se por produtos (veículos, de maneira geral) que decorrem do trabalho realizado por profissionais que atuam na imprensa. Ele está definido tanto pelas matérias/colunas/editoriais/cadernos sobre meio ambiente publicados na mídia de massa (imprensa de informação geral ou especializada) como nos veículos ou espaços (de produção jornalística) exclusivamente destinados ao meio ambiente (são exemplos a Revista do Meio Ambiente, a Ecoagência e o site Jornalistas Ambientais, a revista digital da Envolverde, o jornal digital do Ambiente Brasil, os programas Repórter Eco ou Globo Ecologia e mesmo todas as mensagens que são trocadas na Rede Brasileira de Jornalistas Ambientais. (Bueno, 2007, p. 34).

Bueno (2007) ainda pontua que o jornalismo ambiental é, acima de tudo, jornalismo (substantivo, núcleo da expressão), estando comprometido com o interesse público, o acesso democrático à informação e, por consequência, a ampliação das discussões ambientais. Não cabe a esse segmento jornalístico ser instrumentalizado e servir como representante de nichos específicos da sociedade, legitimando determinados poderes e instâncias e concedendo-lhes privilégios (2007, p. 36). Agora, se o jornalismo ambiental tem cumprido esse papel, é uma questão que será abordada mais adiante no tópico 1.3, onde traçaremos um breve exposto sobre algumas características da cobertura jornalística em meio ambiente que têm sido alvo de estudos e análises por alguns pesquisadores.

Outra questão que assombra o jornalismo ambiental é a sua confusão com o jornalismo científico. A cobertura de assuntos ambientais e científicos acaba por compartilhar diversos temas e aspectos que os colocam, tanto no conceito quanto na prática, em consonância (Santanna e Rodrigues, 2029, p. 101). Contudo, a práxis jornalística em meio ambiente precisa de abordagens que extrapolem esse vínculo com a segmentação científica, tratando e abordando discussões inerentes a setores diferentes da sociedade, como o social, o econômico e o político (Oliveira, 1990, *apud* Santanna e Rodrigues, 2029, p. 101). Na concepção de Bueno (2007), o jornalismo ambiental anseia por uma conceituação que não o torne refém do jornalismo científico, muito menos do econômico:

O jornalismo ambiental anseia por um conceito que extrapole o do jornalismo científico tradicional (comprometido com uma parcela significativa da comunidade científica que tem privilegiado a continuidade das suas pesquisas, sem contextualizar as suas repercussões), que não se confunda, em nenhuma hipótese, com o jornalismo econômico (impregnado pelo canto de sereia do modelo agroexportador, da revolução tecnológica a qualquer preço e da apologia das aplicações rentáveis do capital financeiro) e que não se apoie em um jornalismo cultural, quase sempre tipificado pelo diálogo surdo das elites (Bueno, 2007, p. 36)

O jornalismo desempenha um papel fundamental no trabalho de conscientização

pública dos segmentos que formam toda a sociedade, visando tratar das maneiras de agir em virtude da propagação do desenvolvimento populacional voltado à sustentabilidade (Angelo, 2020, p. 40). Notadamente, os veículos de comunicação e a mídia como um todo são responsáveis pela elevação do pensamento e comportamento consciente dos indivíduos quanto ao enfrentamento dos desafios ambientais, em consonância com ONGs de cunho ambiental e setores da esfera pública e governamental (2020, p. 45). Angelo (2020) exemplifica que o jornalismo ambiental e o movimento ecológico, desde meados da década de 1970, têm atuado em compromisso com a garantia da cidadania, ao passo que “colocaram ordem” em conceitos e discussões antes excludentes às massas e restritos ao meio acadêmico. Desse modo, “as pessoas começaram a entender o que é poluição, o que é agrotóxico, qual o problema da camada de ozônio”, entre outros casos (2020, p. 40).

Loose e Girardi (2017) expõem que os jornalistas ambientais que visam obter uma ótica ampliada sobre as pautas que envolvem acontecimentos e fatos sobre meio ambiente defendem seis pilares sustentados em pressupostos do jornalismo em geral: ênfase na contextualização, pluralidade de vozes, assimilação do saber ambiental, cobertura sistêmica e próxima ao leitor, comprometimento com a qualidade da informação e responsabilidade com a informação do pensamento. Contudo, as autoras salientam que, por mais que essas bases, que ainda estão em construção, tenham potencial para levar a outra perspectiva, ficam restritas a algumas revistas especializadas e reportagens especiais, não atingindo as redações dos grandes veículos de comunicação – seja por interesses, espaços e rotinas restritas (2017, p. 158-159).

Ao dissertar sobre o entendimento do saber ambiental, que não confunde o jornalismo ambiental ou o privilegia a instâncias meramente especializadas, Bueno (2007) ressalta que a área é resultado “da articulação de múltiplos saberes, com forte e benéfica influência dos saberes, experiências e conhecimentos tradicionais” (2007, p. 36).

O que acontece, por vezes, conforme elucida o autor, é a tendência de alguns conservadores e comunicadores, incluindo jornalistas, de ignorarem as raízes do jornalismo ambiental, seu poder indiscutível de mobilizar a sociedade e de incentivar condutas conscientes, tentando torná-lo refém de ações mercadológicas ou empresariais e interesses políticos (2007, p. 36). Diante dos problemas que o jornalismo como um todo enfrenta, essa área da comunicação, quando o assunto é a cobertura jornalística sobre acontecimentos e fatos ambientais, tem apresentado algumas síndromes e vícios, colocando em xeque questões cruciais da práxis jornalística nesse segmento, algo que discutiremos no próximo tópico.

1.3 Os aspectos da cobertura e do discurso jornalístico acerca dos acontecimentos ambientais

Ao mediar acontecimentos ecológicos e esclarecer fatos relacionados aos impactos ambientais provenientes da atividade humana, o jornalismo ambiental exerce um papel relevante no acesso à informação e na promoção de hábitos que contribuem para a construção de sociedades mais sustentáveis. Entretanto, a práxis jornalística no campo do meio ambiente tem carregado características configuradas, sobretudo, em forma de algumas síndromes que geram equívocos significativos. Segundo Bueno (2007), essas síndromes impedem o cumprimento das funções informativas, políticas e pedagógicas que a segmentação jornalística em meio ambiente deve desempenhar (2007, p. 37).

A primeira síndrome destacada por Bueno (2007) é a síndrome do zoom ou olhar vesgo, que se refere ao fechamento do foco da cobertura jornalística ambiental, fragmentando determinado acontecimento ou fato e, assim, retirando das notícias e reportagens o poder de traçar uma inter e multidisciplinaridade do assunto. O autor destaca que essa síndrome ocorre em virtude do rápido processo de segmentação jornalística, visto na divisão de veículos de comunicação em cadernos e editorias. Ao correlacionar os fatos e acontecimentos ambientais a um único espectro (econômico, político, social, entre outros), a segmentação da informação em meio ambiente abre margem “para leituras particulares e negativamente comprometidas sobre a questão ambiental”, criando uma janela de oportunidade para que conceitos equivocados e inadequados sejam legitimados:

É fácil encontrar nos cadernos de economia expressões como defensivos agrícolas no lugar de agrotóxicos (que é o termo adequado porque estamos falando de veneno) ou mesmo a designação de plantação de eucaliptos como florestas, o que é uma aberração conceitual, tendo em vista a redução de uma multidiversidade a uma monocultura. (BUENO, 2007, p. 37)

Borges (2023), ao analisar os conteúdos de matérias e reportagens do portal de notícias tocantinense *Gazeta do Cerrado*, constatou a presença de inúmeras limitações na abordagem do portal sobre agrotóxicos. O referido portal utilizou o termo “agrotóxico” em apenas uma matéria analisada, enquanto o restante fez uso do termo “defensivos agrícolas”, evidenciando a carência em buscar sinônimos capazes de amenizar o impacto causado por essas substâncias (Borges, 2023). No Brasil, a legislação vigente que dispõe sobre a regulação dessas substâncias as denomina como “agrotóxicos”, sendo esse o termo correto a ser utilizado. Toda a pauta que envolve a temática no portal analisado, conforme Borges

(2023), atende aos anseios da comunidade do agronegócio:

De modo geral, a pauta do agrotóxico desperta o interesse da imprensa, implícito ou explícito, de agradar à política capitalista do agronegócio. Os agricultores que trabalham diariamente com esses contaminantes, público que aqui se destacou, não recebem informações sobre os perigos dessas substâncias para sua saúde ou recebem-nas de forma limitada. (BORGES, 2023, p. 57)

Já a confusão conceitual de “floresta” para se referir a plantações de eucaliptos é recorrente na comunicação de empresas produtoras de madeira e celulose, quando, na verdade, são “plantios, que tecnicamente são monoculturas clonais de um único gênero exótico com diversidade genética baixíssima e rigorosamente controlada” (Pagotto, 2023, p. 49), instalados majoritariamente em territórios da Mata Atlântica. Nesse cenário, a comunicação das empresas carrega um ponto de vista ideológico, conferindo relações positivas ao que a “floresta” traz (2023, p. 49).

A segunda síndrome mencionada por Bueno (2007) é a síndrome do muro alto, que se refere à tentativa de despolitizar a discussão ambiental, desvinculando-a da vertente técnica (que possui um compromisso com a perspectiva de empresários e grupos privados) e de outras vertentes (econômica, política e sociocultural). Essa síndrome resulta no tratamento prioritário da vertente técnica pelos jornalistas, que acabam por “desqualificar todos aqueles que veem a questão ambiental a partir de um cenário mais abrangente”. Nesse sentido, os jornalistas ambientais dão respaldo ao tom das elites e excluem cidadãos comuns, bem como outros segmentos da sociedade civil, nos processos de tomada de decisões, ao defenderem “a competência técnica como critério exclusivo de autoridade” (Bueno, 2007, p. 37).

Essa priorização de vertentes técnicas é, na visão de Angelo (2020), um equívoco que se pode observar no jornalismo ambiental, resultado da tentativa incessante dos jornalistas de reduzir essa área a dimensões e visões de mundo específicas, como aquelas que privilegiam os aspectos técnico-científicos e econômicos. Tal reducionismo conceitual esvazia o campo jornalístico ambiental, pois “compromete a sua condição de disciplina e prática inter e multidisciplinares e tem servido para atender a interesses que penalizam a sociedade” (Angelo, 2020, p. 44). Além disso, ao priorizar os aspectos técnicos, o jornalista afasta o público leigo do entendimento do assunto, não promovendo o acesso democrático à informação, algo que vai contra os princípios do jornalismo ambiental (e do próprio jornalismo), uma vez que:

A informação ambiental deve ser de fácil entendimento pelo leitor e conter os aspectos científicos citados pela fonte, aquilo que o meio acadêmico chama de

‘vulgarização do saber’. Uma boa reportagem ambiental deve estar profundamente embasada em conceitos técnicos, mas com uma tradução simples e objetiva. A comunicação é essencial para a conscientização pública de segmentos da sociedade sobre como agir para a promoção do desenvolvimento sustentável. Além disso, todos têm direito à informação, e a imprensa é a forma de democratizar a informação científica e tecnológica embutida nas questões ambientais. (Aneglo, 2020, p. 45)

Outra síndrome recorrente é a que Bueno (2007) chama de síndrome *Lattes*, ou “lattetização das fontes”, que se refere à prioridade dada pela cobertura jornalística ambiental a fontes que possuem um currículo acadêmico nos espaços das notícias e reportagens. Tais produtores de conhecimento, como bem pontua o autor, têm, seja por convicção própria ou má índole, se tornado “cúmplices de corporações multinacionais que pregam o monopólio das sementes ou fazem a apologia dos insumos químicos ou agrotóxicos, cinicamente chamados de defensivos agrícolas” (Bueno, 2007, p. 37). Esse fenômeno tem sido instrumentalizado para perpetuar noções de neutralidade e objetividade por parte dos jornalistas frente aos acontecimentos ambientais:

A “síndrome *Lattes*” tem provocado, por extensão, a defesa da neutralidade, da objetividade, vinculando-se a uma lógica racionalista que repudia o debate político em seu sentido mais amplo e que propositadamente desconsidera a relação capital x trabalho. (Bueno, 2007, p. 37).

A síndrome *Lattes* nos leva a pontuar a questão da pluralidade de vozes presentes, ou ausentes, em matérias e reportagens jornalísticas, especialmente aquelas que cobrem problemas ambientais que afetam segmentos mais marginalizados e com limitações no acesso às políticas públicas da sociedade civil. Da Costa, Dantas e Rodrigues (2020) examinaram matérias jornalísticas e reportagens veiculadas no *Jornal do Tocantins* (JTO) que tratavam de questões ambientais e constataram um desequilíbrio na utilização de fontes, indo na contramão dos princípios jornalísticos. Os autores notaram a escassez da multiplicidade de fontes presentes nas notícias do portal, com o espaço dedicado majoritariamente a fontes oficiais ou ligadas ao poder público, presentes em pouco mais de 73% de um contingente de 157 matérias e reportagens que tratavam de questões ambientais (Da Costa, Dantas e Rodrigues, 2020, p. 51-52). Na visão dos autores, isso pode ocorrer por dois fatores:

A falta de interesse por parte do jornal ou do jornalista de procurar outras fontes possíveis ou um interesse pertinente por parte do Poder Público de se manter uma constante voz ativa em matérias relacionadas ao meio ambiente. No jornalismo, é importante ouvir o que o poder público tem a dizer a respeito da questão ambiental, mas quando essa fonte está em praticamente todas as matérias do gênero, há de se suspeitar ou ser cauteloso. (Da Costa, Dantas e Rodrigues, 2020, p. 53)

A próxima síndrome pontuada por Bueno (2007) é a síndrome das indulgências verdes, que chama a atenção para a incorporação de uma “postura hipócrita (até cínica)” por parte de determinadas empresas e profissionais cujas atividades estejam relacionadas ao conhecido “marketing verde”. Essa prática comunicacional tem como principais objetivos a promoção da limpeza de imagem de “empresas predadoras” donas de grandes empreendimentos (como a Vale do Rio Doce) por meio de slogans e mensagens de campanhas publicitárias cujo intuito é manipular a percepção do público em relação aos impactos causados por suas ações. Além disso, busca trazer proposições cosméticas para a dramática questão ambiental, como o plantio de árvores para a neutralização da emissão de carbono e o discurso da reciclagem, entre outras situações. O termo “marketing verde” é sinônimo do conceito “*greenwashing*”², que, segundo Pagotto (2023):

É um termo pejorativo popularizado no início dos anos 90 pelo *Greenpeace* para descrever uma situação em que se promove uma imagem ambiental positiva que não corresponde à realidade, ou, literalmente, o ato de enganar consumidores em relação às práticas ambientais de uma companhia ou em relação aos benefícios ambientais de um determinado produto ou serviço (...). Etimologicamente, a expressão “*green + wash*”, sem tradução direta ao português, pode ser compreendida como dar um banho de tinta verde, no sentido de fazer alguma coisa aparentar um falso aspecto ecológico. (PAGOTTO, 2023, p. 42)

Bueno (2011) conceitua o marketing verde como um conjunto de ações e atividades que se baseiam na instrumentalização de estratégias e mecanismos elaborados por organizações, em sua maioria grandes conglomerados privados, e setores governamentais para “legitimar um pretenso compromisso com a questão ambiental” (Bueno, 2011, p. 2-3). O *greenwashing*, na verdade, configura a comunicação que está estreitamente e diretamente ligada às práticas de assessorias de comunicação e imprensa, uma vez que busca “gerar visibilidade institucional ou, no caso de empresas, para suas marcas, e está dissociado de uma autêntica cultura e gestão ambientais” (Bueno, 2011, p. 2-3).

O *greenwashing* tem se proliferado nas redações graças aos mecanismos mistificadores da comunicação e do marketing desses processos, que encontram ecos e rachaduras na cobertura jornalística ambiental pelos veículos de comunicação. Essa proliferação é resultado de duas situações: a primeira é a ausência de consciência crítica dos jornalistas e dos veículos de comunicação acerca do assunto, que, incapazes de perceber as

² Os termos “Marketing Ecológico”, “Marketing Ambiental” (Environmental Marketing), Marketing verde (*greenwashing*) ou “Ecomarketing” são referenciados em pesquisas como sinônimos, sendo popularizados a partir de 1970, a qual conceituam a preocupação de determinadas empresas sobre “as implicações mercadológicas dos produtos que atendem às especificações da legislação ambiental” e que “contemplam as expectativas dos consumidores no que diz respeito aos produtos e seus processos não serem agressivos ao meio ambiente” (Dias, 2008 *apud* Pagotto, 2023, p. 56).

reais intenções do marketing verde, acabam por “tornarem-se reféns ou cúmplices de ações destinadas a mascarar a realidade” (Bueno, 2011, p. 3). Isso ainda é agravado pelo *modus operandi* do atual jornalismo e seu sistema de produção que, em aceleração, não permite aos profissionais abarcar toda a investigação e não dá conta das “intenções subjacentes aos fatos e os repercutem sem confrontar a qualidade e a precisão das informações” (Bueno, 2011, p. 3).

A segunda razão para a ocorrência do *greenwashing* é proveniente dos vínculos comerciais mantidos pela imprensa (jornalística) com importantes empresas e organizações privadas, além de setores do governo, que custeiam jornais e portais de notícias com contribuições financeiras em forma de anúncios diretos, garantindo a sustentabilidade que defendem (Bueno, 2011, p. 3). De uma visão mais ampla e sistêmica, Pagotto (2023) visualiza a prevalência do *greenwashing*, não só em veículos de comunicação, em decorrência de uma série de razões em matizes diferentes. Entre as principais razões estão os avanços tecnológicos dos sistemas de produção atuais, que se ajustaram e moldaram ao *modus operandi* do marketing verde (Pagotto, 2023, p. 68).

Por fim, Bueno (2007) apresenta a síndrome da “Baleia Encalhada”, que discorre sobre o modo como os veículos de comunicação têm transformado tragédias ambientais em espetáculos, traçando em suas coberturas uma busca pelo “inusitado” e pelo esotérico, utilizando recursos sensacionalistas. Na perspectiva do autor, esse fenômeno que assola coberturas jornalísticas, não só ambientais, representa “um flagrante trágico da degradação ambiental”, em que os veículos encontram maneiras de apresentar ao público eventos de forma plástica, sem um aprofundamento das causas e consequências. A discussão e a conscientização sobre o desenvolvimento de um mundo mais sustentável não devem se limitar a uma mera foto, mesmo que impactante, pois “dependem de uma cobertura mais investigativa que busque enxergar além das imagens” (Bueno, 2007, p. 38).

Se, de um lado, temos um jornalismo ambiental caracterizado por transformar eventos em espetáculos, beirando o sensacionalismo, de outro, temos um *modus operandi* que cumpre o papel de vigiar agentes da esfera pública e privada. Esses dois fenômenos estão contrabalanceados:

A cobertura jornalística das catástrofes ambientais tem oscilado entre a espetacularização da notícia e a vigilância cívica, buscando compatibilizar duas características comuns à prática da imprensa: atrair e sensibilizar a audiência com a divulgação abusiva dos impactos da tragédia e analisar as suas causas, identificando, quando possível, os responsáveis pela sua ocorrência (...) O tratamento jornalístico dispensado a esses eventos dramáticos incorpora as características gerais do jornalismo ambiental, oscilando quase sempre entre a espetacularização e a vigilância cívica, pela convergência de inúmeros fatores que condicionam ou constroem o trabalho jornalístico. (Bueno, 2017, p. 22-27)

Além das síndromes evidenciadas por Bueno (2007), alguns pesquisadores em jornalismo ambiental convergem em suas críticas ao apontar a concentração da cobertura dos veículos de comunicação em situações de catástrofes e crises, “oferecendo assim ao público uma perspectiva do campo orientada por eventos”. Em síntese, os meios de comunicação propagam mensagens focadas em episódios ambientais isolados, em vez de realizar uma análise dos acontecimentos “inter-relacionados que concorrem para gerar questões ambientais” (Holanda, Kaapa e Costa, 2022, p. 9). Essa inter-relação dos fatos é necessária, pois agrega maior profundidade e possibilita maior contextualização dos acontecimentos, uma vez que “os preceitos do pensamento complexo são muito úteis para desvelar a multiplicidade de causas e efeitos e a complexidade inerente à questão ambiental” (Muniz, 2009, p. 73).

Ao longo da história, observa-se um aumento do grau de preocupação, especialmente no início do século XXI, com temas ambientais, sobretudo o aquecimento global. No entanto, a qualidade da cobertura jornalística ainda está “atrelada aos padrões banalizadores do noticiário, privilegiando a espetacularização das tragédias naturais e o tom alarmista nas matérias” (Muniz, 2009, p. 73). Essa espetacularização³ das tragédias naturais e o tom alarmista das matérias mostram que a qualidade da cobertura não acompanhou a presença vertiginosa e expressiva na imprensa, resultando no “desvirtuamento de conceitos”. A abordagem dos veículos ancora-se em abordagens superficiais, carentes de uma postura mais crítica e intencionada a “falsear a verdade”, criando “uma imagem positiva para organizações ou empresas que se empenham em moldar um discurso descolado da realidade” (Bueno, 2011, p. 4).

O jornalismo ambiental ainda é jornalismo, mesmo com ênfase nos fatos e acontecimentos ambientais. Portanto, as matérias e reportagens em meio ambiente integram os mesmos processos da práxis jornalística, que envolvem seleção, hierarquização, edição, publicação e recepção. Tais processos ainda são alvo de influências externas que “podem determinar a viabilidade ou não de um tema virar notícia” (Holanda, Kaapa e Costa, 2022, p. 9). A conexão do jornalismo com questões políticas e econômicas acabou por levar o próprio jornalismo a enfrentar dificuldades, como a queda vertiginosa no número de profissionais jornalistas nas redações, especialmente aqueles que cobrem a pauta ambiental (aos quais restaram pouco tempo e espaços mínimos para noticiar temas complexos), e a redução dos investimentos dos veículos na produção de notícias que envolvam a temática:

³ Daremos mais ênfase no tópico seguinte ao fenômeno da espetacularização da notícia pelo jornalismo.

As restrições econômicas no setor de mídia funcionam como um padrão global que também afeta o conteúdo jornalístico ambiental. Embora o jornalismo ambiental ainda busque um reconhecimento e um lugar específicos dentro do próprio campo jornalístico, os autores mencionados apontam para um papel social atribuído a ele, voltado para a promoção de uma sensibilização pública sobre as questões ambientais e para o incentivo ao engajamento relacionado à defesa do meio ambiente. (Holanda, Kaapa e Costa, 2022, p. 9)

Essas discussões nos deram uma dimensão de algumas síndromes e vícios que permeiam os processos e produtos jornalísticos no jornalismo ambiental como um todo. Mesmo se diferenciando do jornalismo generalista, a segmentação da informação em meio ambiente ainda é um escopo muito amplo. Muitos são os assuntos que permeiam esse campo: queimadas, desmatamento, enchentes, mudanças climáticas, construção de empreendimentos hidrelétricos, entre outros. No que se refere à relação da imprensa com as usinas hidrelétricas no país, abrimos um espaço para nos aprofundarmos ainda mais nessa questão, a qual expomos no próximo tópico, destrinchando as idiosincrasias inerentes a essa temática.

1.4 Imprensa brasileira e a crise energética dos anos 2000: um levantamento da cobertura jornalística sobre os impactos das UHEs no país

As nações, hoje mais do que nunca, têm se ancorado no modo de produção de bens e serviços tendo como mote o capitalismo, um modelo que se configura na produção, distribuição e consumo de bens e serviços em larga escala. Esse modelo, por sua vez, conduz “os recursos naturais a uma possível escassez e coloca em risco a sobrevivência da humanidade” (Da Silva, Da Silva e Rodrigues, 2020, p. 61-62). Essa escassez e o risco à humanidade são resultados de uma exploração desenfreada que, conseqüentemente, desencadeia problemas ambientais, como mudanças climáticas, enchentes, furacões, estiagens, extinção da fauna e flora local, entre outras circunstâncias preocupantes (Da Silva, Da Silva e Rodrigues, 2020, p. 61-62). Os riscos, por sinal, constituem o problema mais severo do quadro ambiental que se tem diagnosticado nas pesquisas mais recentes, estando indiscutivelmente ligados aos padrões de consumo vigentes:

O uso irracional dos recursos naturais traz conseqüências, e uma delas, talvez a mais perigosa, são os riscos. (...) Risco e consumo se entrelaçam na sociedade contemporânea. Em um mundo em que o consumo só tende a aumentar e novos experimentos químicos evoluem cada vez mais rapidamente, ao mesmo tempo em que os recursos naturais se exaurem, os riscos ficam cada vez mais próximos. Muitas vezes, não há estudos para saber quais serão as conseqüências desses avanços químicos a longo prazo, e já há provas de que a destruição da natureza acarreta dificuldades para a sobrevivência humana. (Delevati, 2012, p. 32-33)

Contudo, o discurso que impera na segmentação da informação em meio ambiente envolve questões de riscos e limites, que devem ser abordadas de maneira contextualizada e

plural, considerando suas causas e nexos, e apresentando soluções possíveis, bem como as impossíveis (Belmonte, Steigleder e Motter, 2014, p. 12). Problematizar os limites da natureza tem sido uma oportunidade para buscar a polissemia, abrindo espaço para o registro de vozes com variados pontos de vista, não apenas aqueles incluídos nas lógicas capitalistas, mas também cedendo espaço aos excluídos desse sistema, “que valoriza a busca individual pela maximização do ganho e cujo fundamento, desde a ascensão do capitalismo, tem sido o processo de acumulação de capital pela criação incessante de novas necessidades de consumo” (2014, p. 12). O tom da cobertura jornalística voltado à problematização dos modelos de desenvolvimento em disputa é uma preocupação antiga dos mediadores da informação e tem se tornado cada vez mais importante, dada a “urgência de uma discussão que mobilize toda a sociedade em busca de soluções para os problemas socioambientais” (Belmonte, Steigleder e Motter, 2014, p. 12).

Os riscos também estão fortemente associados às catástrofes ambientais (fenômenos que, por sua vez, estão ligados às barragens de UHEs), sendo “a probabilidade de que um evento, esperado ou não, possa vir a ocorrer” (Bueno, 2017, p. 28). Os riscos podem ser classificados em exógenos e endógenos, como postula Bueno (2017):

Os primeiros (exógenos) remetem aos que decorrem da emergência de fatores naturais (terremotos, tsunamis, enchentes, tufões, nevascas etc.), e os outros (endógenos) à ação humana ou à má gestão de empresas, como, respectivamente, no caso de incêndios florestais provocados pela negligência humana, ou de acidentes nucleares ou rompimento de barragens derivados de mau funcionamento de equipamentos ou de sistemas de segurança inoperantes. (Bueno, 2017, p. 28)

No que tange à relação entre consumo e risco, de 1970 até meados de 1999, o Brasil testemunhou um crescimento gradualmente vertiginoso em sua economia. O padrão de vida dos brasileiros passou a incorporar uma demanda interna por novos produtos, como eletrodomésticos e bens de capital, o que resultou na superação do consumo de energia em relação à geração e ao crescimento econômico do país (Cechin, 2017, p. 9).

Isso ocorreu devido à redução de investimentos na transmissão, distribuição e conservação de energia elétrica, à dependência do país em relação às usinas hidrelétricas e aos baixos índices pluviométricos. Assim, a capacidade geradora não se expandiu na mesma medida do crescimento da demanda, fazendo com que as usinas hidrelétricas consumissem cada vez mais a água de seus reservatórios para aumentar a energia gerada. Esse processo se agravou quando o país passou por um período de baixos índices pluviométricos nas localidades onde ficavam as principais hidrelétricas brasileiras, incapazes de suprir o consumo necessário para atender à demanda da população (Cechin, 2017, p. 9).

A matriz energética brasileira está centrada primordialmente na produção de energia proveniente das Usinas Hidrelétricas (UHEs). Os dados variam amplamente quanto à porcentagem de energia consumida pela população que vem das UHEs no país, oscilando entre 60% e 90%⁴, mas evidenciam o que já se sabe: o protagonismo dessas usinas na matriz energética nacional⁵. Um dado mais recente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de março de 2023, revelou que o país ultrapassou a marca de 190 Gigawatts (GW) de capacidade instalada “centralizada na matriz energética” para uso no Sistema Interligado Nacional (SIN). Desse montante, aproximadamente 54% eram provenientes de UHEs. Estruturalmente, uma UHE opera de maneira integrada, utilizando um sistema de captação e adução de água, composto por barragem, casa de força e vertedouro. A barragem interrompe o curso natural da água, criando um reservatório que permite o nivelamento da vazão dos rios de maneira adequada, tanto em períodos de seca quanto de chuva. O movimento e a pressão da água no curso do rio geram eletricidade quando passam pelas turbinas, transformando energia cinética em energia elétrica.

Dois fatores impulsionam o investimento massivo em UHEs no país. O primeiro é o fato de o Brasil contar com uma vasta rede hidrográfica devido à sua dimensão continental. O segundo fator baseia-se em um discurso que tenta camuflar os impactos causados pelas UHEs, apresentando-as como um sistema de produção de energia limpa, especialmente quando comparadas às termelétricas, que utilizam carvão, um combustível fóssil altamente poluente e de custo mais elevado. Essa prerrogativa tem permeado as justificativas governamentais para a perpetuação de argumentos favoráveis ao investimento em hidrelétricas. No entanto, se, por um lado, temos um tipo de energia “limpa” e de custo menor (em comparação com as termelétricas), por outro, as UHEs têm impactos em diversos espectros e dimensões, muitas vezes incalculáveis e claramente inegáveis. As barragens das UHEs, por exemplo, causam o realocamento de pessoas, muitas delas comunidades indígenas e/ou tradicionais, perda de biodiversidade, emissão de gases de efeito estufa, destruição da pesca, conflitos entre empreendedores e pessoas afetadas, além de desmatamento. As UHEs, no quesito ambiental, representam um sistema de impacto extremamente profundo, pois alteram o curso, o fluxo e a vazão dos rios, alagando áreas enormes e gerando consequências para a fauna e flora (Lestinge, 2013; Mourão, Neuls e Ninni, 2020).

A exploração do potencial das UHEs no país pelo governo brasileiro começou

⁴ Ver em: <https://site.veracruz.edu.br/portaldovera/?p=531>.

⁵ Ver em:

<https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2023/brasil-ultrapassa-os-190-gw-em-capacidade-de-geracao-d-e-energia-eletrica>

durante a ditadura militar, sendo estabelecida como modelo de desenvolvimento econômico, e se expandiu nos governos democráticos de forma imensurável, indicando que não houve mudança na política energética nacional, mesmo durante o processo de redemocratização (Lestinge, 2013; Mourão, Neuls e Ninni, 2020). Nessa corrida pela expansão da oferta de energia, em decorrência do cenário de crise que o país vivia, é crucial analisar a atuação da imprensa no contexto das construções e dos impactos das Usinas Hidrelétricas em todo o país. A corrida energética que o país viveu é objeto de estudo em diversas áreas, incluindo o jornalismo, onde se busca examinar a atuação de jornalistas e da imprensa frente aos desastres ambientais causados pelas UHEs. O jornalismo noticia fatos e acontecimentos envolvendo essa esfera, uma vez que a construção de uma UHE é palco de diversas situações com forte valor-notícia, como no caso da UHE Estreito:

Notabilidade – por gerar um grande impacto ambiental, social e econômico, as usinas hidrelétricas despertam movimentos como o MAB e o MST, que causam grande interesse da mídia local e nacional devido às ocupações. Conflito ou Controvérsia – por haver dois lados discordantes: Ceste e MAB/MST, cada um com sua opinião sobre a construção da UHE Estreito. A mídia tem o dever de mostrá-los. Escândalo – o tiro disparado por um funcionário do Ceste contra um jovem militante do MST que estava acampado causou mais revolta na população contra o Ceste. Infração – por necessitar de laudos e licenças de órgãos ambientais e possivelmente não cumprir os critérios técnicos, o empreendimento é passível de infração, pois gera impactos sociais, econômicos e ambientais. (Silva *et al.*, 2008, p. 4)

A cobertura jornalística brasileira sobre os empreendimentos hidrelétricos tem apresentado algumas tendências nos últimos cinco governos democráticos, como evidenciam Mourão, Neuls e Ninni (2020):

Descobrimos que, mesmo após mais de cinco décadas de conhecimento sobre os impactos e o aumento de evidências de que os reservatórios podem ser fontes significativas de emissão de gases de efeito estufa, as notícias sobre hidrelétricas focam no progresso econômico, procedimentos de licenciamento, corrupção e posições políticas partidárias. (Mourão, Neuls e Ninni, 2020, p. 829)

A imprensa nacional também revela que a cobertura midiática sobre os impactos das usinas tende a se concentrar excessivamente nas fases de planejamento, licenciamento e construção dos empreendimentos. Quando o jornalismo cede espaço em sua narrativa aos riscos e impactos socioambientais, eles são descritos como “meros obstáculos causando atrasos na construção, com fontes oficiais comandando a narrativa na tentativa de dizer que os riscos apenas colocariam em risco a segurança energética do país” (2020, p. 829). Pesquisadores que estudaram a relação entre jornalismo e empreendimentos hidrelétricos mostraram que os impactos sociais e ambientais da construção das barragens no Brasil foram

noticiados “quando havia protestos disruptivos, comumente organizados por movimentos sociais e lideranças indígenas” (2020, p. 829). As barragens, inclusive, na cobertura midiática, não são entendidas “como parte da história sobre os problemas socioeconômicos e ambientais pelas redações jornalísticas do país” (2020, p. 831).

Ao tratarmos dos atores que tiveram espaço na imprensa, uma análise mostra um índice de pouca pluralidade de vozes nas notícias envolvendo as UHEs, com a cobertura sendo majoritariamente conduzida por representantes do poder público (fontes oficiais) e pessoas ligadas às companhias de construção das usinas ou ao empreendimento em geral (2020, p. 831). Fontes impactadas pelos empreendimentos hidrelétricos (como comunidades indígenas, povos tradicionais, pessoas nativas e moradores da zona rural) e organizações sociais que defendem os direitos dessas pessoas (como o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) tiveram espaços ínfimos, com abordagens rasas e muitas vezes relegadas ao final das matérias (2020, p. 831). Fontes oficiais, mais especificamente promotores públicos, foram ouvidas diversas vezes em reportagens e matérias que tratavam dos impactos sociais e ambientais e dos processos de corrupção relacionados ao licenciamento e construção das UHEs, sendo assim, eles frequentemente “alimentaram informações para repórteres por meio de *press releases*, estratégias digitais e entrevistas frequentes” (2020, p. 831).

Silva *et al.* (2008), ao pesquisar a cobertura jornalística de veículos impressos sobre os acontecimentos envolvendo os conflitos de realocados e a UHE Estreito no Maranhão, notaram que a mídia nacional e estadual deixou “a desejar com a comunidade local (e nacional), provocando assim uma distorção na interpretação das ocupações” (Silva *et al.*, 2008, p. 5). Os veículos jornalísticos, em diversas ocasiões, omitiram informações cruciais para o entendimento das manifestações contra a permanência da UHE Estreito no local onde hoje reside (2008, p. 5).

A relação entre jornalismo ambiental e Usinas Hidrelétricas contempla um fenômeno recorrente quando examinamos o trabalho jornalístico da imprensa. O *modus operandi* da cobertura de muitos veículos jornalísticos sobre catástrofes ambientais, às quais as barragens e UHEs estão integradas, tem oscilado entre a espetacularização dos fatos e a postura cívica dos noticiários frente aos acontecimentos. A produção de notícias que se utilizam do espetáculo torna-se oportuna para muitos mediadores de informação e mídias de comunicação, pois essas catástrofes naturalmente causam grande impacto e, infelizmente, vitimam um número significativo de pessoas (BUENO, 2017, p. 29). Esse fenômeno é inerente à imprensa brasileira, mas também está presente em meios de comunicação de outros

países (2017, p. 29). Podemos observar essa prática de oscilação entre espetáculo e posicionamento cívico dos jornalistas frente às catástrofes ambientais na representação do rompimento da barragem de Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana (MG), em novembro de 2015.

Figura 1 Imagem aérea do desastre ambiental causado pelo rompimento da barragem de Fundão da Mineradora Samarco



Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

O rompimento da barragem de Fundão ocasionou a morte de 19 pessoas, atingiu 39 municípios de Minas Gerais e Espírito Santo, causou a morte de toneladas inestimáveis de peixes e contaminou rios com rejeitos de mineração, além de uma série de outros impactos sociais, ambientais, políticos e econômicos⁶ incalculáveis. O ocorrido recebeu atenção e cobertura expressiva dos meios de comunicação brasileiros. Bueno (2017) analisou o trabalho jornalístico realizado pela *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Valor Econômico* e *O Globo*, constatando que:

A cobertura da imprensa prendeu-se prioritariamente a fontes oficiais e empresariais e não assumiu, na maioria das vezes, uma postura pró-ativa, ou seja, não explorou linhas de investigação próprias, oriundas das redações dos jornais analisados, para esclarecer os fatos. Ela oscilou entre a espetacularização do acidente imediatamente após a ocorrência do fato e a vigilância cívica, exercida quando informações posteriores confirmaram que houve efetivamente dolo das empresas. Quase sempre, os jornais estavam a reboque dos fatos,

6

Ver em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/tragedia-da-barragem-do-fundao-em-mariana-completa-5-anos>

apenas acompanhando e repercutindo informações geradas por fontes externas. As chamadas de capa dos jornais sobre o episódio, que expressam o foco principal da cobertura, estiveram, quase todas elas, associadas às consequências do rompimento da barragem da Samarco, e a expressão “rio de lama” e fotos com alto teor emotivo, que escancaravam dramaticamente os danos causados às comunidades, ao meio ambiente e às pessoas em particular, predominaram. (Bueno, 2017, p. 34)

O teor emotivo na cobertura jornalística sobre o ocorrido em Fundão esteve presente nos jornais impressos de Minas Gerais. Câmara (2018), ao analisar o trabalho de dois jornais impressos de MG sobre o rompimento da barragem, destacou a construção de narrativas dos fatos e relatos, bem como o estabelecimento de uma relação entre o acontecimento e a memória, na representação das fontes atingidas pelo empreendimento de mineração que tiveram espaço nos impressos. O tom jornalístico dos jornais configurou um enquadramento nostálgico da tragédia, visto o cenário de reconstrução da vida após o ocorrido pelos afetados (Câmara, 2018). Por outro lado, Lestingue (2013) encontrou um cenário contrário ao que se poderia esperar com a presença de fontes atingidas por empreendimentos nas matérias e reportagens jornalísticas. Ao estudar criticamente o discurso ecolinguístico do *Jornal Nacional* (JN) sobre a construção da UHE Belo Monte, o autor observou que os atores sociais (aqui representados pelos atingidos pela UHE) “são apenas parte de uma encenação midiática, cujas vozes são colocadas dentro de uma contextualidade enunciativa criada pelo próprio telejornal” (2013, p. 317). Para Lestingue (2013), isso evidencia que:

Qualquer que seja a opinião dos atores sociais participantes, elas podem ser recontextualizadas para se adequarem aos desígnios exigidos pela editoria. Desse modo, a pergunta sobre a natureza de Belo Monte encontra a seguinte resposta: é apenas um dos meios que a mídia tem de se apropriar de valores que afetam a sociedade moderna, como os dilemas encontrados na preocupação com a ecologia ao mesmo tempo em que é intimidada pelo discurso do medo, do escuro, do atraso. Essa polarização foi assinalada em todo o estudo e se confirmou como uma das estratégias discursivas prevaletentes. (Lestingue, 2013, p. 317)

Ao adotar o discurso oficial da UHE Belo Monte, o *Jornal Nacional* tornou-se porta-voz ou relações públicas do poder público, aqui representado pelo governo federal, “criando encenações noticiosas que perfazem a necessidade oficial de comunicação do governo de acordo com as mudanças contextuais” (2013, p. 317). O JN deu ênfase a aspectos que se relacionavam com a construção da usina e acabou por polarizar “a opinião pública na formação de efeitos de sentido que são orientados para os que são contra e os que são a favor”. Para um entendimento real do problema desencadeado pela UHE, seria necessária

uma compreensão de outros documentos referentes ao empreendimento. Em síntese, “a questão ecológica foi instrumentalizada para abrir um falso debate” no telejornal (2013, p. 317).

2. RESGATE TEÓRICO METODOLÓGICO: ANÁLISE DE CONTEÚDO E TEORIA DO ENQUADRAMENTO

Após as reflexões teóricas sobre o jornalismo especializado, com ênfase na segmentação da informação em meio ambiente, e antes de avançarmos para a metodologia e a análise das matérias e reportagens jornalísticas do objeto de estudo, é necessário abrir um espaço para um resgate teórico-metodológico dos procedimentos adotados para compreender a construção narrativa do *Jornal do Tocantins* (JTO) acerca dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito. Discutiremos a Análise de Conteúdo (AC) e a Teoria do Enquadramento, abordando-as de maneira aprofundada, com um resgate teórico e histórico dessas metodologias de forma detalhada. Neste capítulo, cumpre-se o terceiro objetivo estipulado pelo autor: discutir os pressupostos teóricos da análise de conteúdo, com ênfase na teoria do enquadramento e suas aplicações no jornalismo.

Desse modo, em um primeiro momento, faz-se uma breve introdução sobre a temática, discorrendo sobre a história da análise de conteúdo, passando pelas conceituações, formas de aplicação e a exposição do quadro de análise. Em seguida, disserta-se sobre o enquadramento, seguindo a mesma estrutura: breve introdução, história, conceituações, formas de aplicação e quadro de análise. Por fim, este capítulo se encerra com a explanação das categorias de classificação de enquadramento, definidas pelo pesquisador, os motivos pelos quais foram escolhidas e suas conceituações, apoiadas teoricamente em postulações de autores que se dedicam a esse campo.

Ao mesclar a Análise de Conteúdo e a Teoria do Enquadramento, o pesquisador trabalha com uma metodologia de caráter quantitativo-qualitativo. A Análise de Conteúdo (AC) sustentará a escolha das matérias a partir do material disponível e a seleção das reportagens que compõem o corpus de análise, que será feita por meio das categorias de classificação de enquadramento. Contudo, essas categorias, guiadas apenas pela AC, fornecem um material amplo que não permite o aprofundamento necessário em uma pesquisa monográfica. Portanto, busca-se o uso da Teoria do Enquadramento também como recurso metodológico, levando em consideração as especificidades do material coletado, contribuindo para elucidar ainda mais as categorias de análise e conferindo-lhes credibilidade. Nessa conjuntura, o enquadramento entra como uma base de sustentação da análise de conteúdo e

das categorias de classificação, justificando o caráter metodológico anteriormente apresentado.

A aplicação das referidas categorias estará voltada a matérias e reportagens jornalísticas de um período passado do jornalismo, referentes aos assuntos que envolveram, ou ao menos citaram, a UHE Estreito durante sua construção. O pesquisador escolheu o período de julho de 2002 a outubro de 2012, pois foi um momento em que o empreendimento estava em construção e, conseqüentemente, marcado por intensos acontecimentos, principalmente conflitos entre a empreiteira e os afetados pela barragem. A idealização do empreendimento remonta ao final da década de 1990, quando foram realizados estudos e pesquisas na região para avaliar a viabilidade de construção de uma usina para a produção de energia no país.

Contudo, os primeiros desdobramentos que ganharam notoriedade na imprensa, ocupando espaço nos jornais impressos e telejornais da época, ocorreram em julho de 2002. Nessa data, o consórcio Ceste Energia venceu o leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão responsável pela concessão do direito de construção das UHEs no país, e recebeu autorização governamental para construir o empreendimento em Estreito. A partir dessa data, o processo de concretização da UHE arrastou-se por anos, marcado por protestos de pessoas atingidas pelo empreendimento, conflitos judiciais, revogação de licenças, disputas de municípios por ressarcimentos dos impactos causados pelo empreendimento, entre outras questões. A construção foi inaugurada em outubro de 2012. Diante dessa exposição, o pesquisador traçou esse recorte espaço-temporal para a coleta de matérias e reportagens no *Jornal do Tocantins*.

Em decorrência do volume considerável de cadernos com notícias produzidas durante esses pouco mais de 10 anos e do curto prazo para examinar cada um minuciosamente, o pesquisador optou por selecionar os cadernos com as datas específicas dos acontecimentos mais importantes, priorizando o critério de relevância dos fatos. Para essa escolha, o autor utilizou como guia uma reportagem do *Repórter Brasil* de 2011 e o site do Ceste, responsável pelo empreendimento, ambos traçando uma linha do tempo dos meses desses 10 anos de construção da UHE, com os fatos e acontecimentos mais marcantes:

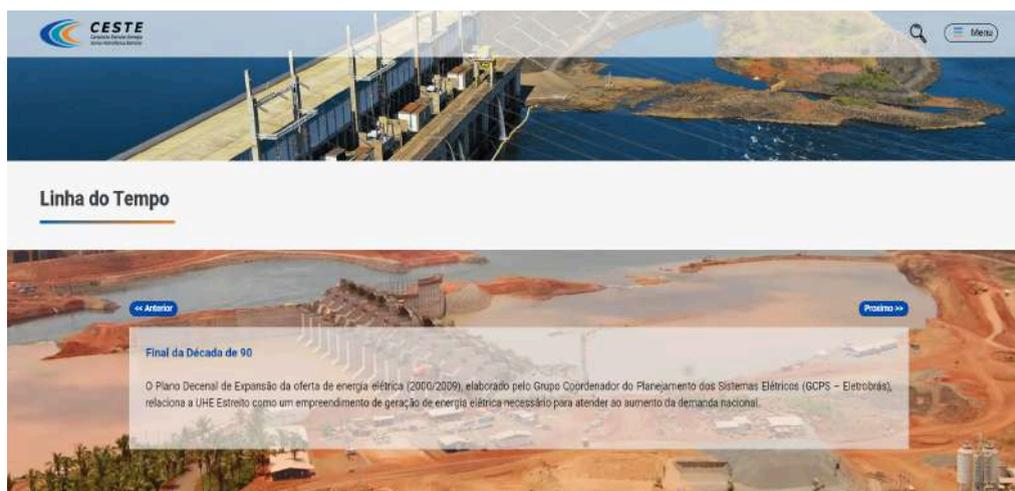
Figura 2: Captura de tela do trecho da linha do tempo feita pelo Repórter Brasil (2008)

Linha do tempo Usina Hidrelétrica de Estreito
Julho 2002 Ceste vence leilão da Aneel
Abril de 2005 Obtenção da Licença Prévia
Janeiro/ Fevereiro de 2005 Audiências públicas nos municípios
Dezembro 2006 Obtenção da Licença de Instalação
16 de Abril de 2007 Início do acampamento em frente ao empreendimento
25 de Abril de 2007 Justiça paralisa obras em Estreito (ação movida por Cimi e MAB)
Junho de 2007 Obras são retomadas por decisão do TRF da 1ª Região
11 de março de 2008 Segundo acampamento em frente às obras em Estreito (MA)
18 de março de 2008 1ª reunião de negociação. Manifestantes deixam usina
7 de abril de 2008 2ª reunião de negociação
11 de abril 3ª reunião, em que o governo desautoriza criação do foro
6 de junho de 2008 Justiça federal paralisa as obras (ação movida pelo MPF)
23 de junho de 2008 Obras são retomadas por decisão do TRF da 1ª Região

Fonte: Repórter Brasil (2008), disponível em:

<https://reporterbrasil.org.br/2008/07/atingidos-pelas-obras-de-hidreletrica-enfrentam-incertezas/>

Figura 3: Captura de tela do site do Consórcio Ceste Energisa com a linha do tempo



Fonte: Site do Consórcio, disponível em <https://uhe-estreiro.com.br/o-empendimento/linha-do-tempo.html>

Após a definição dos recortes espaço-temporais, iniciou-se a busca pelas matérias e reportagens no acervo do jornal, uma vez que, na época dos acontecimentos, o JTO era impresso e nenhum desses materiais foi digitalizado, estando disponíveis apenas em meio físico. Para isso, foram fotografadas todas as matérias e reportagens, disponíveis no Apêndice deste trabalho. Foram selecionadas todas as matérias que traziam o termo “UHE Estreito” no título ou no corpo do texto.

Nesse sentido, o pesquisador examinou diretamente os cadernos referentes aos anos e meses selecionados, sendo eles: 2002 (julho); 2005 (janeiro, fevereiro, abril e junho); 2006 (dezembro); 2007 (fevereiro, abril, maio, junho e outubro); 2008 (fevereiro, março, abril, maio e junho); 2009 (setembro); 2010 (novembro e dezembro); 2011 (abril e maio); e 2012 (outubro e novembro). Ao todo, foram coletadas 61 matérias/reportagens/notas referentes aos acontecimentos e fatos ligados à UHE Estreito.

Figura 4: Cadernos com as matérias/reportagens analisadas, ainda em meio físico.



Foto: arquivo pessoal.

A escolha do *Jornal do Tocantins* (JTO) baseou-se em critérios de relevância e longevidade, uma vez que este é um dos veículos mais antigos do estado, exercendo significativa influência entre seus leitores e sendo um dos poucos jornais regionais existentes durante o período dos acontecimentos analisados. Inicialmente, foi idealizada a proposta de incluir outro objeto de análise, o portal *O Eco*, de abrangência nacional, para estabelecer uma comparação entre as abordagens de dois veículos jornalísticos distintos: um regional e impresso, e outro de alcance nacional e presente no ciberespaço, sobre os impactos socioambientais da UHE de Estreito.

No entanto, considerando as dificuldades metodológicas e as críticas direcionadas a estudos comparativos, optou-se por excluir o portal *O Eco* da análise. Isso ocorreu devido à escassez de material sobre os eventos ambientais em questão no portal, o que inviabilizou a viabilidade da proposta comparativa. Assim, o JTO consolidou-se como o único objeto de análise deste trabalho. Essa escolha será detalhada no próximo capítulo, com contribuições voltadas para os estudos de jornalismo ambiental, fundamentadas pela aplicação da Análise de Conteúdo (AC) e pela Teoria do Enquadramento.

2.1 Análise de conteúdo: conceitos e pressupostos deste campo metodológico

O campo das ciências sociais, ao qual o jornalismo está integrado, exige que os estudiosos escolham um caminho metodológico capaz de contemplar o espectro singular presente em seus objetos de análise. Hoffman (2013) afirma que a definição da forma como

os dados serão coletados e analisados constitui a etapa mais importante do processo de pesquisa acadêmica (2013, p. 180). O pesquisador pode optar por conduzir uma investigação quantitativa, qualitativa ou mista. Entretanto, qualquer que seja o procedimento aplicado, ele deve estar alinhado à capacidade do autor de avaliar os resultados. Estudos que utilizam processos mistos no campo científico social são frequentemente preferidos, pois “permitem a apreensão do fenômeno e do objeto de estudo por prismas, por vezes, distintos” (Hoffman, 2013, p. 180).

No contexto das humanidades, Ferreira e Loguecio (2014) destacam que as pesquisas no campo social estão intimamente ligadas à indagação e à investigação do significado de eventos em seus respectivos contextos. Este campo possui uma característica “transdisciplinar e paradigmática” (2014, p. 34), em que os procedimentos metodológicos recorrem a métodos variados e abrangentes. Na contemporaneidade, os procedimentos e técnicas metodológicas da análise de conteúdo têm sido amplamente valorizados em ciências sociais e humanas, devido principalmente “à forma metódica com que se tratam informações e testemunhos que apresentam algum grau de profundidade e complexidade” (Rosa e Rosenzweig, 2013, p. 132-133). Os métodos empregados na análise de conteúdo foram aprimorados ao longo do tempo, “favorecidos pelos avanços na linguística, nas ciências da comunicação e na informática, além da preocupação com rigor e profundidade” (2013, p. 132-133).

Rosa e Rosenzweig (2013) enfatizam que, apesar de a análise de conteúdo ser frequentemente referida como um mero “instrumento de análise”, ela apresenta “uma grande diversidade de formas e é adaptável a um campo de aplicação muito vasto, ou seja, o campo das comunicações” (2013, p. 134). Maia, Hauber e De Paula (2022) explicam que, na aplicação da análise de conteúdo, os pesquisadores atuam como detetives, buscando sanar questões, encontrar respostas específicas e testar hipóteses (2022, p. 39). As autoras destacam que:

A análise de conteúdo é uma técnica ancorada em um rigor metodológico, ao mesmo tempo em que pode ser adaptada para diferentes tipos de situações de pesquisa. A versatilidade da análise de conteúdo, em grande parte, é decorrente da oportunidade de o próprio pesquisador ou profissional ser o responsável por criar as categorias por meio das quais o material empírico será analisado. Diante dessas possibilidades, a análise de conteúdo tem sido muito utilizada no campo da comunicação e política, tanto acadêmica quanto profissional. (Maia, Hauber e De Paula, 2022, p. 70)

Nesse contexto, as autoras destacam que os precursores deste método verificam “a confiabilidade, a validade, a capacidade de generalização e a replicabilidade da pesquisa”,

configurando a análise de conteúdo como “sistemática, objetiva e quantitativa” (2022, p. 39). Assim, cabe ao pesquisador definir com precisão o que será analisado e estabelecer categorias pertinentes ao material em estudo.

Moraes (1999) afirma que a análise de conteúdo, seja no campo da linguística, psicologia, sociologia, filosofia, história, educação ou literatura, fornece informações complementares que vão além da compreensão superficial. Como método investigativo, a AC orienta-se por caminhos específicos para a obtenção de dados científicos. Moraes (1999) descreve a análise de conteúdo como um instrumento único, “marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto, qual seja a comunicação” (1999, p. 3).

Hoffman (2013), por sua vez, entende a análise de conteúdo como uma prática metodológica que permite o tratamento de dados em estudos qualitativos. A autora fundamenta-se nos ideais de Bardin (1977), que conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas para descrever o conteúdo das mensagens, permitindo inferências sobre as condições de produção e recepção dessas mensagens (Bardin, 1977, p. 42).

Moraes (1999) também destaca que a análise de conteúdo auxilia na descrição e interpretação de dados presentes em documentos variados, como textos, periódicos e revistas. Essa abordagem amplia a compreensão das mensagens, alcançando significados que vão além da leitura habitual, enquanto conduz descrições sistemáticas e rigorosas, tanto qualitativas quanto quantitativas (1999, p. 3).

No campo das ciências sociais e humanas, a análise de conteúdo ganha relevância por integrar uma abordagem teórica e prática, superando uma simples exploração de dados. Segundo Moraes (1999), essa metodologia possui idiosincrasias e possibilidades que a tornam singular no contexto acadêmico.

Rodrigues (2020) descreve a análise de conteúdo como um método eficaz para decodificar informações em reportagens e matérias jornalísticas. Elementos como palavras, frases, parágrafos, imagens ou sons são organizados em categorias definidas previamente, com o objetivo de “fazer inferências lógicas sobre mensagens” (Rodrigues, 2020, p. 51). Assim, os pesquisadores assumem um papel investigativo, revelando significados implícitos e explícitos nas narrativas jornalísticas.

Ferreira e Loguecio (2014) reforçam que a análise de conteúdo desvela mensagens em documentos diversos por meio de técnicas que organizam e sistematizam unidades textuais, evidenciando núcleos de sentido, como temas e conceitos. Essas técnicas

configuram a análise de conteúdo como uma estratégia importante na pesquisa interpretativa, especialmente no ensino de ciências (2014, p. 33).

Ikeda e Chang (2005) afirmam que a análise de conteúdo auxilia pesquisadores em decisões e na obtenção de informações sobre objetos no campo comunicacional. Apesar de ser exploratória, essa abordagem fornece “sinais importantes sobre pontos fortes e fracos da comunicação” (2005, p. 5). Neuendorf acrescenta que esse método examina e interpreta mensagens de maneira empírica, sempre respeitando os princípios do rigor científico.

Conforme Kimberly Neuendorf, a análise de conteúdo caracteriza-se como um procedimento metodológico voltado à investigação empírica, com enfoque na interpretação, sumarização e análise de mensagens e sinais presentes nos conteúdos. Esse processo pode ser conduzido por meio de abordagens qualitativas ou quantitativas, guiado pelos princípios do método científico. Nele, observa-se a coexistência entre a objetividade do texto e a subjetividade inerente ao pesquisador (Maia, Hauber e De Paula, 2022, p. 39).

Por conseguinte, a análise de conteúdo surge como uma ferramenta indispensável no campo da pesquisa científica, especialmente na interpretação de fenômenos comunicativos e culturais. Sua aplicação permite um entendimento mais aprofundado dos sentidos e significados atribuídos às mensagens, ao mesmo tempo em que oferece parâmetros objetivos para a sistematização de dados. Assim, o equilíbrio entre a imparcialidade do método e a capacidade interpretativa do pesquisador constitui um elemento essencial para a validade e a relevância dos resultados obtidos.

2.1.1 Análise de conteúdo: um breve percurso pela história

Bardin (1977) relata que a análise de conteúdo emerge nos Estados Unidos nas quatro primeiras décadas do século XX, sendo inicialmente aplicada ao produto do fazer jornalístico no meio impresso. Este procedimento metodológico, originário do campo das comunicações, especialmente do jornalismo, foi impulsionado pelas pesquisas acadêmicas desenvolvidas pela Escola de Jornalismo da Columbia. Segundo Bardin:

Desde o princípio do século, durante cerca de quarenta anos, a análise de conteúdo desenvolveu-se nos Estados Unidos. Nesta época, o rigor científico invocado é o da medida e o material analisado é essencialmente jornalístico. A Escola de Jornalismo da Colúmbia dá o pontapé de saída e multiplicam assim os estudos quantitativos dos jornais e é feito um inventário das rubricas, segue-se a evolução de um órgão de imprensa, mede-se o grau de sensacionalismo dos seus artigos, comparam-se os seminários rurais e os diários citadinos. Desencadeia-se um fascínio pela contagem e pela medida. (Superfície dos artigos, tamanhos dos títulos, localização na página). Por outro lado, a Primeira Guerra Mundial deu lugar a um tipo de análise que se amplifica aquando da Segunda: o estudo da propaganda. (Bardin, 1977, p.15)

Ferreira e Loguecio (2014) reforçam que, ainda no início do século XX, a análise de conteúdo se desenvolveu como um segmento metodológico clássico, voltado ao exame de periódicos veiculados na grande imprensa sob um viés quantitativo. Nesse cenário, destaca-se Harold Lasswell, que operacionalizou a técnica para compreender a propaganda no contexto da Primeira Guerra Mundial. Já Ikeda e Chang (2005) apontam que Lasswell foi pioneiro no uso da análise de conteúdo para examinar materiais da imprensa e propagandas, consolidando a sistematização das regras dessa metodologia na década de 1940 e 1950. Durante esse período, o governo dos EUA utilizou a análise de conteúdo para desmascarar jornais e periódicos suspeitos de promover propaganda subversiva (Chang, 2005, p. 6).

Na década de 1940, a análise de conteúdo foi estrategicamente empregada para avaliar mídias impressas e audiovisuais propagadoras de mensagens incompatíveis com os ideais aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Ferreira e Loguecio (2014) afirmam que a análise foi utilizada para rastrear conteúdos de cunho nazista disseminados em jornais, revistas e na televisão (Ferreira e Loguecio, 2014, p. 38).

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a aplicação da análise de conteúdo perdeu força, mas ressurgiu nas décadas de 1950 e 1960. Esse renascimento expandiu seu alcance para diversas disciplinas, inaugurando uma "segunda juventude" da metodologia, caracterizada por sua diversificação de usos e crescimento significativo (Ikeda e Chang, 2005, p. 6).

Embora as origens da análise de conteúdo estejam associadas ao contexto estadunidense do século XX, Ferreira e Loguecio (2014) identificam resquícios de sua aplicação desde a antiguidade, em contextos hermenêuticos. Nesse período, técnicas rudimentares de análise eram empregadas para interpretar mensagens e sinais nos textos sagrados, buscando desvelar sentidos ocultos por meio de processos de depuração de símbolos e mensagens (Ferreira e Loguecio, 2014, p. 37). Bardin (1977) também corrobora essa visão, destacando a hermenêutica como prática precursora da análise de conteúdo:

Antes de analisar as comunicações segundo as técnicas modernas do século XX tornadas operacionais pelas ciências humanas, os textos já eram abordados de diversas formas. A hermenêutica, a arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos é uma prática muito antiga. O que é passível de interpretação? Mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com duplo sentido, cuja significação profunda, (a que importa aqui) só pode seguir depois uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática. Por trás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar. A interpretação dos sonhos, antiga ou moderna, a exegese religiosa (em especial a da Bíblia), a explicação crítica de certos textos literários, até mesmo, de práticas tão diferentes como a astrologia ou a psicanálise relevam de um processo hermenêutico. (Bardin; 1977; p. 14)

Nos caminhos históricos da análise de conteúdo, diversas transformações integraram e ampliaram este campo metodológico. No cenário contemporâneo, a praticidade e a sofisticação marcam os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo, potencializados pelo avanço acelerado da tecnologia. A coleta de dados e os testes de confiabilidade tornaram-se mais ágeis, especialmente na codificação de extensos materiais textuais. Soma-se a isso a contribuição da tecnologia digital, que trouxe versatilidade à elaboração de categorias analíticas, “permitindo que a análise de conteúdo seja aplicada em pesquisas de naturezas distintas” (Maia, Hauber e De Paula, 2022, p. 40).

A instrumentalização de computadores e softwares no âmbito da análise de conteúdo ganhou destaque a partir da década de 1990, impulsionada pelos “avanços tecnológicos e pela expansão do acesso e do uso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC)” (Ferreira e Loguecio, 2014, p. 44). Desde então, tais ferramentas vêm sendo continuamente aperfeiçoadas, permitindo o uso de técnicas avançadas para otimizar a execução metodológica da análise de conteúdo.

O uso de computadores proporciona diversas facilidades no processo metodológico, conforme descrito por Ferreira e Loguecio (2014):

O uso do computador permite armazenar, organizar e analisar dados de maneiras descritiva e inferencial, quantitativa e qualitativamente, facilitando o uso de técnicas de análise estatísticas multivariadas, fundamentais para a análise de fidedignidade dos resultados obtidos. A adoção de softwares na análise de conteúdo é essencial para a legitimação da pesquisa científica associada, por meio da automatização, da ampliação da inteligência artificial e dos meios de aferição de confiabilidade (o que será à frente tratado em seu caráter particular) e, por consequência, da qualificação dos meios de aferição da validade e da viabilidade do método em pesquisas.” (Ferreira e Loguecio; 2014; p. 44)

Embora as tecnologias apresentem benefícios inegáveis, Ferreira e Loguecio (2014) destacam que computadores e softwares, por mais avançados que sejam, não realizam o trabalho analítico de forma autônoma e plena. Isso ocorre porque, ainda que o progresso tecnológico seja expressivo, persistem limitações, como a complexa articulação entre objetivos essencialmente qualitativos (exemplo da análise do discurso e da compreensão do funcionamento da língua) e resultados predominantemente quantitativos (especialmente os frequenciais e de análise de significância estatística) (Ferreira e Loguecio, 2014, p. 44-45).

Neste trabalho, contudo, o uso de softwares e computadores para a operacionalização da análise de conteúdo não será adotado. A presente discussão teve como objetivo apenas ilustrar como as metodologias de pesquisa acompanham os avanços tecnológicos na

contemporaneidade. Optaremos, assim, por um desenvolvimento metodológico totalmente manual, que abarcará desde a escolha das categorias analíticas até a aplicação, inferência e interpretação dos resultados.

Dado que o enquadramento das categorias será um dos pilares centrais deste estudo, passamos agora ao debate que confere sentido e profundidade à análise de conteúdo.

2.1.2 Formas de aplicação dos métodos de análise do conteúdo: procedimentos gerais e os de caráter da comunicação

Na linha do tempo de constituição e incorporação da análise de conteúdo, a aplicação de suas técnicas alternava-se “entre o rigor da suposta objetividade dos números e a fecundidade sempre questionada da subjetividade”. Todavia, com o passar do tempo, caminhos de caráter qualitativo passaram a ser mais valorizados, à medida que pesquisadores passaram a utilizar a indução e a intuição como ferramentas para alcançar um patamar de compreensão dos fenômenos que vai além da superficialidade (Moraes, 1999, p. 3-4).

Ferreira e Loguecio (2014) pontuam que a análise de conteúdo é a ligação de fatores de interpretação (hermenêutica) direcionada à inferência, envolvendo um esforço de entendimento dos conteúdos dimensionados em um espectro quantitativo, ou seja, um caráter puramente objetivo que se volta a procedimentos numéricos, buscando determinar, por meio de indicadores, a frequência de uso de palavras, temas e outras unidades de sentido. Outro espectro é o qualitativo, que se apoia em um caráter subjetivo ao investigar significados em mensagens e sinais, verificando intuitivamente hipóteses (Ferreira e Loguecio, 2014, p. 35). O termo inferência, já mencionado diversas vezes neste capítulo, diz respeito à ligação “entre os significados que constituem as proposições de uma base lógica explicada” (2014, p. 35).

Tanto o método qualitativo quanto o quantitativo, inseridos na análise de conteúdo, tendem a debruçar-se sobre a manipulação do que está presente em determinado documento, interpretando e inferindo o entendimento ali manifestado, que se apresenta, em primeira instância, de maneira objetiva, “lapidando elementos subjetivos oriundos das condições de produção/recepção do conteúdo e das condições de produção da análise” (2014, p. 36).

Os autores explicam que a análise de conteúdo abrange uma série de técnicas e formas de condução de pesquisa. É de domínio da análise de conteúdo (AC) as operações de inventário, sistematização, expressão e explicitação dos signos, sinais, símbolos, imagens, linguagem e demais representações dos textos, que também podem ser quantificadas, sob a orientação de um conjunto de processos parciais e complementares. Em relação à inferência

de dados, Ferreira e Loguecio (2014) sugerem a análise categorial, de avaliação, de enunciação e proposicional do discurso como técnicas mais apropriadas para essa etapa da pesquisa.

Moraes (1999) afirma que, no momento em que o pesquisador define os objetivos, o trabalho tende a seguir um caminho metodológico qualitativo ou quantitativo, dependendo da abordagem escolhida. Todavia, salienta que, independentemente do método aplicado, ao finalizar a investigação, o pesquisador deve estar apto a explicar os objetivos da análise de maneira clara, pois isso possibilita delimitar o que foi extraído da investigação de forma efetiva:

Numa abordagem quantitativa, dedutiva, de verificação de hipóteses, os objetivos são definidos de antemão de modo bastante preciso. Constituem parte essencial do planejamento inicial que precede e orienta as fases posteriores da pesquisa, especialmente a definição dos dados e os procedimentos específicos de análise. Numa abordagem qualitativa, construtiva ou heurística, esta construção, ao menos em parte, pode ocorrer ao longo do processo. Nesta abordagem, assim como a categorias poderão ir emergindo ao longo do estudo, também a orientação mais específica do trabalho, os objetivos no seu sentido mais preciso, poderão ir se delineando à medida que a investigação avança. Entretanto, de um modo geral é possível afirmar que ao concluir-se uma pesquisa é importante ser capaz de explicitar com clareza os objetivos do trabalho realizado. Quando se utiliza a análise de conteúdo, uma clara explicitação de objetivos ajuda a delimitar os dados efetivamente significativos para uma determinada pesquisa. (Moraes; 1999; p. 3-4)

Ferreira e Loguecio (2014) ressaltam que, independentemente do rumo metodológico escolhido (qualitativo, quantitativo ou híbrido) ou da gama de naturezas e etapas estabelecidas, se a pesquisa estiver de acordo com a variada classe epistemológica, a análise de conteúdo desponta como uma importante técnica de investigação e tende a apresentar resultados potentes, especialmente em situações em que o pesquisador coloque em perspectiva o conteúdo analisado de maneira sistêmica para “o uso exploratório na interpretação e na inferência de significados, bem como na compreensão das suas condições de produção e de recepção” (2014, p. 39-40).

Hoffman (2013) explica que, de modo geral e de fácil compreensão, as técnicas dos procedimentos metodológicos aplicados às mais variadas áreas passam por três fases primordiais em toda pesquisa: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados – nesta última reside o processo de inferência e interpretação das mensagens e sinais inerentes ao documento que se analisa (Bardin, 2011 *apud* Hoffman, 2013, p. 182). Nas palavras da autora, a pré-análise é reconhecida como a fase de organização de toda a pesquisa, na qual “estabelece-se um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis” (2013, p. 183).

Ikeda e Chang (2005) também definem a pré-análise como a etapa de organização da pesquisa, em que o pesquisador deve estabelecer seu objeto de análise de maneira adequada. Para que essa escolha ocorra de forma qualificada, é necessário, em primeiro lugar, uma leitura sobre o assunto ao qual o objeto se enquadra, estabelecendo uma familiaridade com a temática. Após essa fase, a pesquisa prossegue para o estabelecimento dos critérios de escolha dos documentos (2005, p. 7).

Essa etapa de escolha do material de análise é representada por Maia, Hauber e De Paula (2022) pelo termo “amostra”, uma mera diferença lexical que não altera o sentido, já que, para as autoras, é o primeiro passo do projeto. No campo comunicacional, Maia, Hauber e De Paula exemplificam textos de jornais, tweets, posts em redes sociais e gravações em áudio e vídeo como materiais de análise no campo das ciências da comunicação (2022, p. 48).

As autoras, convergindo com o ideal propagado por Ikeda e Chang (2005), pontuam a leitura prévia exploratória como um mecanismo para conhecer e compreender o objeto de análise e definir como a pesquisa será construída, bem como as estratégias analíticas que a comporão (2022, p. 48). Maia, Hauber e De Paula (2022) explicam que, no caso de materiais com uma quantidade considerável de unidades a serem examinadas, principalmente se a análise for feita manualmente, sem o auxílio de *softwares*, o pesquisador pode estabelecer uma amostra “estatisticamente relevante”, uma vez que o campo da análise de conteúdo permite diversas construções de amostras (2022, p. 48).

Maia, Hauber e De Paula (2022) acrescentam que, antes de chegar à fase de exploração do material, o pesquisador deve traçar as categorias de análise que serão aplicadas aos objetos de estudo, permitindo que a investigação alcance resultados. As autoras explicam que a definição dessas categorias pode ser baseada em um amparo teórico que referência a pesquisa ou sustentada nos pressupostos teóricos de outros autores, “empregados em estudos empíricos prévios com interesses semelhantes” (2022, p. 49).

Neste trabalho, o pesquisador buscará seguir o segundo critério para analisar o enquadramento dos riscos, conflitos e ações desencadeados pelos impactos da UHE Estreito, construindo categorias já utilizadas, com pequenos ajustes, referenciando os autores e conceituando-as, e estabelecendo uma concordância entre elas, uma vez que “as categorias devem dialogar diretamente com os objetivos do trabalho” (2022, p. 49). Sobre esse processo de escolha das categorias, Maia, Hauber e De Paula (2022) reforçam:

Cabe reiterar que as categorias podem ser criadas não apenas para identificar aspectos dos textos escritos, mas, também, para apreender elementos de imagens, como aspectos semióticos, o que ela representa denotativamente, o ângulo da câmera, dentre outros (...) as categorias devem ser cuidadosamente descritas no

chamado livro de códigos. É recomendável que os pesquisadores incorporem em suas descrições as origens e definições conceituais das variáveis, com registro de referências bibliográficas, exemplos de operacionalização e, ainda, esclarecimentos sobre as adaptações ou peculiaridades no emprego dos códigos. (Maia, Hauber, De Paula; 2022; p. 49)

No que diz respeito ao processo de exploração do conteúdo presente nos objetos de análise, Ikeda e Chang (2005) compreendem essa fase metodológica da análise de conteúdo como o momento em que o pesquisador desenvolverá o que foi definido na etapa de pré-análise, ou seja, como ele aplicará as categorias e técnicas decididas. Refere-se, nesse momento, à forma como o pesquisador irá operar os índices, indicadores, hipóteses, materiais, entre outros (2005, p. 7).

Após a aplicação da técnica de análise de conteúdo, o próximo procedimento metodológico é o tratamento dos resultados, a interpretação e a inferência do que foi obtido na pesquisa. Nessa fase, examina-se a conexão visualizada, levando em conta os questionamentos que guiaram a pesquisa ou as hipóteses a serem testadas, com o referencial teórico e os objetivos do trabalho (Maia; Hauber; De Paula, 2022, p. 49).

Na perspectiva de Ikeda e Chang (2005), essa etapa de trabalhar os resultados obtidos na pesquisa possibilita que ela se torne válida e tenha contribuições significativas. A apresentação desses resultados pode ocorrer por meio de operações estatísticas, das mais simples às mais complexas, como quadros de resultados, diagramas, entre outros. Com o que se obtém da investigação, o pesquisador consegue realizar inferências e interpretações, alinhadas aos objetivos traçados (2005, p. 7).

As autoras complementam que essa última etapa é a mais desafiadora, mas também a mais interessante da análise de conteúdo. Destaca-se como interessante devido aos resultados obtidos e ao que a pesquisa oferece, mas é difícil pela necessidade de precisão e autocontrole constante do pesquisador, que busca significados em segundo plano para integrá-los, de maneira mais efetiva, aos objetivos da pesquisa.

Hoffman (2013) explica que todo o processo metodológico da análise de conteúdo deve estar em consonância com alguns critérios que conferem credibilidade aos resultados e permitem que eles sejam aplicados em outras ocasiões, seja pelo mesmo pesquisador em diferentes pesquisas, seja por outros estudiosos da área. O primeiro critério é a exaustividade, que diz respeito à ideia de não omitir nada, esgotando os materiais em sua totalidade. O segundo é a representatividade, na qual a amostragem deve representar bem o universo. O terceiro é a homogeneidade, que se refere ao pertencimento dos dados ao menor campo ou tema, sendo obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes. Por fim, a

pesquisa sob a perspectiva da análise de conteúdo deve ter pertinência, que conceituamos como a consonância dos documentos com o conteúdo e os objetivos do estudo, e exclusividade, um elemento que preza pela classificação dos dados em uma única categoria.

Maia, Hauber e De Paula (2022) detalham que, ao prosseguir com a análise de conteúdo, o pesquisador precisa ter em mente três fatores integrados no protocolo de aplicação das técnicas metodológicas que permeiam esse campo: reprodutibilidade (a confiança e validade da pesquisa), replicabilidade e generalização. Os dois primeiros termos, quando analisados de maneira aprofundada, divergem em determinado momento, apesar da intercambialidade que possuem:

Reprodutibilidade significa a possibilidade de obter resultados consistentes através da utilização daqueles códigos, métodos, passos e condições de análise num dado conjunto de dados. Isso diz respeito à validade das operacionalizações conceituais e da confiabilidade (consistência) das medidas naqueles dados de um determinado estudo. A Replicabilidade refere-se à possibilidade de obter resultados consistentes através de estudos que têm por objetivo responder às mesmas questões a partir de outro conjunto de dados. A reprodutibilidade está associada à transparência do estudo, id est, ao esforço dos pesquisadores para explicitar a definição adotada nos códigos e desenvolvimento da análise a fim de permitir a confirmação de resultados por outros pesquisadores. A replicabilidade pressupõe que a mesma análise será feita através de métodos e códigos semelhantes aos que foram usados em estudos prévios, mas com uma nova base de dados (Maia, Hauber e De Paula; 2022; p. 41)

No que concerne ao critério da generalização, as autoras estão ligadas à medida em que “os resultados de um dado estudo se aplicam a outros contextos ou populações que diferem daquela original”. Estando em consonância com esses três protocolos metodológicos demandados pela análise de conteúdo, a pesquisa traz um entendimento mais preciso e claro acerca das contribuições e limitações de quem a realizou. Além disso, os critérios viabilizam que a mesma análise tenha sua reprodutibilidade exercida por outros pesquisadores (2022, p. 41).

2.1.3 Procedimentos metodológicos da análise de conteúdo no jornalismo

Nos veículos de comunicação de massa, propagam-se conteúdos de viés político, de especialistas em determinados assuntos, de pessoas sem formação acadêmica ou superior, ou seja, de todos os membros da sociedade civil (Maia; Hauber; De Paula, 2022, p. 45). Toda essa veiculação de conteúdos está acessível a milhares de pessoas e torna transparentes as intrigas que permeiam as massas, em especial os atores que as compõem. Todo esse cenário, na perspectiva das autoras, é passível de ser analisado sob uma perspectiva macro, exigindo que o pesquisador esteja atento a detalhes intrínsecos desse ramo das ciências da

comunicação:

Os materiais dos media de massa permitem desenvolver análises de debates públicos numa perspectiva macro. No material jornalístico, é preciso estar atento, por exemplo, à desigualdade do espaço destinado a cada um desses atores; o que eles dizem dificilmente é reproduzido na íntegra. O que ganha atenção nos media demanda entender como as narrativas e a visibilidade são construídas pelos jornalistas: são processos complexos, relacionados a diferentes fatores, desde a rotina profissional, processos de seleção, corte, enquadramento – que são indissociáveis das relações e dinâmicas sociais mais amplas – até os interesses econômicos das organizações. (Maia, Hauber, De Paula; 2022; p. 45)

Nos materiais que integram a “ecologia” dos meios de comunicação, os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo são capazes de localizar “quem, qual ator tem voz e o que diz em diferentes ambientes” em matérias e reportagens jornalísticas, revistas, notícias de TV, entre outros (Maia; Hauber; De Paula, 2022, p. 45). Desse modo, as pesquisas que se debruçam sobre objetos do plano das mídias “oferecem importantes subsídios para o entendimento de controvérsias públicas” (2022, p. 45).

Ademais, tal oferta de subsídios configura a análise de conteúdo como um importante mecanismo de investigação acadêmica, permitindo examinar sistematicamente uma ampla variedade de materiais em diferentes contextos de comunicação, seja face a face, no ciberespaço ou nos veículos de massa. É importante, claro, pensar nos processos comunicativos em uma escala ampla, extrapolando as interações interpessoais face a face ou online, uma vez que os processos de mediação requerem atenção conceitual e investigação empírica rigorosa.

Ainda é válido constatar que o funcionamento das mídias e os produtos que delas resultam são fruto de uma série de práticas intrínsecas ao fazer jornalístico, exercido por profissionais da área, que realizam operações complexas para produzir sentido em determinada matéria ou reportagem. Esses conteúdos podem ter origem em mais de uma empresa de comunicação e integrar formatos diversos. A escolha desses objetos para análise pelo pesquisador segue critérios específicos, não sendo algo aleatório ou sem parâmetros claros:

A seleção deve ser feita em conformidade com o quadro teórico-conceitual do desenho da pesquisa e cobrir intervalo de tempo apropriado ao estudo – semanas, anos ou mesmo décadas. A análise de conteúdo pode focalizar o texto jornalístico ou proferimentos em programas televisivos, tipos de enunciadores, expressões discursivas, imagens, entre outros. (Maia, Hauber e De Paula; 2022; p. 60)

O “quadro teórico-conceitual”, ao qual as autoras se referem, pode ser construído seguindo classificações estabelecidas por Lasswell, que propõe, para o campo da comunicação, em especial o jornalismo, seis questões que caracterizam as técnicas metodológicas: 1) Quem fala? 2) Para dizer o quê? 3) A quem? 4) De que modo? 5) Com que

finalidade? 6) Com que resultados? (Moraes, 1999; Maia; Hauber; De Paula, 2022). Guiados por essas perguntas, o pesquisador é capaz de definir categorias de análise a serem aplicadas ao objeto de estudo e traçar os objetivos dos procedimentos metodológicos, considerando a relação existente entre esses seis questionamentos (Moraes, 1999, p. 5).

Quando um pesquisador se orienta pelo questionamento “quem fala?” na análise de conteúdo, ele examina “quem emite a mensagem”. A mensagem transmitida guiará logicamente todo o estudo, à medida que ele buscará identificar características do emissor da mensagem, seja escrita ou sonora, estabelecendo conexões e relações com “sua personalidade, comportamento verbal, valores, universo semântico, características psicológicas ou outras”. Nessa conjuntura, o pesquisador deduz que tal mensagem “exprime e representa o emissor”, realizando inferências a partir dos dados obtidos na pesquisa (Moraes, 1999, p. 5). Nessa categoria, Maia, Hauber e De Paula (2022) estabelecem maneiras de visualizar os objetos de análise:

Podemos mencionar as seguintes categorias: (a) agentes do Executivo, (b) do Legislativo, (c) do Judiciário, (d) partidos políticos, (e) especialistas, (f) agentes da mídia, como jornalistas, editores, comentaristas, (g) agentes do mercado e empresários, (h) sociedade civil organizada, (i) intelectuais, artistas e celebridades, (j) agentes religiosos e (k) cidadãos comuns. O tipo de mídia tem implicações cruciais para proceder a codificação dos atores na análise de conteúdo. Em notícias impressas, por exemplo, as declarações das fontes podem ser representadas por meio de citações diretas que preservam as expressões originais ou por meio de citações indiretas.” (Maia, Hauber e De Paula; 2022; p. 61)

Em casos em que o pesquisador se guia pelo questionamento “para dizer o quê”, ele visa examinar elementos característicos da mensagem emitida por algum ator ou personagem, como o valor informativo presente, as palavras, argumentações e ideais expressos, procedimentos que estão integrados na análise temática (Moraes, 1999, p. 5).

A análise de conteúdo, por meio dos procedimentos e técnicas que a compõem, detém um valor significativo para o que é veiculado na mídia, compreendendo “os valores, os interesses, os vocabulários e as performances de diferentes categorias de falantes na cena pública” de mensagens expressas por determinados atores ou personagens (Maia; Hauber; De Paula, 2022, p. 61-62). A atenção analítica dedicada “às hierarquias e desigualdades sociais ou aos jogos de interesse” é capaz de esclarecer a maneira como os conflitos sociais se configuram publicamente (2022, p. 61-62).

Os caminhos tomados pelo pesquisador, cujos objetivos estão alinhados à pergunta “a quem”, investigam o receptor da mensagem emitida por determinado ator social, “procurando inferir as características deste, a partir do que lê ou ouve” (Moraes, 1999, p. 5). Inferências sobre os receptores, foco da pesquisa nessa categoria, originam-se de indicadores e

características das mensagens. Já em objetivos direcionados ao questionamento “como”, o pesquisador volta-se aos processos, códigos, estilo, estrutura da linguagem e demais idiosincrasias do meio em que a mensagem é transmitida (1999, p. 5).

A utilização dos procedimentos metodológicos da análise de conteúdo e suas aplicações em objetos de pesquisa comunicacionais, como matérias e reportagens jornalísticas, permite ao pesquisador localizar situações e espaços de controvérsias públicas e a maneira “como os falantes apresentam e reconstróem seus discursos, alteram ênfases ou reequilibram as suas posições em interação com outros participantes na cena pública” (Maia; Hauber; De Paula, 2022, p. 62).

No questionamento “com que finalidade”, o objetivo do pesquisador centra-se em identificar os objetivos comunicacionais, explícitos ou implícitos. Tal questionamento foca no emissor da mensagem. No entanto, busca-se “captar as finalidades com que emite uma determinada mensagem, sejam elas manifestas ou ocultas” (Moraes, 1999, p. 5). Quanto à pergunta “com que resultados”, a pesquisa objetiva “identificar e descrever os resultados efetivos de uma comunicação”. Nesse caso, não há necessariamente coincidência entre os objetivos e os resultados alcançados, de modo que “a pesquisa pode também explorar a questão da congruência entre fins e resultados” (1999, p. 5).

Por meio desses questionamentos e do percurso traçado até aqui, foi possível elaborar o primeiro quadro que fornecerá informações sobre os conteúdos das matérias e reportagens coletadas. O trabalho iniciará com a identificação das matérias e reportagens em um quadro analítico, no qual serão tratados alguns aspectos das notícias sob a ótica da análise de conteúdo. Além da identificação da reportagem, abordaremos nesse primeiro quadro questões importantes como o tema (o gancho da matéria ao qual o autor recorreu), o gerenciamento de fontes (se possui, quantas aparecem e qual sua natureza: poder público, especialistas, fontes ligadas ao consórcio, pessoas afetadas pelo empreendimento ou nenhuma), a editoria em que se encontra, o contexto de impacto (identificação de um impacto da Usina no estado ou país abordado pela matéria) e a fotografia (se há ou não, e, nos casos em que houver, o que ela apresenta e como se apresenta, em termos de ângulos).

Esse esboço permitirá incrementar uma análise mais pertinente sobre o enquadramento dos riscos, conflitos e ações da UHE de Estreito no Jornal do Tocantins (JTO), enriquecendo o entendimento do *modus operandi* da cobertura feita pelos jornalistas que discorreram sobre os fatos e auxiliando na compreensão da construção das narrativas dos acontecimentos pelo então impresso local.

Tabela 2 Composição da Análise de Conteúdo adotado nesta pesquisa

Matéria/Reportagem (nº)	Data de publicação	Editoria	Título	Tema (Gancho)	Contexto de Impacto	Fotografia
Ex: 01	Mês X do ano X	Editoria X	“xxxxxxxxxxxxxxxxxx”	Leião/Conflito/Audiência Pública...	Impacto Ambiental/Social/Econômico ...	Há o uso de x foto(s) / Não há uso de fotos Na foto há xxxxxx, em um ângulo xxxxxx

Elaborado pelo autor. 2024.

Essa primeira tabela analítica nos possibilitará traçar uma sistematização dos conteúdos no *corpus* noticioso das notícias veiculadas no Jornal do Tocantins (JTO), evidenciando a natureza quantitativa da pesquisa. Após esse primeiro procedimento, a pesquisa se sustentará em um segundo quadro de análise, voltado às categorias de classificação de enquadramento, aprofundando a examinação do nosso objeto.

E, já que fora mencionado o enquadramento, parte-se agora para o próximo tópico, no qual se debruçará sobre os pressupostos teóricos da Teoria do Enquadramento, vista pela ótica da Análise de Conteúdo (AC).

2.2 Enquadramento

Agora que se discutiu, neste primeiro tópico e demais subtópicos do capítulo, sobre a análise de conteúdo, toma-se um caminho mais específico a partir deste momento. A ênfase, agora, é na Teoria do Enquadramento e sua aplicação no jornalismo, uma técnica metodológica que também integra o campo da análise de conteúdo. Ao longo deste tópico, (I) faz-se uma breve introdução sobre o enquadramento, (II) traça-se uma rápida linha do tempo e expõem-se os pressupostos teóricos que sustentam essa metodologia, estabelecendo sua relação com o jornalismo. Por fim, (III) apresentam-se proposições metodológicas e as formas de aplicação da Teoria do Enquadramento, além de quais caminhos foram tomados para examinar a abordagem jornalística sobre os riscos, conflitos e ações dos impactos socioambientais da UHE Estreito, veiculadas pelo Jornal do Tocantins (JTO), ocorreram. Ao trazer essas proposições metodológicas, acrescenta-se a ligação entre o enquadramento e a análise de conteúdo.

Nos caminhos escolhidos para percorrer, com o intuito de deixar ainda mais claro para os leitores desta escrita, adotou-se o método de enquadramento denominado holístico manual, apoiado teoricamente por Vimeiro e Maia (2011). Abre-se aqui também um pequeno adendo: a Teoria do Enquadramento é comumente referenciada, até mesmo em estudos da língua portuguesa, como *framing analysis/theory* ou *frame*:

O termo *framing* é usado para identificar tipos de categorias ou scripts que ajudam a estruturar a nossa experiência diária e facilitam o processo de construção de significados, nos permitindo entender certos temas em perspectivas particulares. Após essa elaboração inicial, a metáfora foi apropriada por diversos pesquisadores dedicados ao estudo da notícia (Gutmann; 2006; p. 32)

Ao longo deste tópico, tratam-se esses termos como sinônimos de enquadramento, mas reforça-se que há uma discussão mais profunda sobre essa temática, a qual não será abordada neste trabalho. Diante disso, parte-se agora para uma introdução à Teoria do Enquadramento.

Mendonça e Simões (2012) visualizam que o enquadramento permite a identificação de regras e instruções que orientam a interpretação de um fato ou acontecimento, bem como dos atores sociais envolvidos (2012, p. 189). Segundo os autores, essa ferramenta teórica, cada vez mais retomada em estudos de naturezas diversas, detém a capacidade de “captar a dimensão simbólico-interpretativa das relações sociais” (2012, p. 187). As conceituações de enquadramento emergem e recebem projeção em áreas como sociologia, política, comunicação e psicologia.

O enquadramento, segundo Mendonça e Simões (2012), possibilitou a execução de pesquisas científicas com seus próprios métodos e técnicas metodológicas, aplicáveis a uma ampla variedade de objetos de estudo, como campanhas políticas, *reality shows*, grandes eventos públicos, movimentos sociais e conversas informais. Dotado de uma riqueza heurística e considerável maleabilidade, o enquadramento parece adaptar-se a problemas de pesquisa distintos, ao mesmo tempo em que embasa abordagens metodológicas diversas⁷ (2012, p. 187).

Em pesquisas cujos objetos de estudo residem no campo da comunicação, principalmente naquelas que debatem o papel dos veículos de massa em processos políticos, Porto (2004) afirma que o enquadramento tem ganhado destaque e popularidade, à medida que esses trabalhos se apoiam em seu conceito, ainda que esse protótipo seja considerado em

⁷ Os autores advertem que estas abordagens distintas em campos diversos emergem duas consequências perigosas. Uma diz respeito a perda de precisão do conceito que detém o enquadramento. A segunda é na fratura do conceito de enquadramento. (Mendonça e Simões; 2022; p. 187-188)

“estado embrionário”, devido às discussões recentes e constantes atualizações. Contudo, esse fator não tem impedido que as aplicações do enquadramento incrementem a dinamicidade do campo comunicacional político, oferecendo “uma nova perspectiva para entender o papel da mídia” (2004, p. 74).

Porto (2004) explica que o conceito de enquadramento tem sido definido de duas maneiras. A primeira o configura como uma alternativa ao declínio de outros paradigmas, enquanto a segunda abordagem propõe que esse campo metodológico cumpre o papel de complementar e preencher lacunas de outras teorias já existentes (2004, p. 76). No que concerne ao enquadramento como um complemento que visa suprir as demandas de teorias existentes, o autor exemplifica esse fenômeno ao citar a teoria do agendamento (*agenda-setting*):

Além de constituir um paradigma alternativo à abordagem da objetividade, o conceito de enquadramento tem contribuído também para dinamizar perspectivas teóricas existentes, particularmente as pesquisas sobre a função de agendamento da mídia ou agenda setting. No artigo seminal que lançou as bases da teoria da agenda setting, McCombs e Shaw (1972, p.177) afirmam, baseados em Bernard Cohen, que a mídia pode não ter muito sucesso em dizer às pessoas o que pensar, mas seria muito eficiente em determinar sobre o que as pessoas devem pensar. Posteriormente, o paradigma foi criticado por não considerar como as diferentes formas de apresentação dos temas pela mídia podem afetar o processo de formação de preferências políticas da audiência. (Porto; 2004; p. 76)

Maia e Pinto (2013) acreditam que o enquadramento fornece uma organização ao mundo, na medida em que responde de forma lógica e significativa à pergunta “o que está acontecendo?”. Paralelamente, é o que a produção jornalística também faz, uma vez que aponta para a linha editorial do veículo de comunicação ao qual pertence e auxilia a trazer uma resposta a essa pergunta de forma essencial, mas sob um viés distinto (2013, p. 35).

2.2.1 Caminhos pela história: uma breve visita pela trajetória da Teoria do Enquadramento

A origem do enquadramento está geralmente atribuída aos pesquisadores Erving Goffman (1974) e a Kahneman e Tversky (1984), sendo caracterizada como um amplo espectro de estudos (Vimieiro; Maia, 2011, p. 236). Gutmann (2006) explica que o uso do *framing* ou enquadramento, enquanto metáfora, por Goffman em 1974, tratou de evidenciar a maneira como determinados indivíduos assimilavam e respondiam aos acontecimentos sociais, considerando a forma como suas vidas cotidianas estavam organizadas (2006, p. 32). Nessas primeiras aplicações, o enquadramento (*framing*) busca encontrar categorias que auxiliam na estruturação da experiência cotidiana.

Maia, Choucair e Sanglard (2022) acrescentam que a origem do conceito de enquadramento também se dá, além das obras de Goffman, no trabalho de Gregory Bateson (2000) na Escola de Palo Alto (2022, p. 110). Sob a influência das contribuições feitas pelos estudos de Bateson, Goffman elabora um entendimento de *framing* “como um processo que permite organizar a experiência e os sentidos” emanados em um fato ou acontecimento durante seus estudos no campo sociológico e psíquico social. Em outras palavras, o autor compreende o enquadramento como “a definição de uma dada situação” (2022, p. 110). Mediante essas contribuições de Bateson e Goffman, uma gama de pesquisas tem instrumentalizado as técnicas de enquadramento e operacionalizado seu conceito em análises práticas voltadas ao campo da economia, cultura, política e sociabilidade (2022, p. 110).

Kahneman e Tversky (1981 e 1984), em seus estudos influentes no campo da psicologia cognitiva, visam constatar a tendência de respostas divergentes e variadas de determinados indivíduos em situações em que se encontram diante de problemas logicamente iguais, mas apresentados de maneiras distintas (2022, p. 110). Como exemplo dessa situação, os autores desenvolveram a pesquisa intitulada “Problema da Doença Asiática” (*Asian Disease Problem*):

Esses pesquisadores pedem para os participantes da pesquisa, em um cenário hipotético, escolherem entre um novo programa de saúde enquadrado como a probabilidade de que as pessoas serão salvas ou a probabilidade de que as pessoas morrerão. Esse trabalho inspirou diversos estudos a examinar como distintas maneiras de apresentar uma dada questão ou uma determinada situação influenciam a decisão das pessoas e a avaliação que elas fazem dos problemas enunciados. (Maia; Choucair; Sanglard, 2022, p. 100-111).

Mauro Porto (2004) relata que Kahneman e Tversky (1981 e 1984) tentam evidenciar o ocasionamento de variações consideráveis na percepção de indivíduos, dependendo da maneira como um problema é formulado. Os autores solicitam aos voluntários que imaginem que os EUA estavam se preparando para a eclosão de uma epidemia de uma doença estranha, oriunda da Ásia, que deveria matar 600 pessoas. Nesse contexto, são propostos dois tipos de programas para lidar com a doença, com o intuito de evitar estragos. Nas respostas obtidas, Kahneman e Tversky (1984) constataram que as pessoas decidiram conforme as propostas foram enquadradas, uma vez que elas eram idênticas, mas apresentadas de maneiras diferentes.

Porto (2004) explica que os autores observam uma alteração na formação de preferências dos indivíduos examinados por meio dos resultados da pesquisa. Tal alteração não ocorre somente em situações de manipulação da informação factual, mas também na maneira como determinado fato é enquadrado e apresentado ao público (2004, p. 79). Como

exemplo dessa constatação, um assessor do presidente é capaz de influenciar a percepção do público e suas decisões “não ao omitir ou distorcer informações, mas sim ao enquadrar as situações de forma específica” (Tversky, 1984, p. 346 *apud* Porto, 2004, p. 79).

Em suas postulações oriundas dos estudos no âmbito da psicologia, Gregory Bateson é quem propõe a esse campo a noção de enquadramento (ou também *enquadre*). Bateson utilizou-se do enquadramento para examinar o fenômeno da esquizofrenia e também “as relações travadas no processo psicoterápico”. Nesse trabalho, o autor debruça-se sobre o estudo da comunicação, ressaltando “as raízes interacionais de psicopatologias” (Winkin, 1998, pp. 48-49 *apud* Mendonça; Simões, 2012, p. 188). Dentro dessa linha de pesquisa, com ênfase na comunicação, é em 1954 que Bateson propõe um conceito de enquadramento em uma escrita apresentada durante um encontro da Associação Americana de Psiquiatria.

Vimeiro e Maia (2011) afirmam que é em meados dos anos 1980 que se iniciam os estudos empíricos acerca do enquadramento em relação ao campo das pesquisas em mídia. Todd Gitlin (1980) examina a cobertura jornalística dos veículos de comunicação acerca do tradicional movimento estudantil estadunidense que ocorria na década de 1960, também conhecido como *Students for a Democratic Society* (SDS). A partir da conceituação de *frame*, Gamson e Modigliani (1989) e Gamson (1992) traçam uma análise do material midiático acerca dos SDS. Posteriormente, Entman (1993, 2004), seguindo as esteiras dos estudos que contemplam o campo do debate público acerca de temas que ocupam espaço nos noticiários, oferece contribuições para a área ao trazer elementos substanciais (Vimeiro; Maia, 2011; Maia; Choucair; Sanglard, 2022).

Desde as contribuições do trabalho de Goffman, ao longo de aproximadamente 40 anos, o enquadramento é alvo de diversas críticas que perduram até os dias atuais. Tais críticas estão voltadas, de maneira mais incisiva, à carência de uma “fundamentação teórico-conceitual da própria noção de enquadramento” ou, em palavras mais precisas, “na profusão de conceitos de *frame* utilizados pelos pesquisadores em seus trabalhos” (Vimeiro; Maia, 2011, p. 236). Diante dessas críticas, uma gama de estudiosos da área empreendeu, nos anos 1990 e início dos anos 2000, esforços para traçar uma estrutura conceitual ao campo metodológico da Teoria do Enquadramento (2011, p. 236), o que fez com que a área adquirisse uma nova forma:

Assim, hoje, menos do que a falta de consistência teórica, há, neste campo, diferentes perspectivas fundamentadas em noções distintas de enquadramento ou em paradigmas diferenciados. Hoje, o grande desafio desse campo de estudos parece dizer respeito ao aspecto metodológico. Como indicado, os estudos empíricos sobre os enquadramentos da mídia têm início na década de 80, porém, a preocupação com o rigor metodológico é mais recente. (Vimeiro; Maia, 2011, p.

236)

Vimeiro e Maia (2011) destacam que, ainda que tais mudanças tenham sido feitas para incrementar maior valorização, o enquadramento permanece sendo uma corrente de cunho abstrato, com dificuldades de identificação e codificação na análise de conteúdo, mesmo que adotada em perspectivas diversas (Mahes; Kohring, 2008 *apud* Vimeiro; Maia, 2011, p. 236). Tais empecilhos presentes no enquadramento induzem aqueles que se debruçam sobre esse campo metodológico a frequentemente recorrerem ao desenvolvimento de técnicas e métodos de pouca confiança e com validade bastante limitada (Mahes; Kohring, 2008; Tankard, 2001 *apud* Vimeiro; Maia, 2011, p. 236).

Isso leva ao fato de que pesquisadores, em muitos de seus trabalhos, ao fazerem uso do enquadramento, não especificam de maneira efetiva o processo de codificação dos *frames* ou, muitas vezes, quando relatam, trazem um método obscuro e questionável, “em que o impacto do próprio codificador na análise pode prejudicar a confiabilidade dos resultados obtidos” (Vimeiro; Maia, 2011, p. 236). Portanto, a ideia deste trabalho é descrever tal processo, de modo que possa auxiliar o leitor na compreensão total do olhar analítico aplicado ao objeto de estudo.

2.2.2 Conceituações e pressupostos teóricos da Teoria do Enquadramento

Há estudiosos que se voltam a esta área e entendem o ato de enquadrar como algo que “sugere o que está em questão, concernente a uma determinada controvérsia ou um assunto” (Maia; Choucair; Sanglard, 2022, p. 111). Em síntese, propõe-se que, em uma série de acontecimentos e fatos eventuais, o enquadramento pode ser visto como um roteiro que organiza centralmente os elementos, fornecendo um significado aos acontecimentos e fatos (2022, p. 111).

Myra Ferree (2002) conceitua o enquadramento como uma técnica que dá ordem e viabiliza a coerência de uma vastidão diversificada de símbolos, imagens e argumentos, estabelecendo uma concordância “através de uma ideia organizadora fundamental que sugere o que está em jogo em determinada questão” (Ferree, 2002, p. 14 *apud* Maia; Choucair; Sanglard, 2022, p. 111). Ainda que a definição de Ferree seja ampla e genérica, ela foi instrumentalizada em pesquisas sobre os enquadramentos dos veículos de comunicação e nos enquadramentos que levam em conta o público desses veículos, como nos trabalhos de David e Baden (2017) e Scheufele (1999). Além disso, a aplicação estendeu-se a pesquisas que

visam compreender como os cidadãos, influenciados pela discussão política, “reinterpretam os enquadramentos noticiosos a partir de suas próprias experiências e, ainda, rearticulam e refinam as suas opiniões” (Maia; Choucair; Sanglard, 2022, p. 111), como nos estudos de Maia (2012), Marques (2010) e Walsh (2004).

Nas esteiras da operacionalização do enquadramento em textos jornalísticos e midiáticos, Entman (1993), em suas abordagens, traz uma proposição que conceitua o ato de enquadrar determinado assunto ou acontecimento como a seleção de “alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicacional” (Entman, 1993, p. 52 *apud* Maia; Choucair; Sanglard, 2022, p. 111-112). Diante dessa conjuntura, a estruturação do enquadramento solidifica-se mediante “a definição particular de um problema, interpretação causal, apreciação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito” (Entman, 1993, p. 52 *apud* Maia; Choucair; Sanglard, 2022, p. 111-112). Assim, em suas obras, Entman (1993) demonstra componentes mais específicos em suas definições, expondo uma distinção entre categorias para “observar e identificar distintos elementos na estrutura interna dos quadros de sentido” (Maia; Choucair; Sanglard, 2022, p. 111), o que tem sido instrumentalizado por outros trabalhos:

Estudos empíricos que buscam operacionalizar essa concepção de enquadramento tipicamente investigam: como um problema é entendido (definição do problema), por quais fatores ele é causado (diagnóstico de causas), o que é entendido como certo/errado ou como bom/ruim (julgamentos morais) e qual a possível solução (sugestão de soluções). (Maia; Choucair; Sanglard, 2022, p. 112)

O livro *Making News*, de Gaye Tuchman (1978), dá o pontapé inicial nas conceituações de enquadramento na área da comunicação. Em suas escritas, a autora constata que as notícias e reportagens jornalísticas “estabelecem um enquadramento que define e constrói a realidade” (Feitosa; Alves, 2017, p. 6-7). Tuchman propõe que as notícias são um instrumento social cuja construção é capaz de limitar a compreensão analítica de um determinado indivíduo na vida contemporânea. Isso é destacado por ela quando, em seu trabalho, ressalta “como o poder político pode ser reforçado pela forma através da qual o conhecimento é enquadrado” (Tuchman, 1978, p. 215 *apud* Porto, 2004, p. 79).

Ainda dentro do entendimento da relação entre enquadramento e comunicação, Câmara (2018) afirma que o conceito de *framing* permeia as ciências comunicacionais e pode ser considerado “a representação do real”, olhada pelo filtro do ponto de vista do jornalista que o produz. Esse recorte está relacionado, direta ou indiretamente, às “condições de produção dos veículos midiáticos, da subjetividade do profissional responsável pela narrativa” (2018, p. 105).

Maia e Pinto (2013, p. 33) conceituam o enquadramento como “o ângulo de direcionamento que estrutura a notícia e os mecanismos que esta oferece ao leitor”. Em síntese, pode-se dizer que o *framing* se configura como um determinado recorte que se faz de uma situação, o qual atende às exigências de sentido e significação, no intuito de integrar uma realidade diferente da que existe para o público que tem acesso àquele material. As autoras vão além e afirmam que a narrativa do fazer jornalístico é construída mediante parâmetros particulares do próprio fazer, que visam “garantir legitimidade diante do receptor, dado que a comunicação ocorre a partir de processos sociais” (Maia; Pinto, 2013, p. 33).

Em consonância com o entendimento de Maia e Pinto (2013) acerca da conceituação de enquadramento, Gutmann (2006) explana sobre o que se pode compreender sobre esse campo metodológico, trazendo também o termo “ângulo”, mas evidenciando alguns adicionais:

De um modo geral, a ideia de *framing* ou enquadramento se relaciona aos ângulos de abordagem dados aos assuntos pautados pelos meios de comunicação. No âmbito dos estudos sobre os efeitos da mídia, o termo designa a “moldura” de referência construída para os temas e acontecimentos midiáticos que, por sua vez, também é utilizada pela audiência na interpretação desses mesmos eventos. O *frame* seria justamente o quadro a partir do qual um determinado tema é pautado e, conseqüentemente, processado e discutido na esfera pública. (Gutmann, 2006, p. 30)

Porto (2004) alerta que, mesmo com a utilização vertiginosa e numerosa do conceito de enquadramento, as primeiras revisões sistemáticas sobre esse campo metodológico sugerem a ausência de clareza ao tratar do conceito de *framing*: “muito precisa ser feito para se desenvolver uma teoria abrangente e coerente”. Portanto, falta na área o que se pode chamar de definição consensual (um ideal sobre *frame* aceito por uma vasta gama de estudiosos) acerca do que se pode entender por enquadramentos de mídia. No entanto, é perceptível a possibilidade de identificação dos aspectos principais inerentes ao enquadramento por meio dos trabalhos já realizados que adotam suas técnicas metodológicas (Porto, 2004, p. 77), como foi levantado ao longo deste capítulo.

2.2.3 A teoria do enquadramento no jornalismo e suas contribuições para os estudos desse campo comunicacional

O enquadramento tem se tornado um aliado no entendimento do fazer jornalístico e das tendências, síndromes e vícios que permeiam o produto do exercício dos profissionais

desse campo. Câmara (2018) afirma que o enquadramento no jornalismo pode ser entendido como o que determina o desenvolvimento do produto do fazer jornalístico, orientando o ponto de vista e a formação de opinião, a partir de diversos fatores que vão desde a escolha de fontes, passando pelos verbos selecionados, até os temas abordados e as imagens utilizadas. Nesse processo, utiliza-se “a perspectiva de si e do outro no discurso, por meio da orientação argumentativa em formas nominais, verbos e a própria percepção na formação de sentido” (Câmara, 2018, p. 108).

Hackett (1993) afirma que, no regimento da práxis jornalística, os enquadramentos aplicados pelos profissionais jornalistas em suas matérias e reportagens configuram-se como “um dos fatores mais importantes da estrutura profunda” (Hackett, 1993, p. 120-122 *apud* Porto, 2004, p. 76). Sustentado nessa premissa, Tankard, ao se referir à conceituação de enquadramento, acredita que o campo tende a ser instrumentalizado para examinar, em estudos empíricos, o papel dos *mass media* na concretização do poder hegemônico “no sentido gramsciano de uma direção intelectual e moral na sociedade civil” (Tankard, 2001, p. 96 *apud* Porto, 2004, p. 76).

Na pesquisa mais famosa que desenvolveu sobre a cobertura da mídia estadunidense do movimento contra a guerra do Vietnã, Gitlin (1980) evidencia a maneira como os holofotes midiáticos norte-americanos tiveram um impacto primordial no já citado SDS (*Students for a Democratic Society*), principal organização daquele movimento. O autor constata que a imprensa foi responsável por deter o avanço das mensagens promulgadas pelo movimento e contribuiu para a conversão de seus líderes em celebridades, por meio de enquadramentos específicos (trivialização, polarização, ênfase em disputas internas, marginalização, entre outros). Investigações que tentam estabelecer uma relação entre movimentos sociais e os meios de comunicação têm adotado a aplicação do enquadramento (Porto, 2004, p. 79-80).

Gamson, ao liderar um grupo de pesquisa, desenvolve uma análise do discurso midiático acerca de políticas de assistência social, ações afirmativas e energia nuclear, na qual os resultados trouxeram relatos sofisticados sobre a relação entre os enquadramentos da mídia e a cultura política. Os pesquisadores argumentam que há uma cultura em todo tema político, ou seja, “um discurso que se modifica no decorrer do tempo e que apresenta interpretações e significados sobre os fatos relevantes” (Porto, 2004, p. 80). Nas esteiras dos estudos que abarcam o enquadramento da mídia, os autores apresentam a técnica da “matriz de assinatura”, que comporta “práticas de enquadramento que caracterizam cada pacote interpretativo”, como metáforas, slogans e imagens presentes nos discursos dos diversos

agentes (Porto, 2004, p. 81).

Tem-se verificado uma extensa gama de enquadramentos operacionalizados por jornalistas no exercício do fazer jornalístico. Hallin detecta o papel dos enquadramentos “Guerra Fria” e “Direitos Humanos” ao se debruçar sobre a cobertura jornalística da imprensa norte-americana acerca dos conflitos desencadeados na América Central, em especial a guerra civil que assolava El Salvador (Hallin, 1994 *apud* Porto, 2004, p. 81). Nos trabalhos dos jornalistas durante a cobertura de eleições, os profissionais tendem a focalizar nas propostas e posições políticas dos candidatos sobre determinados assuntos, “adotando assim um enquadramento temático”, o que será discutido mais adiante (Porto, 2004, p. 81).

Cunha (2004) afirma que os enquadramentos midiáticos visualizados nos programas de televisão reproduzem “as vozes das áreas políticas e econômicas de grandes monopólios de anunciantes”, o que, por sua vez, compromete a rigidez da democracia brasileira. Segundo o autor, pode-se entender os *frames* nos produtos provenientes do fazer jornalístico da seguinte maneira:

A essência do enquadramento de uma notícia é o dimensionamento – seja pela ampliação ou pela redução – da importância do fato retratado. Uma analogia simples que facilita o entendimento do conceito é compará-lo a uma janela: os artifícios da escolha de imagens, palavras-chave, metáforas etc. formam essa janela pela qual a audiência toma contato com o fato jornalístico e nota apenas os aspectos mais dominantes, priorizados pela representação mediática. (Cunha, 2004, p. 6 *apud* Feitosa; Alves, 2017, p. 7)

A constatação de Cunha leva a uma discussão sobre a maneira como a escolha de um enquadramento é materializada em matérias e reportagens jornalísticas que narram uma sequência de fatos e acontecimentos de mesma situação caótica, como a tragédia do rompimento da barragem em Mariana (MG) em 2015 (Feitosa; Alves, 2017, p. 7). Diante disso, há uma associação da operacionalização do enquadramento no jornalismo com a Teoria do Agendamento (*Agenda-Setting*), uma teoria que perpassa o campo jornalístico ao propor que existe “o agendamento de temáticas postos pela mídia e que passam a compor o repertório e preocupações do público” (2017, p. 7).

A aplicação das técnicas metodológicas de enquadramento tem se mostrado amplamente utilizada na comunicação no Brasil, principalmente em trabalhos que se voltam ao estabelecimento de uma ligação entre mídia e política em âmbito nacional (Porto, 2004, p. 86-87). Afonso de Albuquerque examinou o trabalho jornalístico no *Jornal Nacional* no período entre março e maio de 1994, momento em que o JN realizava a cobertura das eleições daquele ano. Mendonça e Simões caminham em convergência a essa ideia (Mendonça; Simões, 2017, p. 191).

Na análise pioneira de Albuquerque, observa-se um desequilíbrio no tempo dedicado

a Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (na época, os dois principais candidatos) e diferentes enquadramentos na cobertura da campanha dos candidatos pelo JN (Feitosa; Alves, 2017, p. 86-87). Ainda sobre os estudos em mídia e política sob a perspectiva do enquadramento, a expansão do uso do *framing* por acadêmicos brasileiros ocorre nas pesquisas eleitorais para a presidência da república em 1998, nas quais muitos estudiosos se apoiaram no campo para evidenciar a construção de um cenário favorável à reeleição de FHC pela imprensa, mesmo em um cenário de profunda crise econômica que o país enfrentava na época e a cobertura feita pela mídia acerca do assunto (Porto, 2004).

A aplicação da Teoria do Enquadramento como um mecanismo de compreensão da ligação entre a mídia e os movimentos sociais tem sido bastante recorrente nos trabalhos dos acadêmicos brasileiros, como supracitado acima. No contexto nacional, exemplificam-se pesquisas que se debruçam sobre a maneira como os principais telejornais enquadram os acontecimentos e fatos que envolvem, direta ou indiretamente, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST):

Uma pesquisa realizada em 1997 sobre os dois principais telejornais do País, o *Jornal Nacional* e o *TJ Brasil*, identificou algumas diferenças no enfoque adotado por cada emissora. O *TJ Brasil* teria ressaltado os elementos de violência, perigo e conflito, adotando assim um “enquadramento dramático”. Por outro lado, o *Jornal Nacional* ressaltou não só esses elementos, como também incluiu uma crítica moral do movimento, reclamando sobre sua irracionalidade e sua irresponsabilidade, adotando assim um “enquadramento moral”. (Porto, 2004, p. 87)

Maia e Pinto (2013) analisam como o Jornal Estado de Minas, em suas páginas editoriais, trata (ou enquadra) o movimento da greve dos professores estaduais no estado. Por meio de métodos de enquadramento, os autores constatam que o jornal pecou no que diz respeito à pluralidade de fontes, ao não trazer em seus espaços um escopo mais amplo e diverso de fontes, principalmente aquelas ligadas ao próprio movimento grevista em suas representações jornalísticas. A visibilidade que o Estado de Minas propiciou ao movimento grevista escancarou que o impresso proporcionava “uma falsa ilusão de que a cobertura estava sendo ampla”. Essa ampla cobertura, na verdade, deixa claro que houve a utilização do mesmo discurso por muitas vezes no jornal ao tratar da temática “e que à voz dissonante (os grevistas) foi reservado um pequeno e quase invisível espaço de representação noticiosa” (Maia; Pinto, 2013, p. 47):

O “lado grevista” possuía direito de voz apenas por meio de informações e pareceres fornecidos pelo sindicato (coordenadores, presidentes ou assessorias). Os principais envolvidos e promotores do movimento não foram entrevistados. Contraditoriamente, “o lado governamental” foi amplamente representado: por alunos insatisfeitos, por pais na mesma posição, por secretários de educação, associação de pais, por cidadãos comuns (trabalhadores) que se sentiam

incomodados ou lesados pelos transtornos gerados por passeatas promovidas pelos grevistas e por porta-vozes do próprio governo. A cobertura jornalística sobre a greve foi minuciosa, um acompanhamento diário dentro da função institucionalizada e legitimada dos profissionais desse campo. Porém, o impresso assumiu uma posição ao condenar o movimento grevista que reivindicava direitos de uma categoria trabalhista que se encontra subvalorizada na sociedade contemporânea. (Maia; Pinto, 2013, p. 43)

O jornal assumiu um comportamento que inibiu o poder revolucionário da notícia ao não indagar “as causas da greve, os problemas estruturais da educação no país e no estado”, dando uma contextualização ao acontecimento. É observado nessa análise de Maia e Pinto a carência da exposição das implicações da educação “no que diz respeito à cidadania e as consequências que um sistema de ensino desestruturado” representa para o desenvolvimento do país. O desencadeamento da cobertura tratou o movimento como um acontecimento que “se arrasta”, gerando conflitos e “vítimas”, configurando o movimento como um empecilho que repercute e necessita ser finalizado (2013, p. 43).

Assim, permitiu-se concluir que a desconsideração do impresso quanto à relevância dos movimentos grevistas na construção histórica dos direitos trabalhistas, na mesma medida em que desvalorizou a luta dos profissionais pela conquista de interesses coletivos. Toda a cobertura do impresso beirou a manutenção dos privilégios dos interesses privados e pontuais acima de um problema que mostra suas consequências em longo prazo, por meio das taxas de desemprego, desigualdade social e violência, por exemplo (2013, p. 42).

Toda essa análise, operacionalizada pelos métodos de enquadramento, possibilitou pontuar que a cobertura jornalística do Estado de Minas sobre os fatos e desdobramentos do movimento grevista, enquanto durou, evidenciou um exercício jornalístico voltado à defesa de uma frente, deixando de lado os professores que reivindicavam condições de trabalho melhores (Maia; Pinto, 2013, p. 42).

2.2.4 Modalidades, formas de aplicação e métodos da Teoria do Enquadramento

Chega-se a um ponto muito importante deste trabalho, que diz respeito a como, de fato, funciona a aplicação das técnicas de enquadramento. Após introduzir o tema, traçar um breve percurso histórico, conceituar e estabelecer uma correlação com o jornalismo, faz-se necessário, neste momento, colocar em perspectiva alguns dos métodos e usos mais relevantes e recorrentes de enquadramento. Inicia-se este subtópico relacionando o enquadramento com a análise de conteúdo, uma proposição que se decidiu adotar nesta pesquisa, em decorrência do caminho escolhido. Essa correlação sustenta-se teoricamente nas

postulações de Mendonça e Simões (2012).

Segundo os autores, há uma busca incansável por parte de diversos pesquisadores pela classificação das distintas maneiras de aplicação dos métodos e técnicas de enquadramento. Alguns estudos operam em paradigmas diferentes: cognitivo, construcionista e crítico (Mendonça e Simões, 2012, p. 191). Maia, Choucair e Sanglard (2022) explicam que a perspectiva cognitiva trata o enquadramento como estímulos que tendem a incentivar “os esquemas interpretativos previamente elaborados pelas pessoas”. Casos de enquadramento cognitivo comumente examinam o impacto dos *frames* “sobre o modo através do qual as pessoas concebem determinados fatos ou temas no nível individual”.

Na perspectiva construcionista, o enquadramento é manipulado para atribuir importância “a fatores culturais e históricos mais amplos”, com o intuito de analisar “práticas de construção de sentidos a partir de uma dinâmica social compartilhada, localizada no tempo e no espaço”. Em estudos de enquadramento da perspectiva crítica, trata-se o enquadramento por sua “construção de sentido com foco nas hierarquias sociais, nos distintos eixos de desigualdades e distribuição assimétrica de poder” nos processos de *framing* (Maia; Choucair; Sanglard, 2022, p. 112).

Ao apropriar-se das conceituações e pesquisas já realizadas que operacionalizam o enquadramento, Mendonça e Simões direcionam o estabelecimento de categorias em três grandes modelos: enquadramento visto por uma vertente denominada análise da situação interativa, enquadramento enquanto vertente da análise de conteúdo e uma vertente integrada à denominada análise de efeitos estratégicos. A segunda vertente, ligada à análise de conteúdo, adotada neste trabalho, utiliza o enquadramento para uma análise de conteúdo discursivo, em que se trabalha com a exploração dos enunciados, com ênfase nas “molduras” e “saliências” ali presentes (Mendonça e Simões, 2012, p. 191):

A ideia é analisar enunciados e discursos de natureza variada, captando o modo como a realidade é enquadrada por eles. No cerne desse tipo de operacionalização reside uma preocupação em compreender o modo como discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas. Busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa. Tal abordagem tornou-se a mais empregada tanto em estudos de jornalismo como naqueles de comunicação e política. (Mendonça; Simões, 2012, p. 193)

Essa instrumentalização do enquadramento, inclinada à vertente de análise de conteúdo, baseia-se no ideal goffmaniano, que conceitua o enquadramento como “estruturas que orientam a percepção da realidade e a ação dos sujeitos sobre ela”. Nesse caso, examinam-se “as molduras de sentido que balizam os comportamentos das pessoas”, de

modo que o discurso dos conteúdos se torna o foco da pesquisa. Afinal, é “no conteúdo que se busca o quadro, visto como uma espécie de ângulo, que permite compreender uma interpretação proposta em detrimento de outras” (Mendonça e Simões, 2012, p. 194).

Nos enfoques dessa segunda vertente do enquadramento, enquanto um braço da análise de conteúdo, destaca-se o estudo precursor de Gitlin (1980), já mencionado neste trabalho, que estabelece a relação de enquadramento da cobertura jornalística da imprensa norte-americana acerca dos movimentos pacifistas na guerra do Vietnã. Também utilizam essa vertente do enquadramento os estudos que analisam o tratamento midiático referente à guerra do Iraque, desenvolvido por Alessandra Aldé (2004) (Mendonça e Simões, 2012, p. 193).

Essa modalidade estende-se aos trabalhos de Ferree e colaboradores (2002) e Andrea Azevedo (2009), que, ao utilizarem o *frame* apoiado nessa vertente da análise de conteúdo, examinam o trabalho jornalístico sobre a temática do aborto nos Estados Unidos e no Brasil, respectivamente. Além disso, inclui-se o trabalho de Albuquerque, também citado anteriormente, sobre a relação entre imprensa e eleições presidenciais (Mendonça e Simões, 2012, p. 193). Para Mendonça e Simões, essas pesquisas pensam a maneira como “proferimentos intercambiados em situações controversas expressam formas alternativas de interpretar uma dada situação” (2012, p. 194).

Dentro do enquadramento, há maneiras de manipular as técnicas, seguindo fórmulas metodológicas que perpassam esse campo. Vimeiro e Maia (2011) apresentam métodos com perspectiva hermenêutica, linguística, holística manual, assistida por computador e dedutiva como as abordagens metodológicas de enquadramento mais recorrentes na literatura, trazendo em todos eles a preocupação acadêmica com técnicas mais estruturadas e concretas na codificação dos *frames* (Vimeiro; Maia, 2011, p. 237). Para examinar o enquadramento dos riscos, conflitos e ações dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito no Jornal do Tocantins (JTO), adota-se o enquadramento com o método voltado à perspectiva holística manual.

A perspectiva holística manual é aquela em que os enquadramentos são primeiramente gerados por uma análise qualitativa de alguns textos noticiosos e então são codificados como variáveis holísticas em uma análise manual de conteúdo. São dois movimentos que marcam os estudos levados a cabo por este método: primeiro, cria-se uma espécie de lista de códigos (...) a partir da análise em profundidade das notícias. E, então, o material é analisado quantitativamente a partir desses códigos pré-definidos. (Vimeiro; Maia, 2011, p. 238)

A lista de códigos à qual as autoras se referem não será aprofundada neste trabalho, uma vez que sua não aplicação aqui não compromete o resultado final da pesquisa. De modo geral, contudo, metodologicamente, a perspectiva holística manual apresenta a carência de uma melhor determinação, expressa de maneira clara pelo pesquisador que a instrumentaliza, dos critérios usados para identificar os enquadramentos (Vimeiro; Maia, 2011, p. 238). Esse empecilho será superado ao tratarmos, no tópico 3.3, sobre os princípios que regem as categorias de enquadramento adotadas, evitando que este trabalho caia em uma caixa-preta metodológica. Porto (2004) observa que o enquadramento praticado sem técnicas sistêmicas de análise dos conteúdos presentes em seus objetos de estudo da mídia debilita as pesquisas que utilizam o *frame* (Porto, 2004, p. 85), de modo que se visa afastar-se dessa fragilidade.

No que concerne ao passo a passo da aplicação do enquadramento, Maia, Choucair e Sanglard (2022), seguindo as proposições e contribuições de Entman, explicam que a técnica metodológica, em um primeiro momento, debruça-se sobre a identificação do problema central. Isso ocorre porque o *frame* utilizado pelo jornalista em determinada reportagem traz um agente causal que define os custos e benefícios, comumente medidos por meio de termos de valores culturais comuns (Maia; Choucair; Sanglard, 2022, p. 113).

Após a identificação do problema, busca-se as razões pelas quais os problemas se desencadearam, evidenciando as forças causais. Com as razões evidenciadas, enumeram-se os personagens (fontes) presentes no acontecimento, traçando-se um julgamento e avaliação dos agentes e seus efeitos. Por fim, analisam-se as soluções propostas pelos agentes sociais. O enquadramento pode disponibilizar e indicar o motivo para que algo seja tratado, além de prever possíveis resultados (2022, p. 113). Todos esses caminhos levam os pesquisadores ao desenvolvimento de uma pesquisa orientada pelo enquadramento que foge dos empecilhos que se apresentam em muitos trabalhos que pecam em suas operacionalizações do *framing*, os quais serão apresentados no próximo tópico.

3. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Até aqui, percorreu-se um caminho que tratou da análise de conteúdo e da Teoria do Enquadramento como dois procedimentos metodológicos que se complementam. Abordou-se a trajetória histórica dessas metodologias, discorreu-se sobre as conceituações e pressupostos teóricos que as sustentam e tratou-se das formas de aplicação, além dos métodos adotados. Ademais, buscou-se estabelecer a interligação entre essas duas áreas de estudos metodológicos. Neste terceiro capítulo, optou-se por tratá-lo como uma seção separada do resgate teórico realizado sobre a Análise de Conteúdo (AC) e a Teoria do Enquadramento, devido à densidade da escrita. Assim, este espaço abre-se para esclarecer como será sustentada a examinação do material coletado. Diante da constituição deste trabalho monográfico, que se baseia em duas metodologias complementares, tornou-se extremamente importante lapidar a estrutura do trabalho da maneira como ele se apresenta.

No segundo quadro, complementado pelas informações do primeiro, observam-se, nas matérias/reportagens (identificadas pela mesma numeração da primeira tabela), o *framing* vigente e as categorias de classificação de enquadramento escolhidas: pluralidade e contextualização. O critério de escolha das categorias de análise de enquadramento fundamenta-se nos princípios de Kovach e Rosenstiel (2003). Os autores entrevistaram cerca de 300 jornalistas e, após esse processo, desenvolveram uma lista que sintetiza nove princípios “capazes de permitir ao jornalismo alcançar sua finalidade”, conforme elucidam Rodrigues e Costa (2012, p. 8).

A categoria pluralidade trata da análise do espaço, dentro dos materiais jornalísticos, destinado “às manifestações das diversas vozes envolvidas na questão ambiental” (Batista; Fernando; Rodrigues, 2020, p. 13), e da relação desses personagens sociais com os acontecimentos e fatos noticiados (Da Costa; Da Silva; Rodrigues, 2020, p. 52). Nessa categoria, inclui-se também a qualidade na variação da natureza das fontes, abrindo espaço para discussões e evidenciando o viés revolucionário do jornalismo ambiental (Batista; Fernando; Rodrigues, 2020, p. 13), com o objetivo de identificar os princípios do jornalismo na produção e:

Examinar o espaço disponibilizado no campo das publicações sobre as manifestações das variadas vozes existentes na produção jornalística, abrangendo os princípios gerais do jornalismo de estabelecer a promoção de fóruns de debate, a diversidade das fontes, a abertura do espaço para o debate, bem como a utilização da função social do jornalismo científico. (Batista; Fernando; Rodrigues, 2020, p. 18)

Na categoria contextualização, examina-se a exploração do contexto das causas e

consequências das questões ambientais inerentes aos fatos e acontecimentos envolvendo o empreendimento, além de como é traçada uma correlação com as implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas. Batista, Fernando e Rodrigues (2020, p. 13) explicam que, nessa categoria, alia-se a qualidade da informação jornalística ambiental, que procura “evitar a fragmentação da cobertura e não resumir tudo às questões econômicas”. Diante disso, a contextualização dos fatos pode auxiliar a traçar uma posição dos fatos e acontecimentos para os leitores (Da Costa; Da Silva; Rodrigues, 2020, p. 55), objetivando-se:

Analisar se as matérias cumpriram com o objetivo de oferecer conteúdo de qualidade voltado aos interesses do público, agregando os fundamentos inerentes à atividade jornalística de apresentar o significativo de forma interessante e relevante, evitar a fragmentação da cobertura e não resumir tudo aos assuntos econômicos. (Batista; Fernando; Rodrigues, 2020, p. 20)

Essas categorias de classificação de enquadramento, adotadas neste trabalho, fundamentam-se em princípios do jornalismo, apoiando-se na elaboração analítica de Dantas, De Oliveira e Rodrigues (2020):

Tabela 3 Categorias de enquadramento e suas proposições

Categoria	Definição	Descrição
Pluralidade	Espaço cedido às vozes atuantes e impactadas no empreendimento nas matérias.	Segue os princípios do jornalismo, que envolvem espaço para discussão crítica, geração de opinião pública, independência das fontes, atuação no campo do jornalismo científico: social, informativa, político-ideológica, cultural e econômica, além do incentivo ao jornalismo ambiental.
Contextualização	Envolvimento das causas e consequências dos fatos ambientais do empreendimento.	Evidencia a qualidade diretamente relacionada ao jornalismo ambiental e sua práxis, ao interpretar as temáticas, os assuntos e fatos, adequando a linguagem jornalística, mas prezando pela translação ao público leigo.

Readaptado de Dantas, De Oliveira e Rodrigues (2020) pelo autor. 2024.

Diante das constatações acima, elaboraram-se cinco perguntas, seguindo os princípios norteadores do jornalismo e ancoradas nas conceituações dos autores supracitados, as quais serão aplicadas ao *corpus* noticioso dos textos impressos, marcando, assim, a

natureza qualitativa da pesquisa. Logo após, as respostas serão reunidas e examinadas para que se possam fazer as inferências e interpretações:

Tabela 4 Questionamentos que constituem cada categoria

Categoria	Perguntas
Pluralidade	1. Em relação ao impacto ambiental, quais foram as fontes e as abordagens das respectivas falas? 2. Em relação ao impacto social, quais foram as fontes e as abordagens das respectivas falas? 3. Em relação ao impacto econômico, quais foram as fontes e as abordagens das falas?
Contextualização	4. Há a presença de termos específicos da área ambiental ou científica? Em caso afirmativo, eles são explicados ao público leigo? (Sim, há termos específicos que são explicados; Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados; e Não se aplica). 5. A matéria/reportagem correlacionou o problema/questão ambiental a questões econômicas, políticas ou culturais, trazendo uma multidisciplinaridade? Em caso afirmativo, quais os temas relacionados? (Sim, aborda a questão ambiental ligada à Política; Sim, aborda a questão ambiental ligada à Economia...; Não se aplica). 6. A partir do gerenciamento de fontes, assuntos abordados e a multidisciplinaridade, como a reportagem aborda os impactos e desdobramentos do empreendimento?

Elaborado pelo autor. 2024.

No que tange à identificação do enquadramento vigente nas matérias e reportagens, a pesquisa guia-se pelos pressupostos teóricos de Maia, Choucair e Sanglard (2022) e Porto (2004). Pode-se dizer que há uma gama de tipos de enquadramento configurados no exercício do fazer jornalístico. Nesta pesquisa, operam-se cinco tipos mais recorrentes na literatura deste campo metodológico: o enquadramento noticioso, interpretativo, temático (genérico), episódico (específico) e de interesse humano ou individual.

O enquadramento noticioso pode ser observado no topo da pirâmide metodológica do enquadramento, pois é a partir dele que se desencadeiam os demais. Porto (2004) o concebe como o “ângulo da notícia”, no qual o jornalista adota um determinado ponto de vista ao destacar “certos elementos de uma realidade em detrimento de outros”. O autor explica que tal tipo pode ser entendido como uma fórmula processual e metodológica em que o jornalista

apresenta, seleciona, capta, hierarquiza e dá ênfase na organização dos seus relatos sobre determinados acontecimentos. As proposições do autor ainda indicam que o enquadramento noticioso caracteriza-se por ser “resultado de escolhas feitas por jornalistas quanto ao formato das matérias” e que tais escolhas “têm como consequência a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade percebida” (Porto, 2004, p. 91-92).

Desse formato de enquadramento, desencadeiam-se três vertentes: os enquadramentos episódico, temático e de interesse humano (2004, p. 91-92). O primeiro modelo, o enquadramento episódico, também nomeado de enquadramento específico por alguns autores (De Vreese, 2005; Semetko, 2000; e Valkenburg, 2000 *apud* Maia; Choucair; Sanglard, 2022, p. 113), diz respeito àqueles enquadramentos com um *corpus* noticioso denso, de vastas descrições e rico em detalhes (2022, p. 113) de um evento específico, apresentando-o de maneira isolada.

Em contraste a essa vertente, expõe-se o enquadramento temático, também chamado de genérico (De Vreese, 2005; Semetko, 2000; e Valkenburg, 2000 *apud* Maia; Choucair; Sanglard, 2022, p. 113), por ser proveniente de um trabalho jornalístico que traz uma abordagem ampla e descrita sem aprofundamento (2020, p. 113) de padrões ou tendências, sem relacionar-se a eventos específicos.

Quanto ao enquadramento de interesse humano ou individual, Porto (2004) afirma que se trata de um *modus operandi* dos jornalistas em colocar sob perspectiva a cobertura em indivíduos (2004, p. 91-92), ou seja, enfatiza a experiência e vozes de acontecimentos envolvendo indivíduos ou grupos específicos. Por fim, o autor propõe o enquadramento interpretativo, que funciona de maneira mais específica e independe dos relatos trazidos pelos jornalistas:

Enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc. Estas interpretações são promovidas por atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos e associações profissionais. (Porto, 2004, p. 92)

Ainda que o enquadramento interpretativo possa ser operacionalizado por jornalistas, tal método deriva dos atores sociais e políticos fora do campo comunicacional do jornalismo, pois “trata-se aqui de interpretações oriundas de um contexto mais amplo que podem ser incorporadas ou não pela mídia” (Porto, 2004, p. 92). Diante disso, o segundo quadro analítico estrutura-se da seguinte forma:

Tabela 5 Quadro de análise da Teoria do Enquadramento

Matéria/Reportagem (Nº)	Categoria I: Pluralidade	Categoria II: Contextualização	Enquadramento vigente
	Q1- Q2- Q3-	Q3- Q4- Q5-	

Elaborado pelo pesquisador (2024).

Com este segundo quadro analítico, será possível, por meio da identificação dos enquadramentos vigentes nas matérias e reportagens e das categorias de classificação de enquadramento, examinar a maneira como o *Jornal do Tocantins* (JTO) representou os riscos, conflitos e ações dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito. Assim, pretende-se compreender como a construção narrativa dos fatos e acontecimentos se deu pelo veículo. Frente a essa conjuntura, segue-se adiante para o próximo capítulo.

4. JTO E UHEE: A ABORDAGEM JORNALÍSTICA DO IMPRESSO SOBRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO EMPREENDIMENTO

Chega-se ao capítulo analítico deste trabalho de reflexão teórica, em que se discutiu o jornalismo especializado com ênfase no jornalismo ambiental e sua aplicação no Tocantins, além de debater os pressupostos teóricos da Análise de Conteúdo (AC) com ênfase na Teoria do Enquadramento e sua aplicação no jornalismo, cumprindo dois dos objetivos específicos. Para examinar o enquadramento da representação dos riscos, conflitos e ações dos impactos socioambientais da UHE Estreito pelo *Jornal do Tocantins* (JTO), abre-se espaço para apresentar os objetos de estudo que protagonizam esta pesquisa: o JTO e a UHE Estreito.

Em síntese, este capítulo está estruturado em um tópico sobre o veículo de comunicação, seguido por uma exposição sobre o empreendimento e, por fim, o debate proveniente da examinação das matérias e reportagens. A escrita sobre a UHE Estreito baseia-se em uma leitura com uma rápida passagem pela linha do tempo do empreendimento, suas características operacionais e uma apresentação sobre o Consórcio Ceste Energisa. Ademais, abordam-se os impactos da usina em alguns municípios, para dar uma ideia da dimensão do debate envolvido nas análises que serão realizadas. Sobre o JTO, a jornada é breve, na qual apontam-se as transformações do jornal, que iniciou como impresso e migrou para o ciberespaço, começando há 45 anos.

Por fim, encerra-se este capítulo com a examinação das matérias e reportagens, na qual traçam-se pontos relevantes sobre a pesquisa, trazendo inferências e interpretações do que foi obtido por meio do quadro de análises de algumas notícias julgadas mais relevantes. Contudo, o *corpus* completo da pesquisa (todas as matérias e reportagens analisadas) encontra-se no apêndice desta monografia, e as fotografias feitas no acervo de todo o material coletado estão localizadas no anexo, seguindo a mesma numeração utilizada nos quadros de análises. Com isso, segue-se adiante com a exposição sobre a linha do tempo do JTO.

4.1 Jornal do Tocantins: do nascimento do impresso à migração para o ciberespaço

Fundado em 18 de maio de 1979 pelo jornalista e empresário Jaime Câmara, em Araguaína, região norte do Tocantins, o *Jornal do Tocantins* (JTO) não é apenas o jornal mais importante e de referência do estado, como também o mais antigo da unidade federativa, fator que reforça sua relevância para a escolha como objeto de análise, dada a importância histórica. O veículo de comunicação originou-se antes mesmo da idealização do Tocantins, dando espaço aos personagens e ampliando suas vozes do que, naquela época, era o norte

goiano. Desse modo, o JTO entrou na luta pela criação do estado do Tocantins e assumiu um papel importante nessa história, ao se tornar um instrumento de resistência para a população esquecida do estado de Goiás.

De propriedade do Grupo Jaime Câmara (GJC), a sede do jornal, onde reside a redação do portal, atualmente está localizada na capital Palmas, no mesmo prédio que abriga veículos de comunicação do conglomerado de mídia Jaime Câmara e afiliadas à Rede Globo, como o *Jornal Daqui* (Tocantins), a TV Anhanguera (Tocantins), o G1 Tocantins, o Globo Esporte Tocantins (ligado ao G1) e a Rádio CBN Tocantins (extinta em janeiro/2025). Ao dividir espaço com veículos renomados de jornalismo da maior emissora da América Latina, o JTO estabelece uma filiação com a Rede Globo, o que transmite ao veículo respaldo em sua produção regional e imprime a ele a credibilidade advinda de um conglomerado de mídia cujo jornalismo é referência não só nacionalmente, mas mundialmente. Pinto (2015) afirma que o GJC fortalece-se ao traçar laços econômicos e de credibilidade com veículos de referência nacional, que, por sua vez, não só possuem poder econômico imensurável, mas também não enfrentam problemas com concorrência empresarial (Pinto, 2015 *apud* Da Silva; Rocha, 2019, p. 115).

Em formato de tabloide, as primeiras edições do JTO circulavam inicialmente (1979) a cada 15 dias, ou seja, duas vezes por mês, e, durante quase um ano após sua criação, eram distribuídas gratuitamente a servidores de órgãos públicos, até a mudança na política editorial do GJC, que fez o periódico começar a ser comercializado por meio de assinaturas em bancas de revistas. O jornal, então, consolida-se na cobertura de acontecimentos, eventos e fatos do norte goiano, dando espaço em suas editorias às transformações da região até a concretização do surgimento do estado do Tocantins como nova unidade da federação, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Até então, o jornal era comandado por Domiciano de Faria, editor-chefe do *Jornal O Popular* (Goiás), que recebia as informações de Araguaína e região, as quais eram enviadas a Goiânia, onde a organização e impressão ocorriam até a criação do Tocantins, quando as equipes do JTO se mudaram para o estado. Cinco meses após a fundação do Tocantins, em novembro de 1988, o jornalista José Sebastião Pinheiro, conhecido como Tião Pinheiro, assumiu a chefia de editoração do JTO. A essa altura, o jornal já estava disponível em versão *standard*, circulando semanalmente.

Sete meses após a criação do Tocantins, em maio de 1989, o JTO completava 10 anos de existência ao mesmo tempo que testemunhava e vivenciava o surgimento da capital Palmas. Nesse contexto, o jornal circulou pela primeira vez em cores, deixando para trás o

preto e branco, e ali consolidou-se como importante instrumento de resistência na consolidação do Tocantins, desempenhando um papel de agente fiscalização ao acompanhar e narrar a instalação, eleição e funcionamento da 27^a unidade federativa da União.

No ano de 1991, o jornal ampliou sua periodicidade e passou a circular duas vezes por semana. Sete anos depois, em 1998, no aniversário de 10 anos do surgimento do Tocantins e 20 anos do JTO, o veículo de comunicação tocantinense adentrou uma etapa mais dinâmica, com circulação diária, das terças-feiras aos domingos. Nessa fase, o veículo também agregou em seus processos novas feições tecnológicas e melhorias no formato gráfico do impresso, transferindo os profissionais da produção, edição e formatação do jornal para Palmas.

Na criação do Tocantins, equipes de jornalistas foram enviadas ao estado, com repórteres nas cidades de Araguaína, Gurupi e Palmas para residirem e cobrirem os eventos que culminaram nesse momento histórico da federação. Contudo, apesar da edição do impresso ocorrer na capital, a impressão do periódico ainda acontecia em Goiânia. Somente em fevereiro de 2002, esse cenário mudou, com a terceirização de uma gráfica no estado para a impressão do JTO. Já em 2005, o jornal deixou de funcionar em um prédio alugado em Palmas e passou a possuir espaço próprio, com a inauguração da sede própria da Organização Jaime Câmara no Tocantins. A nova sede abriga também o parque gráfico do jornal, residindo até hoje.

Frente aos desafios dos novos tempos, o JTO encarou, em 2007, a árdua tarefa de lidar com a tecnologia, acompanhando as exigências de seu público e do mercado. Em 2010, o JTO fez sua migração para o ciberespaço, com o lançamento do seu site oficial de notícias, que pode ser acessado pelo link (<https://www.jornaldotocantins.com.br/>). Com sua permanência na web, o periódico, que nasceu como um pequeno jornal de circulação semanal em Goiânia sobre acontecimentos e fatos do norte goiano, deu um importante passo como o diário mais relevante do estado do Tocantins.

O site do jornal no ciberespaço passou por diversas transformações, com mudanças e atualizações em sua página como um todo. É válido frisar que a migração do JTO para o ciberespaço não significou o fim do impresso naquele momento. Na verdade, o site era visto como um espaço para publicação de notícias que complementavam o que era publicado no impresso.

Nos 32 anos do jornal, em 2011, a edição impressa do JTO que circulou deu ênfase às mudanças na página do veículo na internet, tendo como principal novidade a atualização dos fatos e acontecimentos em tempo real. Desse modo, o site não era mais apenas um

complemento das notícias da versão impressa. Enquanto, em sua primeira versão, o jornal apresentava-se de maneira estática, com possibilidades de exploração ínfimas, o foco do novo site era permitir a interatividade do leitor.

O JTO passou por uma reestruturação, a última em sua forma, em agosto de 2016, quando o periódico, em sua versão impressa, abandonou o tradicional formato *standard* (58cm x 31cm), que tinha como característica o aproveitamento maior da área para impressão, mas comprometia o manuseio devido ao tamanho, para o formato *berliner* (42,5cm x 29cm), que oferece mais praticidade, organização, simplicidade e leitura rápida, configurando uma modernização significativa dos processos de adesão à tecnologia feitas pelo jornal.

Até a mudança em 2016, o JTO estava segmentado nas editorias de Política, que abarcava notícias sobre o meio político em níveis regionais, nacionais e internacionais; Economia, com assuntos relacionados à economia do país; Opinião, espaço destinado à apresentação de opiniões de especialistas em formato de artigos; Geral, que discutia acontecimentos factuais e de grande repercussão; Estado⁸, espaço em que as notícias sobre o estado do Tocantins residiam; Esporte, com coberturas dos campeonatos estaduais e nacionais de futebol e demais modalidades esportivas; e Arte e Vida, semelhante ao que pode ser considerado a editoria de cultura, em que se discutiam assuntos diversos do cotidiano, trazendo entretenimento, música, dança, lazer, dicas gastronômicas, entre outros.

Na última versão antes do fim do impresso, o jornal segmentou seus conteúdos em três pilares editoriais: Notícias, Comportamentos e Serviços. As editorias de Economia, Política e Estado, que antes se apresentavam separadamente, tornaram-se uma só dentro do tema Notícias, na cor azul, trazendo também acontecimentos e fatos internacionais. As notícias sobre temas que envolvem segurança, transporte, saúde, educação, meio ambiente e urbanismo incrementam o tema Vida Urbana, na cor verde. O tema Magazine, na cor roxa, substituiu o extinto Arte e Cultura, mas ainda abordando aspectos de entretenimento, lazer e cultura. As editorias de Opinião e Esporte permaneceram, nas cores cinza e laranja, respectivamente.

No dia 1º de janeiro de 2019, o Grupo Jaime Câmara anunciou a descontinuidade da

⁸ Curiosamente as três editorias Geral, Política e Estado se interseccionam em muitos aspectos. Durante a pesquisa no acervo do Jornal sobre as reportagens da UHE de Estreito, ficou evidente que os assuntos que pareciam pertencer a uma editoria, residiam em outra, sem um critério mais claro da locação das notícias.

versão impressa⁹ do Jornal do Tocantins após quase 40 anos. A partir daí, o veículo passou a ser disponibilizado exclusivamente na versão digital, pelo site do jornal no ciberespaço. No comunicado feito pelo grupo, a decisão garantiria maior celeridade e modernidade aos processos e vinha ao encontro da “velocidade do crescimento desse grande estado (Tocantins) que tanto amamos”. Apesar da extinção da versão impressa do JTO, as notícias veiculadas no site do jornal são replicadas no periódico tocantinense *Jornal Daqui*¹⁰, também de propriedade do GJC e ainda impresso.

Na internet, o site do veículo permite que os usuários tenham acesso aos conteúdos de maneira paga. O site viabiliza a leitura de algumas notícias gratuitamente, contudo, de forma limitada. Somente os assinantes têm acesso aos conteúdos de maneira completa, com o pagamento de R\$ 5,90 mensal ou R\$ 69,80 anualmente.

Atualmente, no portal do veículo no ciberespaço, o JTO é dividido nos temas e nas editoriais da página de abertura em *Últimas*, que trata das notícias factuais e recentes; *Eleições*, em que discorre sobre os assuntos e desdobramentos das eleições municipais no estado; *Cidades*, sem um critério claro, com conteúdos sobre segurança, cotidiano, educação, saúde, mobilidade urbana, entre outros; *Vídeos*, espaço destinado a vídeos de todos os assuntos publicados pelo portal; *Magazine*, com materiais sobre cultura, lazer, horóscopo e gastronomia; *Esporte*, com acontecimentos do mundo esportivo; *Política*, com publicações de assuntos políticos, legislativos e pautas internacionais; e *Economia*, com assuntos que variam entre prazos de inscrições de concursos até pautas do agronegócio.

Figura 5 *Layout* do site do Jornal do Tocantins

⁹ Disponível em:

<https://araguainanoticias.com.br/noticia/jornal-do-tocantins-encerra-versao-impressa-apos-40-anos-e-mantera-online/13629>

¹⁰ Lançado em abril de 2007, no site do GJC, o *Jornal Daqui* é descrito por seguir uma linha editorial que preza por assuntos locais, com foco em fatos e acontecimentos do mundo esportivo, policial e de bairros.

Prefeitura no TO abre inscrições para concurso com mais de 60 vagas e salários de até R\$ 14 mil

Captura de tela do site do Jornal do Tocantins. 30/09/2024.

No ano de 2024, o JTO passou por mais uma reformulação, dessa vez, em relação à mão-de-obra. A partir de uma reorganização interna do Grupo Jaime Câmara (GJC), o JTO perdeu a maioria de seus repórteres, reduzindo drasticamente a equipe, com foco no desempenho no digital em integração ao jornalismo do G1, afiliado da Rede Globo. Essa mudança reflete a adaptação do veículo às demandas do mercado digital, priorizando a integração com plataformas de maior alcance e dinamismo, como o G1, que já é consolidado nacionalmente.

Com essa trajetória histórica exposta sobre o JTO, pode-se constatar a relevância do veículo de comunicação, não somente enquanto objeto de análise, mas também como um portal que abriu espaço às vozes daqueles que eram invisíveis aos olhos da parte mais centro-sul de Goiás. Cabe novamente reforçar que, por sua longevidade, o *Jornal do Tocantins* foi um dos poucos a cobrir, regionalmente, os fatos, acontecimentos e desdobramentos da construção da UHE Estreito, principalmente nos anos entre 2002 e 2009, época marcada por conflitos entre o empreendimento, a justiça e os afetados pela usina.

E, agora que mencionada a usina, cabe seguir para a apresentação sobre a UHE Estreito.

4.2 UHE Estreito: da idealização à concretização do empreendimento

Hoje, no Brasil, há 219 Usinas Hidrelétricas (UHEs) em operação. Destas, estão localizadas no Tocantins ou fazem divisa com o estado: a UHE Luiz Magalhães (em Lajeado, região central do estado); UHE Peixe Angical (entre os municípios de Peixe e São Salvador,

região sul do estado); UHE Serra da Mesa (na divisa entre Goiás e Tocantins, região sul do estado); UHE São Salvador (na divisa com Goiás, região sul do estado); e a UHE Estreito (na divisa com o Maranhão, região noroeste do estado).

Com uma capacidade nominal (potencial da usina) de 1.087 MW e oito unidades geradoras, a UHE Estreito consegue gerar energia capaz de abastecer até 4 milhões de habitantes. Sua energia é transportada pela linha de transmissão que se estende entre os municípios de Estreito (MA) e Imperatriz (MA), totalizando 140 km. A UHE tem uma extensão de 260,23 km, ocupando uma área de 555 km². As comportas são do tipo ensecadeiras, com uma largura de 7,650 m e altura de 19,085 m. A UHE Estreito foi a última usina a entrar em operação no Rio Tocantins. O empreendimento teve um investimento de cerca de R\$ 3,6 bilhões, gerando aproximadamente mil empregos diretos e 25 mil indiretos.

Figura 6 Captura de tela do Google Maps da vista espacial da UHE Estreito, com a margem direita sendo o território do Maranhão e a margem esquerda território do Tocantins

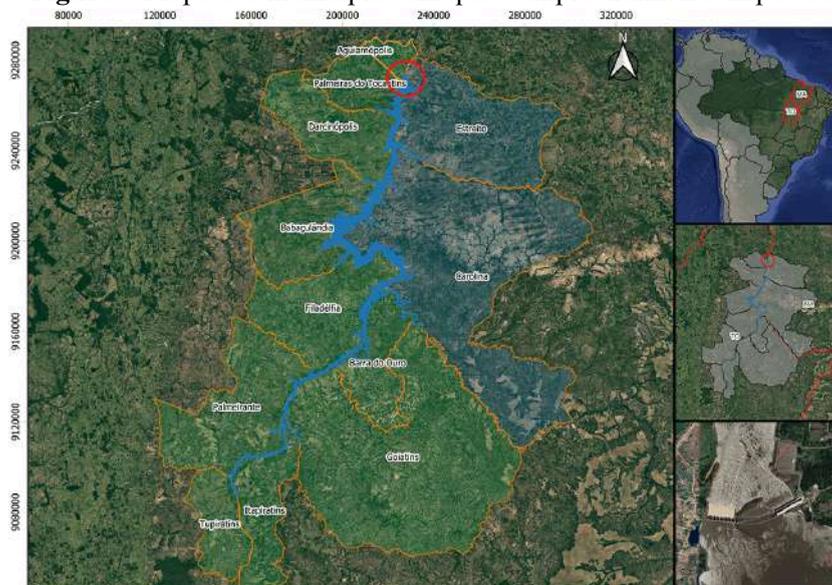


Captura feita pelo pesquisador. 03/10/2024

O Consórcio Ceste Energisa descreve que as atividades de operação da usina têm como prioridade “a preservação ambiental, a sustentabilidade e o fomento às atividades econômicas que possibilitem às famílias residentes na sua área de abrangência aumentar a geração de renda e o bem-estar”. O impacto da UHE Estreito atingiu, no Tocantins, os

municípios de Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra de Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins; e, no estado do Maranhão, os municípios de Carolina e Estreito, marcando a história dessas localidades e daqueles que nelas habitam.

Figura 7 Mapa dos municípios em que o empreendimento impactou



Reprodução: Consórcio Estreito Energia. 03/10/2024.

O Consórcio Estreito Energia (Ceste) é o grupo proprietário da UHE Estreito, formado pela empresa francesa Engie (detendo 40,07% da usina); pela multinacional Vale (representando 30% da usina); pela estadunidense Alcoa (com 25,49% de posse); e pela brasileira Intercement (dona de 4,44% do empreendimento). Juntos, eles formam o Ceste, responsável pela administração das atividades de operação, manutenção e gestão da barragem da UHE Estreito. O Ceste afirma, em seu site na internet, que a UHE Estreito opera com ações de desenvolvimento sustentável, por meio de programas ambientais, além de requisitos legais vigentes. O consórcio obteve a concessão da UHE Estreito em julho de 2002, mas as ações que contemplam a linha do tempo do empreendimento iniciaram-se poucos anos antes.

No final da década de 1990, em meados de 1998, foram realizados os primeiros estudos e avaliações na região que idealizavam um empreendimento para fornecer energia e abastecer a população local. O Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS - Eletrobrás) elaborou o Plano Decenal de Expansão da Oferta de Energia Elétrica para os anos entre 2000 e 2009, e, na ocasião, concebeu a UHE Estreito “como um empreendimento de geração de energia elétrica necessário para atender ao aumento da demanda nacional”.

Em 2001, o local onde hoje reside a UHE Estreito, bem como os espaços impactados, passaram por um estudo que revisava as características técnicas do empreendimento, como quedas, arranjos gerais e localização, realizado pela EletroNorte e Themag. Em julho de 2002, a UHE Estreito foi a leilão para a venda do direito de construção e exploração do empreendimento, sendo vencida pelo Consórcio Ceste Energia, com oferta de pouco mais de 4 milhões ao ano. Inicialmente, o empreendimento tinha previsão para iniciar os trabalhos de operação em 2008. Entretanto, marcada por uma série de conflitos judiciais, revogação de licenças, confrontos entre comunidades afetadas, atrasos em obras, entre outros, a usina só entrou em operação definitiva em outubro de 2012.

Figura 8 Linha do tempo da Construção da UHE Estreito com destaque para momentos importantes



Elaborado pelo Autor. Fonte: Reportagem do Repórter Brasil¹¹ e site do Consórcio Estreito Energia¹².

A UHE Estreito inundou uma área de 43.532 hectares (ha) de terra (CNEC, 2001). A inundação atingiu partes significativas de municípios tanto maranhenses quanto tocantinenses, já mencionados. Carolina (MA) foi o município com maior área inundada, com 36% de seu território hoje debaixo das águas da barragem da UHE Estreito. Filadélfia (MA) e Babaçulândia (TO) vêm em seguida, com 18,3% e 14%, respectivamente. A barragem é um empreendimento de grande extensão, e, diante disso, a área que a água do reservatório abrange é proporcionalmente grande ao porte da UHE, mudando drasticamente o cenário e a vida dos atingidos:

Tabela 6 Dados das áreas inundadas pela UHE Estreito por município.

Município	Área inundada em hectares (ha)	Porcentagem de área inundada do território do município

¹¹ Ver em: <https://reporterbrasil.org.br/2008/07/atingidos-pelas-obras-de-hidreletrica-enfrentam-incertezas/>

¹² Ver em: <https://uhe-estreito.com.br/o-empreendimento/linha-do-tempo.html>

Estreito (MA)	3.206	7,4%
Carolina (MA)	15.637	36,0%
Babaçulândia (TO)	6.099	14%
Barra do Ouro (TO)	4.231	9,7%
Darcinópolis (TO)	2.527	5,8%
Filadélfia (TO)	7.982	18,3%
Goiatins (TO)	525	1,2%
Itapiratins (TO)	243	0,5%
Palmeirante (TO)	1.373	3,2%
Palmeiras do Tocantins (TO)	1.709	13,9%
Total	43.586	100%

Fonte: CNEC - 2001- readaptado de Carvalho (2018, 75)

Como citado acima, os impactos de grandes empreendimentos elétricos, como as UHEs, são incalculáveis e inegáveis, nos mais variados espectros. Os municípios e seus territórios foram drasticamente afetados pela UHE Estreito, nos quais os rumos da história da população, em sua maioria rural, modificaram-se, e os locais testemunharam uma rápida mudança no cenário social, ambiental, econômico e turístico em decorrência da idealização do empreendimento. Há uma ruptura nos processos produtivos e econômicos nesses locais, causada pelo desequilíbrio nas receitas municipais alavancadas pela usina.

Zagallo (2019), ao estudar as relações de impacto entre barragens e turismo no município de Babaçulândia, representadas por barqueiros da região, constata que essa classe social foi massivamente atingida. Atualmente, no local, a profissão, enquanto forma de subsistência, praticamente não existe mais. Para o grupo de barqueiros ainda remanescente na época da pesquisa da autora, evidencia-se que a instalação da UHE Estreito e sua barragem mudaram o curso do turismo. Antes existente de maneira sazonal, o turismo era desenvolvido nas praias temporárias do Rio Tocantins (a exemplo da Praia do Coco, hoje extinta, imersa nas águas da barragem).

A autora concluiu que o turismo, diante da representação dos barqueiros, enfrenta um cenário de incertezas, tornando clara a insustentabilidade social para essa comunidade amazônica no horizonte. Além disso, Zagallo coloca em perspectiva a especulação imobiliária que assombra a cidade até os dias atuais, decorrente dos impactos da barragem da

UHEE no município. O turismo, que antes tinha como carro-chefe a Praia do Coco, representava não só um modelo econômico, dando nome à cidade, mas também garantia o sustento de famílias e definia um modelo de vida, hoje completamente modificado.

Figura 9 Fotos da Praia do Coco em Babaçulândia, hoje inundada pela água da barragem



Antiga Praia do Coco, no meio do Rio Tocantins, na divisa entre Maranhão e Tocantins, em 27 de julho de 2003.
Foto: Arquivo Pessoal do pesquisador

Carvalho (2018), ao se debruçar sobre os impactos da barragem da UHEE no município de Babaçulândia, explora a transformação no modo de vida da comunidade que habitava a Ilha de São José, hoje inundada pela hidrelétrica, ao passo que foram reterritorializados para um novo local denominado Baixão, onde empecilhos se apresentam. A pesquisadora observa que havia uma conexão profunda dos atingidos com o território perdido, por meio de simbolismos, ritos e contato direto com a natureza. A ilha foi um espaço que garantiu a existência de relações econômicas e sociais que moldaram a cultura dos atingidos, cultura esta que, hoje, está totalmente modificada.

A desterritorialização ocasionou uma ruptura nos modos de vida e nas relações sociais porque o grupo se desintegrou, partindo para diferentes áreas. Saindo da ilha, muitos foram viver em projetos de reassentamentos: Santos Estêvão, Mirindiba, Bela Vista e Baixão. Alguns optaram por cartas de crédito e migraram para a zona urbana do município de Babaçulândia e de outros municípios. Notou-se que muitos dos ex-ilheiros sentem-se injustiçados com o contraste entre o reassentamento e o seu antigo lar. Diante do sentimento e do apego à terra nativa, suas memórias, as histórias e a sensação de liberdade, para eles, qualquer medida mitigatória é irrelevante, visto que os modos de vida anteriores não são indenizáveis. (Carvalho, 2018, p. 145)

Coelho (2021) explora os impactos da UHEE no município de Carolina e constata que a inundação ocasionada pela barragem afetou o lago da cidade e córregos com a elevação

do lençol freático, onde a água brota no solo (popularmente chamados de “minador”), rachaduras em paredes de algumas residências, saturação de fossas sépticas, bloqueio do curso de rios pela barragem, entre outros. A extinção da “Praia de Carolina” é vista como a maior perda da cidade e, conseqüentemente, o maior impacto aos moradores locais, mais uma vez reforçando uma mudança ocasionada pela UHEE no fluxo e funcionamento turístico e econômico dos municípios. O autor ainda observa o deslocamento, como em todos os casos de construção de hidrelétricas, de comunidades locais, indígenas e tradicionais, o que produz situações de vulnerabilidade social.

Um fator muito importante de mencionar aqui é que a UHEE integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), hoje chamado de PAC Seleções, um programa do Governo Federal que iniciou ainda no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, como um projeto econômico mais amplo que abarcava várias obras e empreendimentos, incluindo diversas outras hidrelétricas, como a UHE Belo Monte. Hoje, como também na época do desenvolvimento do PAC, suspeita-se que tal projeto foi uma ação do mandatário para impulsionar a candidatura de Dilma Rousseff à presidência da república nas eleições de 2010. No governo, Rousseff era ministra-chefe da Casa Civil e foi apelidada por Lula de “mãe do PAC”, à qual dava frente ao projeto da então candidata. Assim, o empreendimento, mais do que um fato econômico, social e ambiental, carregava em si determinadas facetas políticas, dando uma dimensão multitemática ao seu contexto.

Nessa conjuntura, até aqui, expôs-se sobre o JTO e a UHEE, tratando alguns pontos relevantes acerca dos objetos de análise, o que permitiu evidenciar a importância do empreendimento e do impresso, justificando a escolha deles para integrar esta pesquisa. Diante disso, segue-se agora para o tópico final deste capítulo, em que examinar-se-ão algumas matérias e reportagens jornalísticas do *Jornal do Tocantins* acerca dos impactos ambientais da UHEE, traçando um olhar mais sistemático e aprofundado sobre o *corpus* de determinadas matérias, com o intuito de averiguar como a cobertura feita pelo impresso sobre a UHEE enquadrava os conflitos, riscos, ações e desdobramentos da usina, desde sua idealização até sua concretização.

4.3 O enquadramento dos riscos, conflitos e ações dos impactos socioambientais da UHE Estreito no JTO

Após a exposição sobre os objetos de estudo desta pesquisa, o *Jornal do Tocantins* (JTO) e a Usina Hidrelétrica (UHE) Estreito, que juntos fundamentam este trabalho, partimos

agora para o tópico final deste capítulo. Nele, direcionamos nossa atenção às análises das matérias e reportagens veiculadas pelo JTO, que abordam fatos e acontecimentos relacionados à UHE Estreito durante sua fase de construção. Aqui, cumprimos o quarto e último dos nossos objetivos específicos: examinar o enquadramento da abordagem jornalística do JTO acerca dos riscos, conflitos e ações dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito.

No primeiro quadro de análise, que marca a natureza quantitativa deste trabalho, relembramos que utilizamos a Análise de Conteúdo (AC) para examinar o material coletado. Esse método nos permitiu selecionar as reportagens e matérias que seguiram para o segundo quadro de análise, o qual se baseia na Teoria do Enquadramento (Framing). Essa segunda etapa proporciona uma visão mais crítica e analítica do material, o que significa que nem todas as matérias/reportagens foram analisadas sob o viés do enquadramento. Apenas aquelas que apresentaram uma narrativa mais aprofundada, com detalhes e informações relevantes, foram consideradas, excluindo-se notas informativas breves. Dessa forma, a AC serve como uma sondagem inicial e uma triagem do material, preparando-o para a análise mais crítica do enquadramento, que nos oferece dados pertinentes em primeira instância e permite avaliar se o conteúdo pode ou não ser analisado pelo framing, considerando o que chamamos de "conteúdo flutuante".

Todo esse percurso metodológico permitiu compreender como o JTO abordou os impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito, desde sua idealização até sua concretização. Na aplicação da Análise de Conteúdo (AC), observaram-se aspectos como as fontes utilizadas e os ganchos narrativos construídos, relacionados ao conteúdo das reportagens. Já na análise do enquadramento, foi possível avançar, constatando-se como o discurso jornalístico representou os riscos, conflitos e ações desencadeadas pelo empreendimento. Para isso, adotou-se um olhar crítico sobre a hierarquização dos fatos, a linguagem escolhida e a abordagem das fontes que tiveram espaço nas reportagens. Diante dessas constatações, o primeiro ponto a ser destacado é a forte ênfase econômica dada pelo jornal ao empreendimento.

4.3.1 O discurso jornalístico com viés econômico

Por meio da Análise de Conteúdo (AC), verificou-se que a maioria das matérias analisadas estava alocada na editoria de Economia. Além disso, o contexto dos impactos abordados pela narrativa jornalística construída nas reportagens referia-se, em sua maioria, a

aspectos econômicos. Observe-se a matéria a seguir:

Figura 10 Reportagem do leilão em que o Consórcio Ceste arrematou a UHE Estreito



Fonte: Jornal do Tocantins (julho de 2002)

Na reportagem intitulada “UHE Estreito arrematada por R\$ 4,130 mi ao ano”, de julho de 2002, observa-se, já no título a presença de números, representados pelo valor arrematado pelas empresas do Consórcio Ceste. Essa estratégia busca transmitir uma ideia de “grandiosidade” associada ao empreendimento. Ao longo do texto, diversos dados numéricos e questões sobre investimentos são citados de maneira solta, repetida e, em alguns casos, divergente. No segundo parágrafo, o jornal informa que, ao longo dos 35 anos de concessão, a UHE Estreito (UHEE) gerará aproximadamente R\$ 11,3 milhões anuais em Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH). No entanto, no sexto parágrafo, esse valor é alterado para R\$ 17,5 milhões ao ano. O termo CFURH é mencionado sem uma explicação adequada sobre seu significado, que se refere à indenização paga pelos grupos empresariais responsáveis pelo empreendimento à União, estados e municípios pela exploração de recursos hídricos. Não há detalhes sobre como esse pagamento é realizado, em que será investido ou se existe uma legislação vigente¹³ que regule a aplicação desses recursos.

¹³ Ver em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/geracao/compensacao-financeira/introducao>

Os fatos enquadrados e a narrativa construída seguem uma hierarquia de acontecimentos que representa a usina sob uma ótica econômica. A abordagem enfatiza os investimentos realizados no empreendimento, os empregos gerados, a capacidade de produção de energia e o número de pessoas que serão beneficiadas. Essas informações são frequentemente reforçadas em boxes informativos, cujo propósito é sintetizar o conteúdo em palavras-chave e dados curtos, oferecendo um serviço ao leitor. No entanto, essa perspectiva restrita a um espectro puramente econômico, sustentada por números sem contextualização, é considerada por Bueno (2011) um equívoco dos profissionais de jornalismo. Para o autor, o entendimento dos jornalistas e dos veículos de comunicação de massa associa o conceito de desenvolvimento ao crescimento econômico, medido pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e outros indicadores financeiros, “todos eles contaminados por uma visão meramente financista”, muitas vezes influenciados por “fontes comprometidas com determinados (e poderosos) interesses” (2011, p. 4).

Essa visão limitante privilegia instâncias econômicas em detrimento de questões sociais, culturais e políticas. Para Bueno (2011), isso abre espaço para a constante reprodução de pautas na imprensa que abordam o modelo sustentável de desenvolvimento dos negócios e uma economia brasileira sustentável, discursos que refletem o posicionamento de agentes do poder público e da esfera empresarial (2011, p. 4). No entanto, o autor ressalta que o desenvolvimento não se resume a uma perspectiva econômico-financeira:

O desenvolvimento não se resume a esta perspectiva meramente econômico-financeira, que não apenas empobrece o conceito, mas o desvirtua brutalmente. Desenvolvimento tem a ver com a superação da pobreza e da desigualdade, com a defesa intransigente da pluralidade e da diversidade, com o compromisso com os direitos humanos, com o acesso à educação, à moradia e assim por diante. Crescimento econômico é outra coisa e, em muitos casos, representa um olhar antagônico que, no capitalismo selvagem ou predador, se antepõe à implementação de um efetivo desenvolvimento (o social, o cultural, o das liberdades de pensamento e expressão). (Bueno, 2011, p. 5)

Na reportagem analisada, o viés econômico é reforçado pela fala de uma fonte ligada ao poder público, o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Sua declaração enfatiza o potencial econômico do setor hidrelétrico do país, simbolizado pela concretização da UHEE, e destaca a segurança que o país oferece aos investidores. No entanto, sua fala adota uma perspectiva macro, focando no progresso e no desenvolvimento em nível nacional, sem mencionar aspectos compensatórios em nível regional e local.

A presença do titular de um órgão federal na reportagem ilustra uma tendência observada ao longo desta pesquisa: o amplo espaço concedido a fontes oficiais na cobertura do JTO sobre os fatos e acontecimentos relacionados à construção da UHEE. Segundo Da

Costa, Barbosa e Rodrigues (2020), esse cenário pode ser resultado de dois fatores: “a falta de interesse por parte do jornal ou do jornalista de procurar outras fontes possíveis ou um interesse pertinente por parte do Poder Público de se manter uma constante voz ativa em matérias relacionadas ao meio ambiente”. Os autores destacam que, embora seja importante ouvir o poder público em questões ambientais, “quando essa fonte está em praticamente todas as matérias do gênero, há de se suspeitar ou ser cauteloso” (2020, p. 53).

Mourão, Neuls e Ninni (2020) ampliam essa discussão, afirmando que a dependência de fontes oficiais não é exclusiva das pautas ambientais, mas um fenômeno que permeia todo o campo jornalístico. Para os autores, essa dependência é um vício resultante das “normas e rotinas da construção das notícias”, uma vez que “fontes oficiais reduzem o custo do trabalho de reportar” e estão entrelaçadas com o “sistema de coleta de informação, fortalecendo a relação simbiótica entre os repórteres e as fontes oficiais das instituições” (2020, p. 823).

A análise da fala do presidente da Aneel na reportagem permite levantar duas questões centrais. A primeira é o espaço concedido a fontes oficiais, como presidentes, governadores, prefeitos e chefes de órgãos públicos. A segunda refere-se à abordagem dessas fontes, cujos discursos estão alinhados à narrativa de progresso e desenvolvimento associada à construção da UHEE, novamente sob uma ótica econômica. Essas características são evidentes em outra matéria analisada, intitulada “Compensação financeira ultrapassa R\$ 6 milhões no Tocantins”, publicada em novembro de 2012, quase um mês após a inauguração da usina.

Figura 11 Matéria que trata de todo o repasse de capital resultante da construção da UHEE



Fonte: Jornal do Tocantins (novembro, 2002)

O título do reportagem já indica um discurso jornalístico voltado para aspectos financeiros. Ao longo do texto, números relacionados à compensação financeira e aos investimentos são apresentados de forma solta, sem uma contextualização clara sobre o significado desses valores. No entanto, o ponto central da análise reside na gestão das fontes: as falas são dos chefes do executivo de dois municípios atingidos, Goiatins e Barra do Ouro, que destacam os ganhos financeiros decorrentes dos repasses da UHEE. Essa abordagem confirma a tese de que o JTO enxerga o empreendimento como um símbolo de desenvolvimento e progresso para a região. Nessa matéria, há um pequeno avanço: o texto traz mais detalhes sobre a CFURH, explicando, ainda que superficialmente, como funciona o cálculo dos repasses e a legislação que regula a aplicação desses recursos. No entanto, essa explicação ocorre quase dez anos após o início das obras.

As duas matérias analisadas evidenciam uma tendência recorrente na cobertura do JTO ao longo de mais de dez anos: a ênfase na compensação financeira gerada pelo empreendimento, sem menção aos impactos negativos de ordem social, política e ambiental. Essa abordagem reflete uma falta de inter e multidisciplinaridade no tratamento do tema, limitando-se a equilibrar o investimento realizado na usina com os benefícios econômicos gerados, como empregos, produção de energia e repasses financeiros aos municípios atingidos. Essa perspectiva remete ao contexto da crise energética brasileira nos anos 2000,

quando a busca por fontes de energia era prioritária, sem uma discussão aprofundada sobre os impactos decorrentes:

A crise de abastecimento e o conseqüente racionamento vivenciado em 2001 chamaram a atenção para a necessidade de diversificar as fontes de energia em busca de melhorias nos usos finais de energia. Com o objetivo de incentivar o uso dessas fontes, bem como assegurar a confiabilidade do setor elétrico brasileiro, o governo federal instituiu o Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, revisado pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003. (Cechin, 2017, p. 27)

A ausência de uma abordagem inter e multidisciplinar no JTO revela um silenciamento dos riscos, conflitos e impactos socioambientais do empreendimento. O enquadramento escolhido pelos mediadores da informação (jornalistas) é puramente factual, focado em episódios específicos, sem estabelecer conexões com outros aspectos relevantes. Essa constatação é corroborada pela análise do quadro de enquadramento, que aponta para a falta de contextualização histórica e de aprofundamento nas raízes dos problemas abordados nas reportagens. Um exemplo dessa lacuna é observado na matéria de fevereiro de 2007, que será analisada a seguir.

4.3.2 Silenciamento dos riscos e conflitos e o tratamento factual da cobertura

Na reportagem intitulada “Obras no canteiro da UHE Estreito começam amanhã”, o silenciamento dos impactos socioambientais torna-se ainda mais evidente e explícito. Observa-se que, nos dois primeiros parágrafos, o texto discorre sobre questões relacionadas à usina, enquadrando de maneira positiva o início das obras. No terceiro parágrafo, o impacto social do empreendimento é mencionado brevemente, por meio da fala de uma fonte ligada ao Consórcio Ceste, representada pelo então presidente do grupo de empresas. A declaração é reproduzida sem contrapontos ou questionamentos, conforme se verifica abaixo:

De acordo com Paranhos, a obra será acompanhada por técnicos e profissionais da área ambiental e de arqueologia para que sejam cumpridas todas as normas de preservação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Em relação aos impactos para as comunidades indígenas (krahô, krikati e apinajé), Paranhos afirmou que foi feito um estudo para verificar se essas comunidades seriam impactadas ou não com a obra, mas elas estariam em uma distância que não será abrangida com a Usina. Citou o exemplo da reserva apinajé, que fica a cerca de 40 quilômetros da UHE, e segundo Paranhos, uma distância grande. As outras reservas indígenas, ficariam a 70 e 140 quilômetros da usina. (Joselita Matos. Repórter do Jornal do Tocantins. Fevereiro de 2007)

O discurso apresentado sugere que as obras não afetarão determinados grupos, como as comunidades indígenas. No entanto, em um material jornalístico voltado à defesa dos direitos humanos, ao exercício da cidadania e à justiça, espera-se que o interlocutor dos

jornalistas reconheça a existência de comunidades indígenas, moradores urbanos e rurais, além de povos tradicionais que podem ser afetados pela usina. Nota-se, ainda, o uso da conjugação verbal “abrange” em vez de “impacta” ou “atinge” ao se referir aos municípios localizados no raio de influência da construção da UHEE. Essa escolha lexical revela um posicionamento que, por meio da linguagem, camufla a real dimensão dos impactos do empreendimento, favorecendo uma narrativa que associa a UHEE ao desenvolvimento da região.

Figura 12 Matéria sobre o início das obras da UHEE, momento que marca o início de uma longa construção repleta de conflitos entre a justiça, o empreendimento e as comunidades afetadas

GERAL ecorreia@jornaldo Tocantins.com.br Altitude será monitorada para reduzir o incêndio causado p

Presos dois homens com dinamite Dois homens foram presos em Brasília, em Minas Gerais, com 28 barridos de dinamite. Segundo a polícia, eles disseram que os registros seriam usados no golpe de estado.

Recém-nascido é encontrado morto em SP O bebê estava dentro de um saco plástico em um terreno baldio no Jardim Cívico, em Osasco, Grande São Paulo. A polícia ainda não tem pistas sobre a mãe do bebê.

ENERGIA ▶ DURANTE O PICO DE TRABALHO NO EMPREENDIMENTO DEVERÃO SER GERADOS 20 MIL EMPREGOS; USINA TEM CUSTO DE R\$ 3 BI

Obras no canteiro da UHE Estreito começam amanhã

JOSELITA MARIUS
Repórter - Correspondente

Começa amanhã a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito), em dois municípios da região Norte do Estado (Palmeiras do Tocantins e Aguiarnópolis), e na cidade de Estreito (MA). Durante a fase de implantação da parte principal do empreendimento a expectativa é de gerar cerca de 22 mil empregos, entre diretos e indiretos, quando a obra estiver no pico, ou seja, em 2010. O projeto da UHE de Estreito está orçado em R\$ 3 bilhões, com capacidade para gerar 1,07 megawatts de energia. Para o início das obras, será instalado amanhã o canteiro de obras, que ocupará, inicialmente, 100 pessoas.

Segundo o diretor presidente do Consórcio Estreito Energia, Victor Paranhos, a obra principal deverá começar em abril. A instalação do canteiro de obras compreenderá a construção de acessos internos, entre alojamento para mil pessoas, refeitório, área de lazer e escritórios, além de serviços de terraplanagem e supressão de vegetação e construção do aterro sanitário em Estreito (MA). A área do canteiro de obras tem uma extensão de 1.300 hectares.

De acordo com Paranhos, a obra será acompanhada por técnicos e profissionais da área ambiental e de arqueologia para que sejam cumpridas todas as normas de preservação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Em

relação aos impactos para as comunidades indígenas (kráhi, kríkoti e apinã), Paranhos afirmou que foi feito um estudo para verificar se essas comunidades seriam impactadas ou não com a obra, mas elas estariam em uma distância que não será abrangida com a Usina. Citou o exemplo da reserva apinã, que fica a cerca de 40 quilômetros da UHE, e segundo Paranhos, uma distância grande. As outras reservas indígenas, ficaram a 70 e 140 quilômetros da usina.

Além de biólogos, arqueólogos e veterinários da Fundação Universidade do Tocantins (Fututins) e da Universidade Católica de Goiás (UCG), os trabalhos de construção da usina será acompanhado também por técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A obra de construção está prevista para durar cerca de três anos e o enchimento do reservatório seja iniciado em julho de 2010. Em setembro de 2010, a expectativa é que a primeira das seis turbinas geradoras de energia comecem a funcionar. A hidrelétrica deve estar em pleno funcionamento em junho de 2011.

Além dos três municípios onde será instalado o canteiro de obras, o projeto abrange Carolina, no Maranhão, e Babçuilândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Fladália, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante e Tupiratinos no estado do Tocantins. Na cidade de Estreito (MA) ficarão as instalações destinadas à produção de energia elétrica (casa de máquinas).



PARANHOS DIZ QUE OBRA PRINCIPAL SERÁ INICIADA EM ABRIL

Ficha Técnica

Localização: Rio Tocantins, sub-bacia do Tocantins, Sudoeste Amazônica
Distância da obra: 255 km
Município abrangido: Estreito (MA)
Municípios margem esquerda: Aguiarnópolis (TO) e Palmeiras do Tocantins (TO)

RESERVATÓRIO
Extensão: 260,53 km
Capacidade: 5.400 x 10⁹ m³
N.º de montantes: 106 m
N.º de comportas: 14 m
Área inundada: 400 km²
Vida útil: mais de 100 anos
Municípios atingidos: Estreito e Carolina (MA)
Aguiarnópolis, Babçuilândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Fladália, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Tupiratinos no estado do Tocantins, Palmeiras do Tocantins, Tapiracira (TO)

BARRAGEM
Tipo de estrutura / Material: Terra /

Enrocamento
Comprimento total da crista: 848 m
Altura máxima: 40 m

SISTEMA EXTRAVASADOR
Tipo: Vertedouro de superfície
Vazão do projeto: 64.990 m³/s
Comprimento total da soleira: 402,50 m
Número de vãos: 16
Comportas: tipo gravidade
Largura das comportas: 20 m
Altura das comportas: 21 m

SISTEMA ADUTOR
Tomada de água: tipo gravidade
Comportas: tipo esca-deira
Largura das comportas: 7,70 m
Altura das comportas: 16,30 m

ENERGIA
Potência da usina: 1,087 MW
Energia: Fator: 584,9 MWh/médica
Queda bruta máxima: 22 m

Fonte: Ceste

Fonte: Jornal do Tocantins (fevereiro de 2007)

Logo abaixo da ficha técnica, a matéria indica “Fonte: Ceste”, o que sugere que o texto foi construído com base em informações fornecidas pelo Consórcio, sem a consulta a outras fontes ou perspectivas. Silva *et al.* (2008), ao analisar a cobertura das reivindicações de pessoas atingidas e realocadas pelo empreendimento em jornais de Imperatriz (MA), destacam que:

Há um falseamento no âmbito da divulgação dos impactos sociais, culturais e ambientais trazidos com essa construção de grande porte. Nessa análise da ocupação em Estreito, constatou-se que muitos veículos de comunicação chegavam com a reportagem pronta e algumas pré-fabricadas. A maioria dos jornais impressos faz seu trabalho baseado em releases enviados pela assessoria da Ceste, demonstrando que eles têm como principal fonte o Consórcio de Energia. Está clara a linha editorial do jornal. Ele defende a implantação da UHE Estreito por meio de citações da juíza que concedeu a liminar autorizando a retomada das obras. (Silva *et al.*, 2008, p. 6-7)

Uma discussão que se busca aprofundar nesta análise refere-se à construção das matérias e reportagens, sustentadas principalmente por declarações de fontes oficiais. Essa prática, observada tanto na matéria sobre o início das obras quanto em outras reportagens analisadas, revela uma dependência excessiva de fontes ligadas ao poder público e ao Consórcio Ceste, em detrimento de vozes alternativas, como as das comunidades afetadas. Essa dinâmica reforça o enquadramento predominante, que privilegia a narrativa de progresso e desenvolvimento associada à UHEE, enquanto silencia os conflitos e impactos negativos do empreendimento.

4.3.3 A abordagem do JTO diante de contextos políticos e a construção de matérias declaratórias

Analisa-se a matéria intitulada “Lula diz que a UHE Estreito atrairá novos investimentos”, publicada em dezembro de 2010:

Figura 13 Reportagem que trata da visita do Presidente Lula à UHEE que naquele momento estava em fase avançada de construção

ENERGIA

Lula diz que a UHE Estreito atrairá novos investimentos

AGORA COMEÇA O PROCESSO DE ENCHIMENTO DO RESERVATÓRIO DA HIDRELÉTRICA, QUE DEVE SER CONCLUÍDO EM TRÊS MESES

LARA TAVARES
ESTREITO (MA)

Durante a inauguração da primeira comporta da Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito, na divisa do Tocantins com o Maranhão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que, com o início da geração de energia, novos investimentos surgirão na região. "Haverá progresso para os moradores que existiam aqui antes da construção da usina e para os que chegarem depois", declarou.

Lula afirmou que a construção só foi possível por conta da presidente eleita, Dilma Rousseff. "Foi ela que mudou o marco regulatório da questão energética no País e brigou para que pudéssemos ter esse projeto", disse. O presidente disse ter a expectativa de que Dilma faça mais obras do que ele próprio nos oito anos em que ficou na Presidência. E lembrou que é preciso que os moradores que vivem na região e dependem da agricultura possam continuar trabalhando e tirando sua riqueza do solo.

COMPORTA
A primeira comporta da UHE de Estreito, localizada no Rio Tocantins, foi fechada on-

tem por Lula, que estava acompanhado do ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, e dos governadores do Tocantins, Carlos Henrique Gaguim (PMDB), e do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB). Com o fechamento, inicia-se o processo de enchimento do reservatório. Com o término das obras da barragem e do vertedouro, estrutura que dá vazão à água, a previsão de enchimento do reservatório de 400 m³ é de três meses, dependendo do

período das chuvas e da vazão dos afluentes.

Sendo assim, em fevereiro, com a conclusão da casa de força, onde estão instaladas as turbinas - 90% da obra está concluída -, a usina começará a operar, gerando 1,087 MW, o suficiente para abastecer uma cidade com 4 milhões de habitantes.

Sobre as contestações que o Ceste vem sofrendo do MAB e do Ministério Público Federal do Tocantins (MPF-TO), que

acusam o consórcio de não ter cumprido suas obrigações socioambientais, o presidente do Ceste, José Renato Pontes, afirmou que vários acordos foram feitos para que as atividades econômicas continuem e se aprimorem e que 98% das indenizações já foram pagas às pessoas que tiveram áreas impactadas pela usina. Ainda segundo Pontes, incluindo as indenizações e os projetos socioambientais, cerca de R\$ 500 milhões foram gastos no canteiro de obras.

SAIBA MAIS
A OBRA
A Usina Hidrelétrica Estreito é uma obra de utilidade pública realizada com investimentos da ordem de R\$ 3,6 bilhões e faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. O canteiro de obras está instalado há três anos e dez meses.

FORMALIZAÇÃO



Fonte: Jornal do Tocantins (dezembro de 2010)

Logo no título, o mediador da informação utiliza o verbo *dicendi* “diz”, um sintagma introdutor que apresenta a fala do presidente da República, reforçando o viés econômico da UHEE – aspecto que, até então, já se tornara evidente. Na declaração do mandatário, percebe-se um discurso voltado ao progresso e ao desenvolvimento econômico a qualquer custo, em um contexto marcado pela crise energética. Os impactos sociais e ambientais são ignorados. O presidente afirma que o empreendimento trará progresso tanto para os moradores que já residiam na região quanto para os que ali se instalarão. No entanto, o texto não questiona onde estão esses moradores ou quais são suas perspectivas sobre o suposto progresso mencionado pelo chefe do Executivo federal. Apesar de o trecho permitir a exploração de uma narrativa que poderia contribuir para uma abordagem social, a escolha da apresentação dos fatos mantém-se alinhada a uma perspectiva econômica.

Ao final da matéria, o jornalista poderia ter utilizado uma oportunidade para promover um jornalismo ambiental cívico, comprometido com a cidadania e a justiça. O texto traz um posicionamento do Consórcio Ceste em relação às irregularidades e aos impactos causados pela obra da usina, mas não esclarece quais são essas irregularidades. Em

vez de abordar o tema a partir de movimentos sociais ou do Ministério Público Federal (MPF) – agentes que cobram explicações –, a reportagem baseia-se na fala do Consórcio. Não há espaço para quem acusa; a voz é concedida a quem “precisa se defender”, reforçando o alinhamento do JTO com a construção do empreendimento, tanto na seleção das fontes quanto na forma como os fatos são apresentados.

Chama-se a atenção para a oração introdutória do sexto parágrafo: “Sobre as contestações que o Ceste vem sofrendo”. Percebe-se que a sentença é construída de forma a sugerir que o empreendimento enfrenta dificuldades – dificuldades essas criadas pelo MPF e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) –, como se esses órgãos fossem obstáculos à concretização da UHEE, e não agentes fiscalizadores que buscam garantir que o desenvolvimento do país não se sobreponha à justiça social e aos direitos humanos. A partir da estruturação do texto, o jornal parece sugerir que as ações do poder judiciário impedem o avanço do empreendimento, em vez de destacar seu papel regulador.

A escolha de determinadas palavras em detrimento de outras, assim como a organização do discurso, revelam um posicionamento a favor ou contra determinado assunto ou fonte. Neste caso, como em muitos outros, o enquadramento poderia ter como gancho questões sociais e ambientais, mas opta por representar os acontecimentos sob um viés econômico. Embora haja abertura para abordagens interdisciplinares, que poderiam integrar aspectos sociais, políticos e econômicos, a matéria em questão mantém-se focada no aspecto financeiro. É importante ressaltar que os acontecimentos transformados em notícias são construídos a partir das fontes selecionadas e do ponto de vista do jornalista, o que evidencia o posicionamento do veículo de comunicação. Como destaca Câmara (2018, p. 100-101), o enquadramento se manifesta de diversas maneiras, especialmente na ênfase dada a determinados aspectos da cobertura por meio da escolha lexical e da hierarquização dos fatos.

A notícia é tratada como uma forma discursiva que descreve eventos, reporta reações e analisa fatos, seguindo critérios internos e externos à instância de produção. Esses critérios integram lógicas econômicas, tecnológicas e simbólicas, como mencionado anteriormente. A notícia, portanto, é construída a partir de um ponto de vista – seja do jornalista, das fontes, do editor ou de outros atores envolvidos na produção midiática –, o que faz com que a realidade seja apresentada de acordo com interesses particulares. Isso nos leva a refletir sobre a noção de enquadramento sob uma perspectiva discursiva. A seleção dos fatos que se tornam notícia é influenciada por fatores como tempo, espaço (relacionado à localidade, no caso deste trabalho, interesse local/regional) e hierarquia (o que o veículo decide destacar), distribuídos

em um veículo midiático que organiza as notícias de acordo com critérios editoriais, visando atingir com maior assertividade o público-alvo. (Câmara, 2018, p. 95).

Embora as ações e os desdobramentos da UHEE tenham sido abordados pelo Jornal do Tocantins sob os eixos econômico, ambiental e social, algumas notícias publicadas pelo impresso trazem breves menções a tensões políticas desencadeadas pela construção do empreendimento. Analisa-se, a seguir, a reportagem intitulada “Dilma garante que ampliará investimentos no setor”, publicada em outubro de 2012, que narra a inauguração da usina. Destacam-se os três primeiros parágrafos da notícia:

A presidente Dilma Rousseff inaugurou a Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito (MA) na manhã de ontem, prometendo aumentar os investimentos em geração e transmissão de energia no país. "Desde o governo do presidente Lula, tínhamos certeza da necessidade de se investir nesse modelo de energia", disse a presidente durante discurso.

A declaração da presidente veio depois do discurso feito pelo governador Siqueira Campos (PSDB), que relembrou parte da história da região, mas também fez cobranças ao governo federal. Durante seu discurso, Siqueira destacou a importância da construção das Usinas Hidrelétricas de Santa Isabel (no rio Araguaia), da Serra Quebrada e de Ipueiras (no rio Tocantins).

O governador também falou da necessidade da construção da hidrovia Araguaia/Tocantins, que viabilizaria mais um modal de transporte para atender aos estados do Norte do país, fortalecendo a logística e criando facilidades para alcançar o desenvolvimento econômico. A hidrovia ainda é um projeto adormecido e enfrenta alguns obstáculos. Um deles está na própria UHE de Estreito, que não possui em seu projeto original a construção de eclusas. (Emerson Alencar; Repórter do Jornal do Tocantins; outubro de 2012).

Nota-se que há uma narrativa, ainda que não explícita, de um conflito político entre o governador do Tocantins, Siqueira Campos, e o governo federal. O discurso do governador enumera empreendimentos necessários ao estado, e o jornal representa suas falas como “cobranças” direcionadas à presidente. Apesar de o texto reforçar os elogios aos benefícios econômicos gerados pelo empreendimento – como tem sido feito ao longo de mais de dez anos de cobertura –, percebe-se um tom combativo na abordagem. Ao final, a matéria traz um resgate histórico em linha do tempo sobre a construção da usina, citando números, dados e investimentos, sem abrir espaço para uma reflexão sobre os impactos sociais ou ambientais. No box informativo (“Dados Gerais”), observa-se a escolha lexical: mesmo em uma situação que permitiria outras abordagens, o enquadramento mantém-se focado no escopo econômico. Os estados do Maranhão e Tocantins não são representados como “atingidos”, mas sim como “beneficiados”, destacando-se o número de empregos gerados.

Diante dessas observações, reitera-se que o modo como as fontes são selecionadas, o conteúdo de suas falas e a construção narrativa do discurso jornalístico revelam um enquadramento favorável à concretização da UHEE por parte do JTO, ignorando aspectos

sociais e ambientais. É por meio desse enquadramento que o mediador da informação jornalística “determina o desenvolvimento da reportagem como forma de orientação do ponto de vista e desejo de formação de opinião” (Câmara, 2018, p. 108), seja pela escolha das fontes, pela linguagem utilizada, pelas temáticas abordadas ou pelas imagens selecionadas. Essa prática coloca “a perspectiva de si e do outro no discurso, por meio da orientação argumentativa em formas nominais, verbos e a própria percepção na formação de sentido” (2018, p. 108).

4.3.4 A representação dos conflitos na figura dos afetados e movimentos sociais

O fenômeno mencionado anteriormente torna-se ainda mais explícito quando a cobertura do Jornal do Tocantins (JTO) volta-se para as reivindicações de comunidades indígenas, povos tradicionais e moradores locais atingidos pelo empreendimento, em relação às irregularidades e descumprimentos do Consórcio Ceste. Analisam-se, a seguir, as matérias abaixo:

Figura 14 Reportagens sobre os conflitos entre o empreendimento e as pessoas que são afetadas pela UHEE



Fonte: Jornal do Tocantins

Na primeira matéria, intitulada “Índios bloqueiam BR contra obra de Usina”, descreve-se que, durante o ato de reivindicação por respostas, os manifestantes – em sua maioria, realocados e afetados pela UHEE – estão “pintados para a guerra”. Essa descrição transfere uma representação arcaica e selvagem aos membros da manifestação, reforçando estereótipos negativos. Na segunda matéria, o título utiliza o termo “tumulto”, o que confere uma carga negativa ao evento. No lead, afirma-se que “Centenas de pessoas estiveram presentes na audiência com apitos e faixas, causando muita agitação (...)”, atribuindo aos manifestantes um tom de desordem e inviabilizando a busca por soluções para o problema.

No primeiro texto, sobre o bloqueio da estrada, a notícia traz os seguintes trechos: “Procurador da República (...) se reuniu com as lideranças do movimento para tentar acabar com o impasse (...)” e “Mais cedo, Policiais Rodoviários Federais também tentaram convencer os indígenas a liberarem a BR-226 (...)”. Já no segundo texto, destacam-se as seguintes orações: “O tumulto foi controlado pelo Prefeito do município, Agimiro Dias da Costa (...)” e “Abreu Jorge (fonte ligada ao empreendimento) pediu paciência (...)”.

O discurso jornalístico construído nessas matérias, aliado às fontes selecionadas e à abordagem de suas declarações, configura um enquadramento que reflete um ponto de vista específico, como já evidenciado anteriormente. Esse ponto de vista trata os atores envolvidos de maneira discrepante: as fontes oficiais são representadas como agentes pacificadores,

dotados de autoridade e conhecimento, enquanto os manifestantes – em sua maioria indígenas, povos tradicionais e moradores locais – são retratados como agressivos e causadores de badernas. Técnicas de protesto, como o bloqueio de estradas e a queima de pneus, são apresentadas como ações que buscam paralisar as obras da UHEE, transformando os manifestantes em obstáculos para a continuidade da construção e, conseqüentemente, para o progresso e desenvolvimento regional, simbolizados pela concretização da usina.

Na notícia sobre a audiência pública no município de Babaçulândia, destacam-se algumas questões relevantes que foram levantadas ao longo desta análise. O primeiro ponto refere-se ao silenciamento das comunidades, uma vez que o texto não esclarece os problemas enfrentados pelas quebradeiras de coco. O espaço na matéria é concedido a uma fonte ligada ao empreendimento, enquanto as vozes das comunidades afetadas são marginalizadas. Apesar de a matéria possuir um gancho narrativo que poderia abordar questões sociais e ambientais, utiliza-se de artifícios que reduzem o trabalho das quebradeiras de coco a uma atividade puramente comercial, ignorando o contexto social no qual ele está inserido. Para além de ser um modo de subsistência, o trabalho das quebradeiras de coco representa uma manifestação cultural, histórica e centenária do estado, aspecto que não é contemplado na cobertura.

No que diz respeito à relação entre a cobertura jornalística do Jornal do Tocantins e as fontes afetadas pela UHEE, é importante salientar a forma como o impresso concede espaço aos atores sociais em sua luta por direitos. Mesmo quando esse espaço é cedido, a abordagem adotada está alinhada aos interesses econômicos, sem compromisso com a responsabilidade cívica. Observa-se essa tendência na reportagem abaixo, publicada em setembro de 2009:

Figura 15 Reportagem que aborda o protesto de moradores afetados pela UHEE, em Babaçulândia

UHE ESTREITO

Manifestantes fecham sede do Ceste em Babaçulândia

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) CADASTROU MAIS DE 400 PESSOAS QUE SE CONSIDERAM IMPACTADOS POR OBRA

Walesson Dias
ENVIADO ESPECIAL A
BABAÇULÂNDIA

Cerca de 100 pessoas, entre pescadores, barqueiros, barraqueiros, quebradeiras de coco e pequenos produtores, fecharam as portas do Centro de Informação da Usina Hidrelétrica (UHE) do Estreito nesta em Babaçulândia. Os manifestantes passaram uma corrente nas portas do escritório e impediram a entrada de funcionários no local. Além disso, o grupo fechou a principal rua da cidade com faixas e barracas e ateou fogo em pneus.

Os manifestantes alegam que sofreram consequências com a construção da barragem e exigem que sejam considerados atingidos diretamente com o empreendimento. A decisão de tomar o escritório do Consórcio Estreito Energia (Ceste) partiu depois de uma reunião com as associações da cidade no último domingo.

“Esse processo já caminha há mais de quatro anos e nunca há uma definição. Em março, fizemos um documento de reivindicação e enviamos para o Ceste, mas eles não responderam”, afirmou o líder do grupo, Adelson de Oliveira.

Ontem à tarde, o Movimento

SAIBA MAIS ENERGIA

A Usina Hidrelétrica de Estreito terá capacidade de gerar 1.087 MW quando as oito turbinas estiverem funcionando após 2011. A obra afetará diretamente 12 municípios, sendo dois no Maranhão (Estreito e Carolina) e dez no Tocantins (Aguariópolis, Babaçulândia, Barras do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Golatinas, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins).

emissão da licença ambiental prévia, diagnóstico e avaliação as intervenções sociais e ambientais geradas pela implantação da Usina”. O Ceste lembra na nota que “84% das indenizações de proprietários de imóveis que optaram pela venda da propriedade para o Ceste já foram efetivamente pagas”.

PODER JUI CDNARCA

Fonte: Jornal do Tocantins

No lead da reportagem, observa-se a seguinte construção: “Os manifestantes passaram uma corrente nas portas do escritório e impediram a entrada de funcionários no local”. O tom da abordagem carrega um discurso negativo, transferindo aos afetados pela usina uma imagem de pessoas que promovem o caos. O que, para barraqueiros, quebradeiras de coco e barqueiros, é uma luta por direitos, para o impresso é retratado como uma movimentação que causa tumulto e confusão. A utilização de táticas de protesto, como o fechamento de vias e a queima de pneus, enquadra os manifestantes como vândalos e pessoas violentas, motivadas por questões sem comprovação. Isso fica evidente no segundo parágrafo, em que o jornal trata as denúncias de descumprimentos do empreendimento e as consequências vividas pelos manifestantes como “alegações”, enfraquecendo as razões que levaram à realização dos protestos.

Ainda no lead, a matéria informa que “o grupo fechou a principal rua da cidade com faixas e barracas e ateou fogo em pneus”. Mourão, Neuls e Ninni (2020), em estudo que analisou a cobertura da imprensa brasileira sobre os impactos das UHEs durante cinco governos democráticos diferentes, revelaram que, ao longo de décadas, ativistas precisaram recorrer a táticas disruptivas – como as descritas na matéria analisada – para que a imprensa lhes concedesse espaço (Gamson, 2008; Gitlin, 1980, *apud* Mourão, Neuls e Ninni, 2020, p. 831). No entanto, ao abordar essas ações, os veículos tendem a marginalizar os protestos,

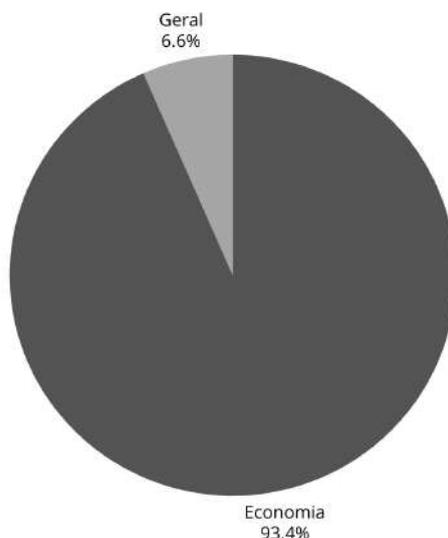
ênfatizando a violência e o espetáculo. Conforme destacam os autores, “estes protestos ganharam valor notícia quando usavam táticas de bloqueio de estradas, impedindo acesso ou ocupando construções, o que paralisava temporariamente ou atrasava as obras” (Mourão, Neuls e Ninni, 2020, p. 830).

Todo o exposto até aqui, com base em uma amostra de matérias que representa um universo de 61 reportagens coletadas, permitiu examinar o enquadramento do JTO acerca dos riscos, conflitos e ações dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito. Dessa forma, cumpre-se o último dos quatro objetivos específicos desta pesquisa. Constata-se que, ao alcançar esse objetivo, ficou evidente que o enquadramento está diretamente ligado à maneira como os acontecimentos são noticiados pelo impresso, bem como à subjetividade dos mediadores da informação (jornalistas), refletida na construção narrativa dos fatos relatados. Essas circunstâncias ecoaram, de maneira mais ou menos visível, na abordagem jornalística do JTO, que se sustentou em um discurso midiático e em uma construção narrativa analisada a partir das categorias de enquadramento: (I) Pluralidade e (II) Contextualização. No tópico seguinte, apresentam-se os resultados da pesquisa, com base nos dados coletados na Análise de Conteúdo (AC) e na análise aprofundada do enquadramento.

5. RESULTADOS

Nesta pesquisa, reitera-se a utilização de um duplo procedimento metodológico para responder à questão central que guiou todo o percurso investigativo: “De que forma ocorreu o enquadramento dos riscos, conflitos e ações dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito pelo JTO?”. Para tanto, ancorou-se na Análise de Conteúdo (AC) e na Teoria do Enquadramento como métodos complementares, que permitiram analisar a cobertura jornalística do Jornal do Tocantins (JTO) acerca dos fatos e acontecimentos envolvendo a UHE Estreito, desde a concessão até a operação da usina. A AC foi instrumentalizada e aplicada para identificar, por meio do primeiro quadro de análise, a frequência com que determinadas unidades de sentido – como fontes, ganchos e editoriais – aparecem no material coletado. No primeiro momento da pesquisa, analisaram-se 61 matérias, reportagens e notas. A partir da observação do conteúdo flutuante do material examinado pela AC, selecionaram-se 39 matérias para uma análise mais aprofundada pelo viés do enquadramento, categorizadas em (I) Pluralidade e (II) Contextualização.

O primeiro ponto a ser destacado é a presença majoritária das notícias na editoria de Economia. Embora a temática envolva questões econômicas – como investimentos, geração de empregos, repasses financeiros e potencial energético –, o posicionamento das matérias e reportagens nessa editoria específica evidencia o tratamento que os mediadores da informação (jornalistas) desejam dar aos acontecimentos transformados em notícias. Como discutido no tópico sobre jornalismo especializado, o que determina a qual espaço editorial uma reportagem pertence é o tratamento dado pelo jornalista aos fatos narrados. No enquadramento adotado pelo JTO, observa-se uma tendência indiscutível de abordar a UHEE sob o viés de seu potencial econômico, sustentado em dados como empregos gerados, compensação financeira, geração de energia e o número de pessoas que seriam atendidas pela usina. Essas informações estão sempre presentes e destacadas nos textos. Mesmo em matérias cujo gancho era um conflito ou risco, e que poderiam ser abordadas sob uma lógica social, ambiental ou política, o espaço editorial predominante era “Economia”. Das 61 matérias coletadas, apenas 4 estavam fora da editoria de “Economia”, estando localizadas no espaço denominado “Geral”:

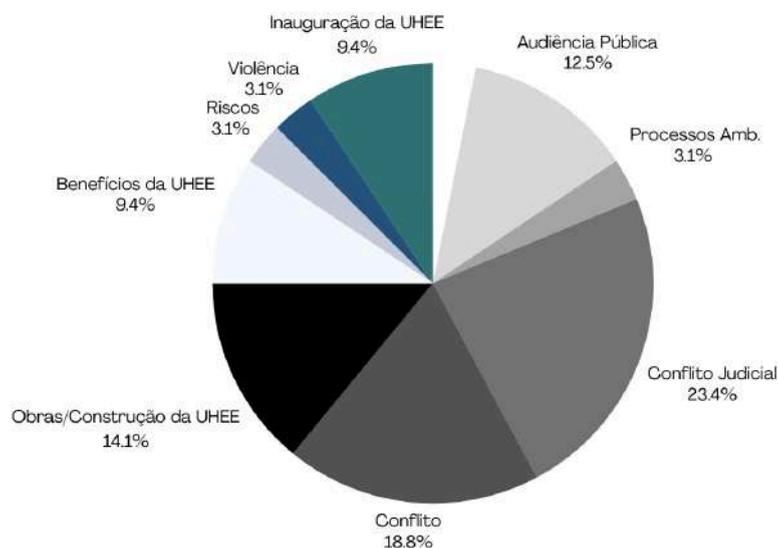
Figura 16 Editoria mais recorrente onde as matérias estavam localizadas

Elaborado pelo pesquisador (novembro de 2024)

A cobertura jornalística do Jornal do Tocantins (JTO) sobre a UHE Estreito resultou em 61 matérias, nas quais observou-se que os principais ganchos narrativos foram: Conflitos Judiciais (15 matérias), Conflitos (12 matérias) e Obras/Construção da Usina (9 matérias). A distinção entre os dois primeiros ganchos foi feita com base nos personagens envolvidos e nos fatos que desencadearam a construção narrativa. No caso dos Conflitos Judiciais, as matérias abordavam acontecimentos que envolviam a UHEE e seus representantes em relação a decisões do poder judiciário, gerando tensões durante a construção da usina. Já no segundo gancho, os embates ocorriam entre o empreendimento e governadores, prefeitos, deputados, além de pessoas realocadas e atingidas pela usina.

Outros ganchos que conduziram a cobertura do JTO foram os benefícios da UHEE (6 matérias) e a Inauguração da Usina (6 matérias). O primeiro gancho refere-se às ações promovidas pelo Consórcio Ceste e à compensação financeira gerada pela UHEE nos municípios atingidos nos dois estados abrangidos pelo empreendimento. Ficou evidente que parte das matérias publicadas eram releases, como já demonstrado no tópico em que se teceu uma análise crítica, sem alterações significativas, ou matérias construídas com base em releases, com poucas mudanças ou acréscimos de informações. Esse fato reforça o alinhamento editorial do impresso com a construção do empreendimento.

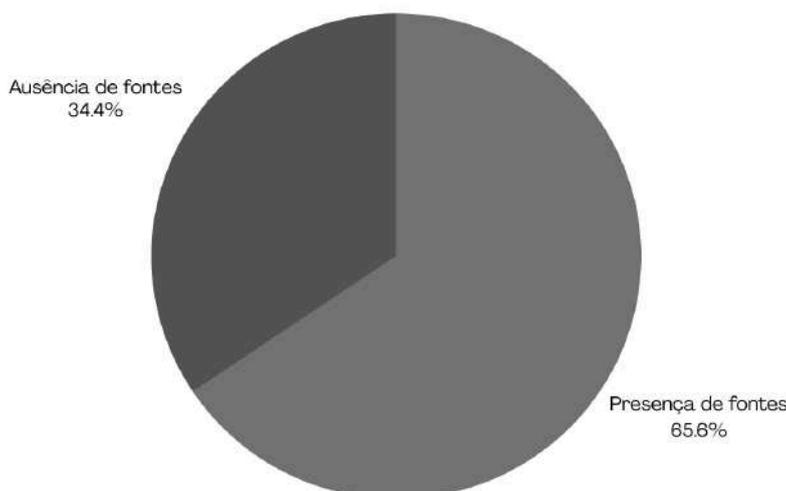
Figura 17 Os ganchos narrativos das notícias publicadas pelo JTO sobre a UHEE



Elaborado pelo pesquisador (novembro de 2024)

Ao analisar o material coletado, constatou-se que os ganchos que levaram os acontecimentos a se tornarem notícias no Jornal do Tocantins (JTO) foram, em grande parte, os Conflitos Judiciais. Nesses casos, observou-se uma forte presença de fontes oficiais, principalmente juízes e demais representantes do poder judiciário, nos espaços das matérias, reportagens e notas. Mesmo nos ganchos relacionados a conflitos – que envolvem afetados e realocados, em sua maioria povos tradicionais e comunidades indígenas –, as vozes ouvidas foram, predominantemente, as do poder público. Ao todo, contabilizaram-se 40 matérias, reportagens e notas com a presença de fontes e 21 sem a presença de fontes, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Figura 18 Apontamento sobre a presença e a ausência de fonte nas notícias

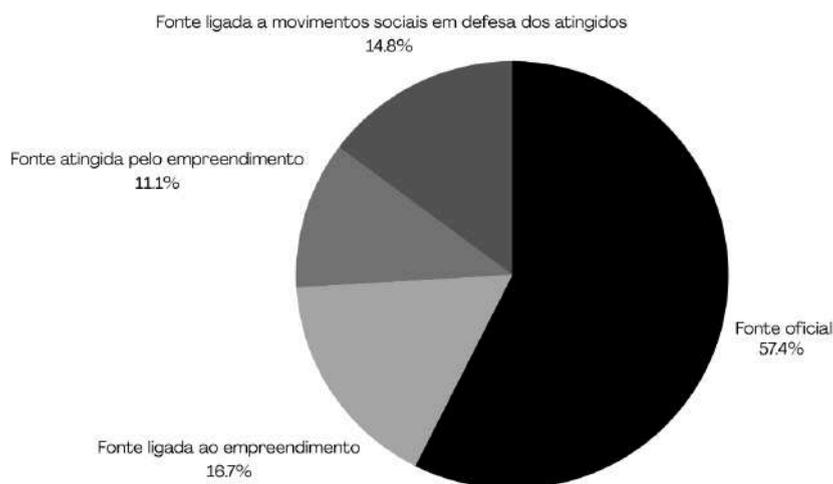


Elaborado pelo pesquisador (novembro de 2024)

Das 40 matérias em que houve a presença de fontes, contabilizaram-se 53 fontes diferentes. Desse total, 31 eram fontes oficiais, 9 eram fontes ligadas ao empreendimento, 8 eram fontes ligadas a movimentos em defesa dos atingidos pela UHEE, e apenas 6 eram fontes atingidas pelo empreendimento. Esses dados revelam uma discrepância e desequilíbrio na presença de fontes na cobertura do Jornal do Tocantins (JTO) sobre os impactos e desdobramentos socioambientais da UHEE, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Figura 19 Natureza das fontes presentes nas reportagens e discriminação das fontes oficiais

53 fontes diferentes



Elaborado pelo pesquisador (novembro de 2024)

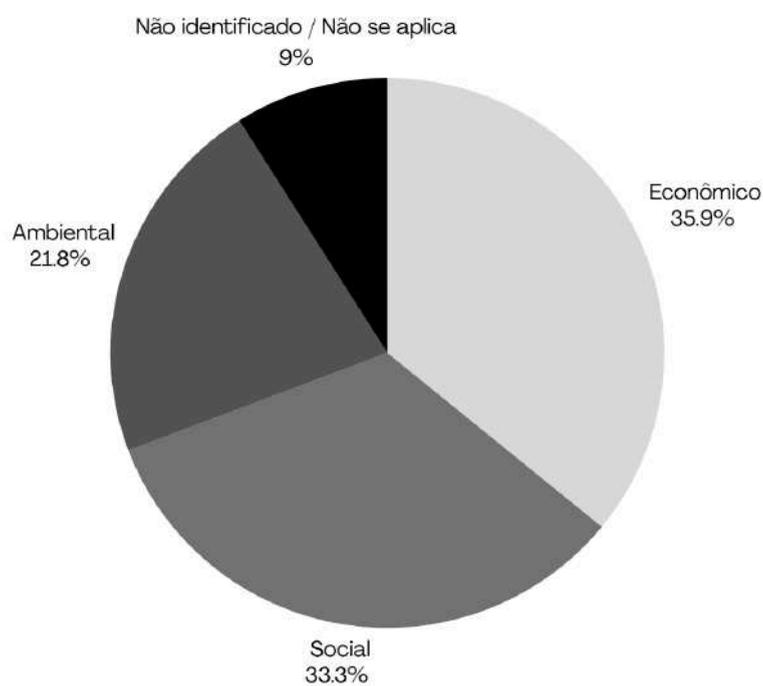
É notório o pouco espaço concedido às fontes atingidas pela UHEE na cobertura do Jornal do Tocantins (JTO). Justamente os grupos mais vulneráveis social e economicamente –

em sua maioria, povos tradicionais, comunidades indígenas, ribeirinhas e moradores da zona rural – foram os menos ouvidos. Ao investigar a abordagem dada pelo impresso a essas fontes, constatou-se que a narrativa construída pelo jornal enquadrava as ações e reivindicações dos atingidos como meros obstáculos à concretização do empreendimento. O tom das matérias enfatizava os métodos utilizados pelos manifestantes, representando-os como promotores de violência, desordem e caos. Essa abordagem revela um jornalismo pouco alinhado às demandas de grupos vulneráveis e suas reivindicações. A análise do enquadramento evidenciou, em diversas matérias e reportagens, a falta de uma explicação mais aprofundada sobre as reivindicações desses grupos, que eram citadas de maneira breve e superficial.

Um ponto relevante identificado ao mesclar as duas metodologias – Análise de Conteúdo (AC) e Teoria do Enquadramento – foi a forte presença de representantes do poder judiciário nas matérias e reportagens, sem que houvesse a preocupação de traduzir termos técnicos do “juridiquês” para o público leigo. Essa constatação foi possível ao analisar as falas das fontes e o tratamento dado pelo JTO, que produziu uma linguagem muitas vezes pouco clara e inacessível. Além de termos jurídicos, aspectos políticos e legislativos relacionados às políticas públicas ambientais que regulam os recursos hídricos também foram mencionados sem a devida contextualização. Da mesma forma, conceitos ambientais, como o termo “biomassa”, apareceram em diversas matérias sem qualquer explicação sobre seu significado.

A pesquisa buscou identificar os impactos mencionados nas matérias e reportagens coletadas. Foram localizadas 28 matérias que citavam os impactos econômicos do empreendimento, 26 que mencionavam os impactos sociais, 17 que abordavam os impactos ambientais e 7 em que não foi possível identificar nenhum tipo de impacto mencionado. A essa altura, já é evidente que a abordagem jornalística do JTO esteve quase que em “defesa” dos benefícios econômicos que o empreendimento traria para a região, enquadrando a UHEE de maneira positiva, como um símbolo de progresso e desenvolvimento. A cobertura construiu uma narrativa que representava tais avanços por meio do investimento realizado, da compensação financeira, dos empregos gerados, do potencial energético e dos milhões de cidadãos que teriam acesso à energia proveniente da usina.

Figura 20 Examinação dos impactos mencionados nas matérias



Elaborado pelo pesquisador (novembro de 2024)

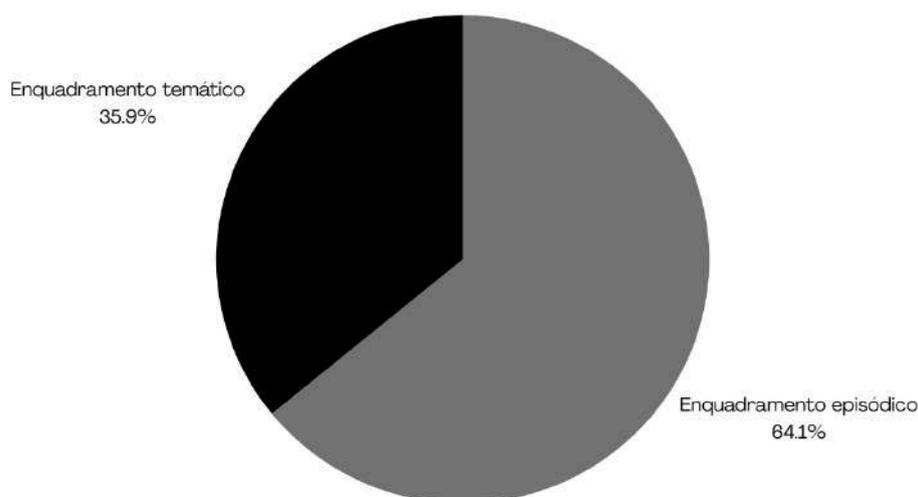
Embora os impactos sociais tenham sido mencionados em um número considerável de matérias, ao analisar a abordagem pelo viés do enquadramento, percebeu-se um tom um tanto quanto “cínico” na cobertura do Jornal do Tocantins (JTO) em relação a esses impactos. Houve pouco aprofundamento e clareza, como mencionado anteriormente, sobre as

reivindicações das pessoas atingidas pelo empreendimento. Nota-se também um desequilíbrio entre a menção dos impactos sociais e o número de fontes atingidas pelo empreendimento que foram ouvidas.

A partir das categorias de classificação, observou-se que o JTO concedeu espaço, em contextos como esses, a fontes ligadas ao poder público, como governadores e prefeitos, e a fontes ligadas ao empreendimento. Enquanto seria necessário ouvir aqueles que estavam mais próximos de explicar claramente as mudanças no modo de vida decorrentes da usina, buscou-se voz em fontes cujos interesses estavam alinhados com a concretização da UHEE a qualquer custo. Percebe-se também a escassa menção aos impactos ambientais e a ausência de vozes e espaços concedidos a especialistas independentes do meio ambiente, que não estivessem ligados ao empreendimento ou ao poder público. Esses especialistas poderiam esclarecer pontos cruciais relacionados à usina, sem falseamento ou camuflagem de informações, e sem constrangimentos ou tensões.

Ao analisar o enquadramento, constatou-se que todas as matérias e reportagens fizeram uso do enquadramento noticioso, de caráter puramente factual. De um total de 39 reportagens examinadas, verificou-se que 25 utilizaram o enquadramento episódico, focando em acontecimentos específicos, mas com pouca riqueza de detalhes e informações. Aproximadamente 14 reportagens adotaram o enquadramento temático, orientando-se por temas relacionados à usina.

Figura 21 Identificação dos enquadramentos das notícias



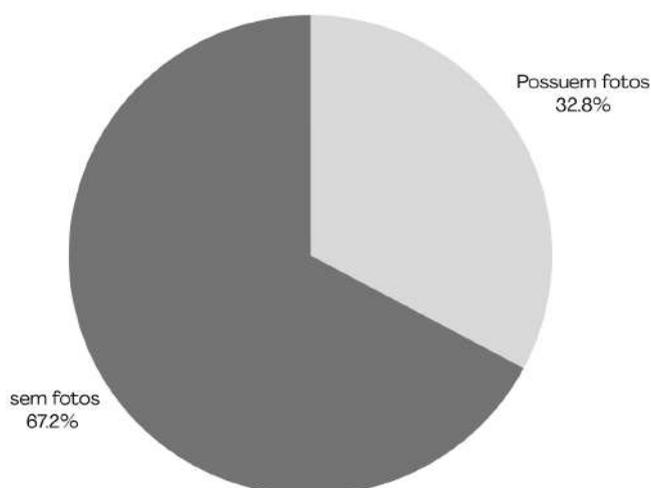
Elaborado pelo pesquisador (novembro de 2024)

Ao focar em episódios específicos, a abordagem jornalística do Jornal do Tocantins (JTO) apresentou falhas no que diz respeito ao aprofundamento dos fatos e acontecimentos.

Ao instrumentalizar a categoria de Contextualização para analisar a construção narrativa do impresso, observou-se a falta de um resgate histórico em muitas matérias, principalmente naquelas que envolviam conflitos e mencionavam os impactos sociais e ambientais. Poucas vezes houve menção às raízes que originaram determinados desdobramentos e reivindicações das pessoas afetadas e realocadas pela UHEE. O discurso jornalístico, ao enquadrar as notícias de maneira puramente factual, raramente abordou a temática sob um olhar sistêmico, multidisciplinar e interdisciplinar, não estabelecendo relações entre as questões que as notícias sobre o empreendimento envolviam sob diferentes perspectivas. A cobertura restringiu-se a episódios específicos, sem priorizar os interesses sociais e ambientais. Mesmo nos casos em que esses aspectos foram citados, o impresso tangenciou as questões relevantes e, em determinadas situações, concedeu espaço às fontes ligadas ao empreendimento para que pudessem “se defender” das cobranças que lhes eram direcionadas.

Por fim, e não menos importante, a pesquisa fez uso de procedimentos metodológicos que incluíram a análise das imagens presentes nas matérias e reportagens, uma vez que o gerenciamento de imagens ilustrativas compõe o material jornalístico. Os achados revelaram que o material coletado é pouco rico em fotografias, com apenas 20 matérias contendo fotos e 41 ausentes de qualquer tipo de imagem.

Figura 22 Resultado da coleta acerca da presença e ausência de imagens nas reportagens



Elaborado pelo pesquisador (novembro de 2024)

Embora a pesquisa não tenha se aprofundado na análise pictórica ou nos estudos da semiótica aplicados ao fotojornalismo, não se negligenciou os efeitos causados pela cobertura fotográfica do Jornal do Tocantins (JTO) ao tratar dos acontecimentos e fatos relacionados à

UHE Estreito. A abordagem fotográfica mostrou-se íntima e pouco exploratória. Das 21 matérias que incorporaram fotografias, a maioria estava relacionada a ganchos envolvendo conflitos, retratando manifestantes com faixas em marcha, acampamentos e multidões reivindicando seus direitos. Essas imagens estavam atreladas a um discurso que representava tais atos como obstáculos à continuidade das obras da UHEE. Outro ponto relevante foi a cobertura das matérias sobre a inauguração da usina, nas quais as imagens aéreas do empreendimento ocuparam grande espaço nas publicações, sempre acompanhadas de títulos e subtítulos que reforçavam o poderio econômico ali presente.

Esse levantamento permite constatar que a narrativa construída nas matérias e reportagens sobre a UHEE não pode ser dissociada da maneira como o enquadramento se deu por meio das ilustrações escolhidas para representar as notícias. As imagens, assim como o texto, desempenham um papel crucial na construção do significado e na orientação da interpretação dos fatos pelo público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de reflexão teórica buscou-se compreender a construção narrativa dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito pelo Jornal do Tocantins (JTO), analisando a cobertura feita pelo impresso desde o leilão de concessão da usina até sua inauguração – um período de pouco mais de dez anos. A pesquisa foi guiada pela pergunta: “Como se deram os riscos, conflitos e ações dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito no JTO?”.

Inicialmente, partiu-se da hipótese de que a representação dos riscos, conflitos e ações dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHE Estreito no Tocantins, pela abordagem jornalística do JTO, teria sido conduzida por uma construção narrativa pouco plural, com o fenômeno da lattetização das fontes sendo recorrente e com tendências pouco esclarecedoras, focando principalmente em questões técnicas relacionadas ao planejamento, licenciamento e construção da usina. Em parte, essa hipótese confirmou-se, pois a construção narrativa foi majoritariamente conduzida por fontes oficiais e ligadas ao empreendimento,

com os afetados pela UHEE tendo pouco espaço nas notícias, conforme revelado pela Análise de Conteúdo (AC). No entanto, a lattetização das fontes não se mostrou recorrente, uma vez que não houve, em nenhuma matéria coletada, a presença de especialistas independentes na área de meio ambiente, embora termos técnicos tenham sido frequentemente utilizados sem a devida explicação ao público leigo, conforme observado na Teoria do Enquadramento.

Ainda na hipótese inicial, postulou-se que a cobertura jornalística do JTO sobre os desdobramentos e impactos da construção da UHE Estreito apresentaria um desequilíbrio no uso das fontes, privilegiando a narrativa das fontes oficiais. Isso levaria a uma cobertura guiada por uma comunicação corporativa, comprometendo o compromisso do jornalismo com a pluralidade e a contextualização dos fatos. Essa hipótese confirmou-se plenamente ao utilizar os dois procedimentos metodológicos. Na AC, a quantidade e a natureza das fontes permitiram observar a discrepância entre os tipos de atores sociais presentes na cobertura. Já no enquadramento, verificou-se a abordagem das falas desses atores, constatando-se o silenciamento das fontes afetadas pela UHEE e a falta de resgate histórico dos fatos, com uma exposição superficial das raízes dos conflitos, guiada pela factualidade.

Ao utilizar o enquadramento para compreender a construção narrativa dos fatos e acontecimentos envolvendo a UHEE, os achados revelaram uma cobertura não apenas pouco plural, mas também carente de inter e multidisciplinaridade na abordagem da questão ambiental. O tratamento dado pelo impresso esteve preso a um enquadramento factual, sem estabelecer conexões com outras áreas do jornalismo. As notícias ambientais precisam carregar uma visão holística, capaz de fomentar a consciência ambiental e abordar temas como recursos naturais, clima, lixo, energia, água, consumismo, pobreza e desenvolvimento de forma interconectada. Conforme destacado por Palma (2014), o jornalismo ambiental deve adotar uma perspectiva crítica e preocupada com a sustentabilidade, conectando passado, presente e futuro.

Outra hipótese inicial foi a de que as vozes das comunidades e povos tradicionais afetados pela UHEE, quando presentes nas notícias, ganhariam espaço apenas em situações de protestos e bloqueios, sendo representadas como marginais pelo JTO. Essa hipótese também se confirmou. A AC revelou a predominância de fontes oficiais e ligadas ao empreendimento, enquanto o enquadramento mostrou que as falas dos manifestantes foram apresentadas de forma a enfatizar táticas consideradas disruptivas, como bloqueios e queima de pneus, enquadrando-os como promotores de caos e baderna. O discurso jornalístico não abordou as reivindicações como legítimas, mas como ações que atrasavam as obras da usina.

O maior achado desta pesquisa foi que o empreendimento foi retratado pelo JTO sob uma perspectiva predominantemente econômica. A usina foi enquadrada como símbolo de desenvolvimento e progresso regional, com a cobertura destacando os ganhos econômicos, como empregos gerados, potencial energético e compensação financeira. Questões como realocações, impactos ambientais e sociais foram negligenciadas. A narrativa focou no investimento feito, no capital injetado na economia e nos repasses financeiros, em detrimento dos impactos ao modo de vida e à subsistência das comunidades afetadas.

Conclui-se que não houve uma prática de jornalismo ambiental, muito menos de um jornalismo ambiental socialmente engajado e comprometido com os afetados pela usina. A construção narrativa dos fatos e acontecimentos envolvendo a UHEE esteve restrita ao factual, privilegiando as vozes do poder público e do empreendimento. Esse comportamento contraria a premissa do jornalismo ambiental, que visa denunciar injustiças e danos à natureza, preservando relações ecológicas e sociais, e se opõe às estratégias de marketing verde de grandes corporações.

Por se tratar de um material impresso, cuja busca foi feita presencialmente no acervo do JTO, esta pesquisa apresenta algumas limitações. Um dos principais problemas foi a incompletude dos cadernos, com ausência de edições em determinados dias. Por exemplo, em fevereiro de 2005, quando ocorreram audiências com as pessoas impactadas pelo empreendimento, algumas notícias sobre essas audiências não estavam registradas nos cadernos, havendo lacunas nas datas. Esse fenômeno repetiu-se em diversos outros meses, o que pode ter afetado, ainda que de forma não drástica, a compreensão da construção narrativa dos fatos pelo JTO.

Além disso, reconhece-se que, nos meses e anos não examinados, podem ter existido matérias e reportagens relevantes sobre a construção da UHE Estreito. No entanto, acredita-se que a análise de conteúdo, pelo viés do enquadramento do material coletado, contribui significativamente para o meio acadêmico e profissional, além de retribuir àqueles que foram impactados pela construção da usina.

Este trabalho contribui para a reflexão sobre o papel do jornalismo na cobertura de grandes projetos de infraestrutura, especialmente no que diz respeito à necessidade de uma abordagem mais plural e contextualizada. Além disso, oferece subsídios para que os profissionais de jornalismo reavaliem suas práticas na cobertura de temas ambientais, buscando uma postura mais crítica e engajada com os interesses das comunidades afetadas. A pesquisa também destaca a importância de se evitar a instrumentalização do jornalismo por

interesses corporativos, que podem comprometer a qualidade e a credibilidade da informação jornalística.

Por fim, cumpriu-se o objetivo principal de compreender a construção narrativa dos impactos e desdobramentos socioambientais da UHEE pelo Jornal do Tocantins, evidenciando a necessidade de um jornalismo ambiental mais crítico, plural e comprometido com a justiça socioambiental.

REFERÊNCIAS

Abiahy, Ana Caroline de Araújo. **O jornalismo especializado na sociedade da informação**. BOCC, [s. l.], p. 1–27, 2005. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiahy-ana-jornalismo-especializado.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Angelo, Fabricio Fonseca. **Critérios de noticiabilidade no jornalismo ambiental: A Amazônia como um campo discursivo em disputa**. (Tese), 2020, PUC Rio, Rio de Janeiro, dezembro. Disponível em: https://www.academia.edu/76827227/Crit%C3%A9rios_de_Noticiabilidade_no_Jornalismo_Ambiental_A_Amaz%C3%B4nia_como_um_campo_discursivo_em_disputa Acesso em: 22 out 2024.

Bardin, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: edições 70. 1977. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence->

[analise-de-conteudo.pdf](#). Acesso em: 9 agosto 2024

Batista, Pedro Paulo Reis; Fernando, Adelson da Costa e Rodrigues, Allan Soljenítsin Barreto. **CIÊNCIA E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA: A QUALIDADE DA COBERTURA JORNALÍSTICA REALIZADA PELOS JORNAIS ONLINE “DIÁRIO DA AMAZÔNIA” (PORTO VELHO/RO) E “PÁGINA 20” (RIO BRANCO/AC)**. In: “Jornalismo, Ciência e Meio Ambiente no Brasil. Regiões Norte e Nordeste” (Organização: Rodrigues, Allan). Manaus; Reggo; 2020.

Belmonte, Roberto Villar; Steigleder, Débora Gallas; Motter, Sarah Bueno. **Jornalismo ambiental: um discurso sobre risco e limite**. In: SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Santa Cruz do Sul: UNISC, nov. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/28162128/Jornalismo_ambiental_um_discurso_sobre_risco_e_limite . Acesso em: 19 nov. 2024

Borges, Annady Martins. **DOS EFEITOS AMBIENTAIS À SAÚDE DO AGRICULTOR: as lacunas da pauta sobre agrotóxicos no jornalismo tocantinense**. 2023. Palmas.

Bueno, W. da C. **Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007.

Bueno, Wilson da Costa. **A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia**. Revista C&S. 2017. São Bernardo do Campo, v. 39, n. 1, p. 21-41. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1PDIZo01gLb8l3hrRCKqvUdmgHN2--Aor> Acesso em: 06 mai. 2024.

Bueno, Wilson da Costa. **Jornalismo ambiental e transparência corporativa: o marketing verde como estratégia de mistificação**. Revista Ação Midiática, v.1, nº 2. 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1PDIZo01gLb8l3hrRCKqvUdmgHN2--Aor> Acesso em: 07 mai. 2024.

Câmara, Marco Túlio Pena. **“PARA NUNCA ESQUECER: uma análise discursiva de coberturas midiáticas impressas sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana”**. (Dissertação) Belo Horizonte. 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6181496 . Acesso em: 12 abr. 2024.

Carvalho, Graziane de Araújo Pitombeira. **Da Ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão: alterações nos modos de vida após a implantação da UHE/Estreito (MA), em 2012**. 2018. 175f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2018. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1637/1/Graziane%20de%20Ara%3%bajo%20Pitombeira%20Carvalho%20-%20Disserta%3%a7%c3%a3o.pdf> . Acesso em: 5 de outubro de 2024.

Cechin, Kalícia Graminho. **Os impactos da crise energética de 2001 e seus reflexos em usos alternativos de energia: uma revisão Bibliográfica**. 2017. São Gabriel - RS. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riiu/4521/1/Os%20impactos%20da%20crise%20ene>

[rg%C3%A9tica%20de%202001%20e%20seus%20reflexos%20em%20usos%20alternativos%20de%20energia%20uma%20revis%C3%A3o%20Bibliogr%C3%A1fica%20.pdf](#)

Acesso em: 27 de novembro de 2024

Coelho, Leonardo Oliveira da Silva, *et al.* **Impactos socioambientais decorrentes da implantação da UHE Estreito no município de Carolina, Maranhão.** Acta Tecnológica, v. 15, n. 1, p. 11-25, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifma.edu.br/index.php/actatecnologica/article/view/817/126126184>.

Acesso em: 6 de outubro de 2024.

Da Costa, Ramayane Queiroz; Barbosa, Cristiane de Lima e Rodrigues, Allan. **Jornalismo digital e Meio ambiente: um estudo sobre a cobertura no site de notícias “Jornal do Tocantins”.** In: “Jornalismo, Ciência e Meio Ambiente no Brasil. Regiões Norte e Nordeste” (Organização: Rodrigues, Allan). Manaus; Reggo; 2020

Da Silva, Alan Milhomem e Rocha, Liana Vidigal. **As dimensões convergentes no jornalismo regional do Jornal do Tocantins. 2019.** *Estudos em Comunicação, 1* (28). Disponível em:

https://www.academia.edu/57792058/As_dimens%C3%B5es_convergentes_no_jornalismo_regional_do_Jornal_do_Tocantins. Acesso em: 22 set. 2024.

Da Silva, Natália Serrão; Da Silva, Marcelo Rodrigo e Rodrigues, Allan. **JORNALISMO E MEIO AMBIENTE NO “DIÁRIO DO NORDESTE”: UMA ANÁLISE SOBRE O CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE.** In: “Jornalismo, Ciência e Meio Ambiente no Brasil. Regiões Norte e Nordeste” (Organização: Rodrigues, Allan). Manaus; Reggo; 2020.

Dantas, Natasha Almeida; De Oliveira, Edilene Mafra Mendes e Rodrigues, Allan. **ANÁLISE DA COBERTURA DE PROBLEMAS AMBIENTAIS PELO JORNAL ON-LINE “DIÁRIO DE PERNAMBUCO”.** In: “Jornalismo, Ciência e Meio Ambiente no Brasil. Regiões Norte e Nordeste” (Organização: Rodrigues, Allan). Manaus; Reggo; 2020.

Delevati, A. **A comunicação de risco e cobertura de desastres: o campo jornalístico e as fontes especializadas.** Santa Maria, RS: UFSM. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6330/DELEVATI%2c%20ANANDA%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> .. Acesso em 10/03/2016.

Feitosa, S. A. e Alves, G. P. A. P. **Os enquadramentos de uma cobertura: tragédia de Mariana.** Itajaí, 2017. *Vozes e Diálogo, 16*(01).

Ferreira, Marcello e Loguecio, Rochele de Quadros. **A ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA INTERPRETATIVA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS.** v. 6 n.2 Outubro 2014 p. 33-49 Inhumas/Goiás Brasil. Disponível em: https://www.academia.edu/70081934/A_An%C3%A1lise_De_Conte%C3%BAdo_Como_Estrat%C3%A9gia_De_Pesquisa_Interpretativa_Em_Educa%C3%A7%C3%A3o_Em_Ci%C3%A4ncias?rhid=29517069076&swp=rr-rw-wc-100157138. Acesso em: 10 de agosto 2024.

Girardi, Ilza Maria Tourinho; Schwaab, Reges; Massierer, Carine *et al.* **Caminho e descaminhos do jornalismo ambiental.** São Bernardo do Campo. Editora C&S v. 34, n. 1, p. 131-152. 2012.

Gutmann, Juliana Freire. **Quadros narrativos pautados pela mídia: *framing* como segundo nível do *agenda-setting*?**. Bahia, 2006. Contemporanea, Vol.4 , no1 p.25-50.

Hoffman, Rosana. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**. Revista Interinstitucional de Psicologia, 6 (2), jul - dez, 2013,179-191. Disponível em: https://www.academia.edu/44028087/An%C3%A1lise_de_conte%C3%BAdo. Acesso em: 9 agosto 2024.

Holanda, Juliana Sampaio Pedroso de; Kaapa, Pietari e Costa, Luciana Miranda. **Jornalismo ambiental: características e interfaces de um campo em construção**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 45, p. e2022109, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/GtdnBRmMs4cDMS6pYst6P6h/?lang=pt> . Acesso em: 25 out 2024.

Ikeda, Ana Akemi e Chang, Sandra Rodrigues da Silva. **Análise de conteúdo Uma experiência de aplicação na pesquisa em comunicação social**. Comunicação e Inovação. v.6, n.11, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/34900421/An%C3%A1lise_de_conte%C3%BAdo_Uma_experi%C3%Aancia_de_aplica%C3%A7%C3%A3o_na_pesquisa_em_comunica%C3%A7%C3%A3o_social_v_6_n_11_2005_rhid=29510214147&swp=rr-rw-wc-101966594. Acesso em: 9 agosto 2024.

Juski, Juliane do Rocio *Et Al*. **Jornalismo Especializado**. In: Conceitos do Jornalismo Especializado. p. 13-31 Editora Grupo A. 2020.

Lestinge, Roberto. **Belo Monte: um estudo crítico-discursivo e ecolinguístico de notícias veiculadas no Jornal Nacional**. São Paulo. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/48223601/Belo_Monte_um_estudo_cr%C3%ADtico_discursivo_e_ecolingu%C3%ADstico_de_not%C3%ADcias_veiculadas_no_Jornal_Nacional . Acesso em: 14 abr. 2024

Loose, Eloisa Being. **Análise de discursos especializados em meio ambiente: como o jornalismo ambiental pode contribuir para um novo olhar**. Razón y Palabra, n. 79, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/59339134/An%C3%A1lise_De_Discursos_Especializados_Em_Meio_Ambiente_Como_O_Jornalismo_Ambiental_Pode_Contribuir_Para_Um_Novo_Olhar_email_work_card=view-paper . Acesso em: 20 out de 2024 l

Loose, Eloisa Beling e Girardi, Ilza Maria Tourinho. **O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos**. Interin: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, PR. Curitiba, PR: UFPR. Vol. 22, n. 2 (jul./dez. 2017), p. 154-172, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/81774487/O_Jornalismo_Ambiental_sob_a_%C3%B3tica_dos_riscos_clim%C3%A1ticos Acesso em: 22 out 2024.

Maia, Marta Regina e Pinto, Maria Aparecida. **O enquadramento da greve dos professores estaduais nas páginas do Jornal Estado de Minas**. cadernos de comunicação v.17, n.2, jul-dez . 2013.

Maia, Rousiley C. M.; Hauber, Gabriela; De Paula, Julia E. **Análise de conteúdo**. In:

Métodos de pesquisa em comunicação política. (Organização: Maia, Rousiley C. M.). Editora EduFBA. Salvador; 2022.

Maia, Rousiley C.M.; Choucair, Tariq e Sanglard, Fernanda N. **Análises de enquadramento**. In: Métodos de pesquisa em comunicação política. Editora Edufba. 2022. Salvador. Organizado por Rousiley C. M. Maia. Disponível em: <https://edufba.ufba.br/livros-publicados/catalogo/metodos-de-pesquisa-em-comunicacao-politica> . Acesso em: 7 julho. 2024

Mendonça, Ricardo Fabrino; Simões, Paula Guimarães. **Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, p. 187-201, 2012.

Moraes, Roque. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação* , Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://www.academia.edu/9493474/AN%C3%81LISE_DE_CONTE%C3%9ADO?sm=b. Acesso em: 10 agosto de 2024

Morais, William Castro e De Mello Silva, Edna. **O retrato da cultura nas páginas do Jornal do Tocantins: análise da editoria Magazine**. Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, v. 5, n. 2, p. 181-198, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/40121090/O_retrato_da_cultura_nas_p%C3%A1ginas_do_Jornal_do_Tocantins_an%C3%A1lise_da_editoria_Magazine. Acesso: 24 set. 2024

Mourão, Helder Ronan de Souza. **Jornalismo Ambiental: um aporte teórico e outro prático**. Revista Eletrônica Mutações, jan - jun, 2017, Ufam. Disponível em: https://www.academia.edu/105788602/Jornalismo_Ambiental_um_aporte_te%C3%B3rico_e_outro_pr%C3%A1tico?email_work_card=view-paper . Acesso em: 21 out 2024.

Mourão, Rachel R; Neuls, Gisele Souza e Ninni, Karina. **“Hydropower in the News: How Journalists do (not) Cover the Environmental and Socioeconomic Costs of Dams in Brazil, Environmental Communication”**. p. 822-835. 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17524032.2022.2115095> . Acesso em: 12 abr. 2024.

Muniz, Cristiano dos Santos. **“Jornalismo Ambiental: conceitos e especificidades”**. Porto Alegre. 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22309> . Acesso em: 13 abr. 2024.

Palma, Maria João. **NOTÍCIAS VERDES: A COMPLEXIDADE AMBIENTAL EM TEXTOS JORNALÍSTICOS**. Revista Augustus. Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 86-108. jul-dez, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/77372912/Not%C3%ADcias_Verdes_A_Complexidade_Ambiental_Em_Textos_Jornal%C3%ADsticos?email_work_card=view-paper . Acesso em: 19 nov. 2024

Porto, Mauro P. **Enquadramento da Mídia e Política**. In: Comunicação e Política. Conceitos e abordagens (Organizado por Antônio Albino e Canelas Rubim). Edufba, Bahia, 2004. Disponível em: <https://comunicacaoeleitoral.ufpr.br/wp-content/uploads/2018/03/RUBIM-org-Comunicacao-e-politica-conceitos-e-abordagens-1.pdf>. Acesso em: 23 de agosto de 2024.

Rosa, Estevão Mendes e Rosenzweig, Patricia Quitero. **Análise de conteúdo da campanha de comunicação do movimento nós podemos Paraná no facebook**. Revista Panorama v. 3, n. 1, jan./dez. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/95179020/An%C3%A1lise_de_Conte%C3%BAdo_da_Campanha_de_Comunica%C3%A7%C3%A3o_do_Movimento_N%C3%B3s_Podemos_Paran%C3%A1_no_Facebook?sm=b. Acesso em: 10 agosto de 2024.

Santana, Luanny Victória Câmara e Rodrigues, Allan Soljenítsin Barreto. **Análise da qualidade das informações científicas e ambientais nos portais dos jornais “A Crítica” e “O Liberal”**. In: “Jornalismo, Ciência e Meio Ambiente no Brasil. Regiões Norte e Nordeste” (Organização: Rodrigues, Allan Soljenítsin Barreto). Manaus; Reggo; 2020.

Silva, Antonia Costa da. **Jornalismo ambiental na Rede de Notícias da Amazônia: estudo da cobertura jornalística sobre a Hidrelétrica de Belo Monte (2008-2013)**. Tese - 2015. Disponível em: https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4992/Antonia%20Costa%20da%20Silva_.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 10 out 2024.

Silva, Thamires Moraes Brito *et al.* **Por Um Caminho Estreito:A Cobertura da Mídia nas Ocupações da Usina Hidrelétrica do Maranhão**. Intercom, 2008, São Luís (MA). Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0322-1.pdf> Acesso em: 11 nov 2024

Sousa, Jorge Pedro. *Elementos de jornalismo impresso*. Porto. Letras Contemporâneas, 2005. Disponível em: <https://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf> Acesso em: 04 maio. 2024.

Tavares, Frederico de Mello Brandão. **O jornalismo especializado e a especialização periodística**. Estudos em Comunicação, v. 5, 2007.

Vimieiro, A. C., & Maia, R. C. M. **Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais**. (2011). *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, 18(1), 235-252. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/8810> . Acesso em: 7 julho. 2024.

Zagallo, Ana Daisy Araújo. **No Banzeiro do lago: a (in) sustentabilidade no turismo na representação dos barqueiros atingidos pela UHE Estreito em Babaçulândia-TO**. 2018. (168f). Tese. (Doutorado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/993/1/Ana%20Daisy%20Ara%20c3%bajo%20Zagallo%20-%20Tese.pdf> . Acesso em: 6 de outubro de 2024.

APÊNDICES

Apêndice A

Matéria/R	Data de	Editoria	Título	Tema	Fontes	Contexto	Fotografi
-----------	---------	----------	--------	------	--------	----------	-----------

Reportagem (nº)	publicação			(Gancho)	(Quantidade e Natureza)	de Impacto	a
01	Julho de 2002	Economia	“Aneel fará leilão de 8 novas usinas hoje”	Leilão	Nenhuma	Impacto Econômico	Sem foto
02	Julho de 2002	Economia	“UHE Estreito arrematada por R\$4,130 ao ano”	Leilão	1 - Presidente da ANEEL (Poder Público)	Impacto Econômico	Imagem de acionistas na Bolsa de Valores
03	Julho de 2002	Economia	“Ibama faz audiência para discutir Estreito”	Audiência Pública	Nenhuma	Impacto Econômico	Sem foto
04	Janeiro de 2005	Economia	“Audiências Públicas da UHE de Estreito começam este mês”	Audiência Pública	Nenhuma	Impacto Econômico	Sem foto
05	Janeiro de 2005	Economia	“Audiências para a UHE de Estreito	Audiência Pública	Nenhuma	Não identificado	Sem foto
06	Fevereiro de 2005	Economia	“Começam audiências da UHE de Estreito	Audiência Pública	Nenhuma	Impacto econômico	Sem foto
07	Fevereiro de 2005	Economia	Sem título (Nota com os dizeres “Audiência em Estreito” em	Audiência Pública	Nenhuma	Não identificado	Sem foto

			destaque)				
08	Fevereiro de 2005	Economia	“Tumulto em audiência da UHE de Estreito”	Audiência Pública e Conflito	1- Fonte ligada ao empreendimento - Antônio Luiz Abreu Jorge - Engenheiro Ambiental do Ceste.	Impacto Social e Impacto Ambiental	Sem foto
09	Fevereiro de 2005	Economia	“Palmeiras reivindicam área da Usina”	Conflito	(Direta) 1- Fonte Oficial - Júlio Resplandes (Secretário de Segurança de Palmeiras) (Indireta) 2- Fonte oficial - Anissé Alves de Sousa (Prefeito de Palmeiras) 3- Fonte Oficial - Álvaro Mansano (Procurador chefe do MPF no Tocantins) 4- Assessoria de	Impacto econômico	Sem foto

					Consórcio Ceste		
10	Abril 2005	Economia	“Ministra anuncia licença para usina do Estado”	Processos ambientais (licença)	(Direta) 1 - Fonte oficial - Marcelo Miranda (Governador do Tocantins) (Indireta) 2- Fonte Oficial - Dilma Rousseff (Ministra de Minas e Energia)	Impacto Econômico	Fotografia do então Governador ou Marcelo Miranda discursando para fotógrafos e convidados presentes
11	Junho de 2005	Economia	“Pedida a revogação da licença da UHE de Estreito”	Conflito judicial	(Direta) 1- Fonte Oficial - Álvaro Mansano (Procurador do MPF no Tocantins) (Indireta) 2- Fonte Oficial - Thayna Carvalho Freire (Procuradora do MPF no Maranhão)	Impacto Ambiental e Social	Sem fotos
12	Dezembro de 2006	Economia	“Liberada instalação da UHE de Estreito”	Processos ambientais (licença)	Nenhuma	Impacto econômico	Sem foto
13	Fevereiro de 2007	Geral	“Obras no canteiro	Obras da UHEE	(Indireta) 1- Fonte	Impacto Econômico	Foto de Paranhos

			da UHE Estreito começam amanhã”		ligada ao empreendimento - Victor Paranhos (Diretor presidente do Consórcio Estreito Energia)	o e Social	discursando
14	Fevereiro de 2007	Geral	“Três municípios vão receber arrecadação”	Benefícios do empreendimento (arrecadação)	Diretas 1- Fonte ligada ao empreendimento - Victor Paranhos (Diretor presidente do Ceste) 2- Fonte Oficial - Antônio Aires Maranhão (Prefeito de Aguiarnópolis) 3- Fonte Oficial - Marcelo Miranda (Governador do Tocantins)	Impacto Econômico e Social	Sem foto
15	Fevereiro de 2007	Economia	“Prefeitos já disputam ISSQN da usina”	Conflito	(Direta) 1- Fonte Oficial - Zé Ademar (Prefeito de Palmeiras do Tocantins)	Impacto Econômico	Foto do prefeito Zé Ademar sentado

) (Indireta) 2- Fonte Oficial - Antônio Aires Maranhão (Prefeito de Aguiarnópolis)		
16	Fevereiro de 2007	Economia	“Aneel antecipa início da UHE Estreito”	Obras da UHE	Nenhuma	Não identificado	Sem foto
17	Abril de 2007	Economia	“Ceste e Indígenas terão nova reunião”	Audiência Pública e Conflito	Nenhuma	Impacto social	Sem foto
18	Abril de 2007	Economia	“Índios bloqueiam BR contra obra de usina”	Conflito	(Indireta) 1- Fonte afetada pelo empreendimento - Sheila Apinajé (Liderança indígena)	Impacto social e ambiental	Sem foto
19	Abril de 2007	Economia	“Licença da Usina de Estreito é suspensa”	Conflito judicial	(Direta) 1- Fonte de outra natureza - José Barcelo (missionário)	Impacto social e ambiental	Footgrafia de membros de comunidades indígenas afetados protestando com cartazes em trecho da BR
20	Abril de	Economia	“Ibama	Conflito	(Direta)	Impacto	Sem foto

	2007		deve recorrer da decisão que parou obras”	judicial	1- Fonte de outra natureza - Estélia Folha (coordenadora regional do Conselho Indigenista Missionário - Cimi)	ambiental e social	
21	Abril de 2007	Economia	“Ceste suspende obras da Usina de Estreito”	Conflito judicial	(Direta) 1- Fonte de outra natureza - Tânia Soares (coordenadora do conselho indigenista - Cimi) 2- Fonte Oficial - Luiz Felipe Kunz (diretor de licenciamento do Ibama em Brasília)	Impacto social e ambiental	Sem fotos
22	Abril de 2007	Economia	“Termina manifestação em frente ao canteiro de obras”	Conflito judicial	Direta 1- Fonte de outra natureza José Barcelos (Coordenador do Conselho Indigenista Missionário	Impacto social	Sem fotos

					io - Cimi) 2- Fonte Oficial - Coronel Marco Antônio Alves (Comandante do 3ª Batalhão da Polícia Militar de Imperatriz - MA-)		
23	Abril de 2007	Economia	“Cimi diz que Ibama declarou guerra contra índios”	Conflito	Direta 1- Fonte de outra natureza - José Barcelos (Coordenador do Conselho Indigenista Missionário - Cimi) 2- Fonte Oficial - Luiz Felipe Kunz (Diretor de Licenciamento do Ibama em Brasília)	Impacto Social	Sem foto
24	Mai de 2007	Economia	“Ceste alega falta de segurança na Obras”	Risco	Sem fontes	Não identificado	Sem foto
25	Mai de 2007	Economia	“Faest vai visitar dez municípios	Visita técnica	Sem fontes	Impacto social	Sem fotos

			impactados”				
26	Maio de 2007	Economia	“Justiça notifica Ceste sobre ação”	Conflito judicial	Sem fontes	Impacto social e ambiental	Sem fotos
27	Maio de 2007	Economia	“Ceste recebe notificação da justiça”	Conflito judicial	Sem fontes	Impacto social e ambiental	Sem fotos
28	Maio de 2007	Economia	“Consórcio entra com recurso contra liminar”	Conflito judicial	Sem fontes	Não identificado	Sem fotos
29	Maio de 2007	Economia	“Consórcio entra com ação contra obra da UHE Estreito”	Conflito Judicial	1- Fonte de outra natureza - Luciano Ayres da Silva (Advogado) 2- Fonte oficial - Luiz Bandeira Junior (Prefeito de Lajeado) 3- Fonte Oficial - Luiz Eduardo Garcia (Diretor do Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes)	Impacto Ambiental e Econômico	Foto do advogado Ricardo Ayres e do Prefeito de Lajeado Luis Bandeira Junior

30	Maio de 2007	Economia	“Índios e ribeirinho desaprovam construção”	Conflito	<p>1- Pessoa impactada pelo empreendimento - Elcio Martins Rocha (Ribeirinho)</p> <p>2- PESSOAL Impactada pelo empreendimento - Bernardino Xerente (Liderança indígena)</p> <p>3- Fonte Oficial - Deborah Duprat (Subprocuradora da Justiça do MPF)</p> <p>4- Fonte Oficial - Luiz Couto (Deputado federal e presidente da Comissão de Direitos humanos do Tocantins)</p>	Impacto Ambiental e Social	Foto da reunião que discute os problemas do atingidos pela barragem
31	Junho de 2007	Economia	“Justiça autoriza início de obras da UHE	Construção/Obras da Usinas	1- Fonte de outra natureza - José Barcellos	Impacto social e impacto ambiental	Sem fotos

			Estreito”		dos Santos (Representante do Conselho Indigenista Missionário - Cimi)		
32	Junho de 2007	Economia	“Obras são reiniciadas após decisão judicial”	Construção/Obras da Usina	1- Fonte Oficial - Assusete Magalhães (desembargadora federal)	Impacto econômico	Sem fotos
33	Outubro de 2007	Economia	“Ceste firma convênio com governo estadual”	Ação institucional	Sem fontes	Não identificado	Sem fotos
34	Fevereiro de 2008	Economia	“Políciais visitarão obras da UHE Estreito”	Construção/Obras da Usina	Sem fontes	Não identificado	Sem fotos
35	Março de 2008	Economia	“Trabalhadores bloqueiam entrada da UHE Estreito”	Conflito	Direta 1- Fonte atingida pelo empreendimento - Edmundo Rodrigues (Coordenador da Comissão Pastoral da Terra - CPT)	Impacto social	Manifestantes em estrada que dá acesso ao canteiro de obras da UHE Estreito
36	Março de 2008	Economia	“Aguarnópolis reivindica ISS da	Conflito judicial	Direta 1- Fonte oficial -	Impacto Econômico e Impacto	Máquinas do ceste criando espaço

			UHE de Estreito”		<p>Angelly Bernardo (Advogado da Prefeitura de Aguiarnópolis)</p> <p>2- Fonte Oficial - Nilson Afonso da Silva (Juiz da Vara Única do Cível de Tocantinópolis)</p> <p>3- Fonte ligada ao Empreendimento - José Renato Ponte (José Renato Ponte)</p>	Ambiental	para o desvio das águas do Rio Tocantins
37	Março de 2008	Economia	“Reunião discutirá ocupação do canteiro de obras”	Conflito e Violência	<p>Direta</p> <p>1- Fonte ligado ao empreendimento - José Renato Ponte (Presidente do Ceste)</p> <p>Indireta</p> <p>2- Fonte de pessoas atingida pelos empreendimento -</p>	Impacto Social	Sem fotos

					Edmundo Rodrigues (Coordenador do CPT)		
38	Março de 2008	Economia	“Acesso à UHE Estreito ainda está bloqueado”	Conflito e Violência	<p>Direta</p> <p>1- Fonte de Pessoas atingidas pelo empreendimento - Edmundo Rodrigues (coordenador do CPT)</p> <p>Indiretamente</p> <p>2- Fonte ligada ao empreendimento - Porta voz da assessoria de comunicação</p>	Impacto social	manifestante e barracos em frente às obras da Usina
39	Março de 2008	Geral	“Manifestantes e PMs negam que hajam tensão”	Conflito e Violência	<p>Diretamente</p> <p>1- Fonte Oficial - Ijozenaldo Santos da Silva (Major da Polícia Militar do Maranhão)</p> <p>Indiretamente - Cirineu da Rocha (Coordenador do CPT)</p>	Impacto social e Econômico	Sem fotos

					ador do Movimento Atingidos por Barragem - MAB)		
40	Março de 2008	Economia	“Mantido pedido de manutenção de posse”	Conflito Judicial	Indireta 1- Fonte Oficial - Gilmar de Jesus Everton Vale (Juiz da 2ª Vara Civil da Comarca de Estreito - MA) 2- Fonte Oficial - Rosa Arruda Coelho (gerente do Ibama em Imperatriz - MA) 3- Fonte de pessoas atingidas pelo empreendimento - Cirineu da Rocha (coordenador do MAB)	Impacto social	Sem fotos
41	Março de 2008	Economia	“Entidades definem criação de foro”	Audiência Pública	1- Fonte Pessoa atingida pelo empreendimento - Cirineu	Impacto social	Sem fotos

					da Rocha (coordenador do MAB)		
42	Março de 2008	Economia	“Acesso ao canteiro de obras é liberado”	Construção/obras da Usina	Indiretamente 1- Fonte afetada pelo empreendimento - Cirineu da Rocha (coordenador do MAB)	Impacto social	Sem fotos
43	Março de 2008	Economia	“Negado pedido de liminar de suspensão das obras”	Conflito judicial	1- Fonte oficial - Alex Schramm da Rocha (Juiz substituto da subseção judiciária de Imperatriz - MA) 2- Fonte de outra natureza - Luciano Ayres (Advogado do CEI-Lago)	Impacto Ambiental	Sem fotos
44	Março de 2008	Economia	“Ibama diz que ainda não foi notificado”	Conflito judicial	1- Fonte oficial - Décio Fetti (superintendente do Ibama no Tocantins) 2- Fonte	Impacto Ambiental e Econômico	Sem foto

					<p>Oficial - Nilson Afonso da Silva (Juiz da Vara única Cível da Comarca de Tocantinópolis - TO)</p> <p>3- Fonte Oficial - Angelly Bernardo (Advogado da Prefeitura de Aguiarnópolis - TO)</p> <p>4- Fonte Ligada ao Empreendimento - Márcio Antônio Silva (Diretor Institucional do Ceste)</p>		
45	Abril de 2008	Economia	“Ibama decide não criar o Foro de Negociações”	Conflito judicial	<p>1- Fonte Oficial - Álvaro Manzano (Procurador da República)</p> <p>2- Fonte ligada ao empreendimento - Norma Vilela (Diretora</p>	Impacto social	Reunião entre membros do MAB e autoridades oficiais

					sócio-econômica do Consórcio) 3- Fonte afetada pelo empreendimento - Cirineu da Rocha (Coordenador do MAB)		
46	Maio de 2008	Economia	“Ceste vai antecipar operação da usina”	Construção/Obras da Usinas	1- Fonte ligada ao empreendimento - José Renato Ponte (presidente do Ceste)	Impacto econômico	Sem fotos
47	Junho de 2008	Economia	“Usina tem licença de instalação anulada”	Conflito judicial	1- Fonte Oficial - Décio Fetti	Impacto ambiental	Sem fotos
48	Setembro de 2009	Economia	“Manifestante fecha sede do Ceste em Babaçulândia”	Conflito	1 - Fonte Atingida pelo Empreendimento - Adelsimom de Oliveira (Barraqueiro) 2- Fonte de outra natureza - Elcias Martins (Representante do MAB)	Impacto ambiental	Sem fotos

					3- Fonte ligada ao Empreendimento - Isac Braz Cuba (gerente de Relações Institucionais do Ceste)		
49	Dezembro de 2010	Economia	“Lula diz que a UHE Estreito atrairá novos investimentos”	Construção/Obras da Usina	1- Fonte oficial - Lula (Presidente do Brasil) 2- Fonte ligada ao empreendimento - Presidente e do Consórcio	Impacto Econômico	Presidente Lula ao lado de ministros e governadores em espaço da Usina
50	Novembro de 2010	Economia	“Lula visita hoje canteiro de obras da UHE Estreito”	Construção/Obras da Usina	Sem fontes	Impacto Econômico	Sem fotos
51	Abril de 2011	Economia	“Aterro da UHE Estreito afunda em Filadélfia”	Risco	1- Fonte afetada pelo empreendimento - Sérgio Luis (caminho negro) 2- Fonte afetada pelo empreendimento - Aldenor Pereira de Araújo (funcionário)	Impacto social	Máquinas construído pista de terra ao lado do atracadouro

					rio Público)		
52	Abril de 2011	Geral	“Ceste é motivo de queixas em Brasília”	Conflito	1- Fonte oficial - Edison Lobão (Ministro de Minas e Energia) 2- Fonte Oficial - Domingos Dutra (Deputado Federal) 3- Fonte ligada ao empreendimento - José Renato Pontes (Presidente do Ceste)	Impacto Social e Ambiental	Deputado e ministro em uma mesa discursando
53	Maio de 2011	Economia	“Ceste inicia construção de complexo pesqueiro”	Ação institucional	1- Fonte ligada ao empreendimento - Dimas Maintinger (Diretor de Saúde, segurança e meio ambiente do Ceste)	Impacto Econômico e Social	Operário ao lado de uma máquina de fazer cimento em um terreno onde será construído o espaço pesqueiro
54	Maio de 2011	Economia	“Ceste tem até junho para entregar praias”	Ação institucional	Sem fontes	Impacto Econômico	Sem foto
55	Outubro de 2012	Economia	“Dilma participará da inauguração	Inauguração da Usina	Sem fontes	Não identificado	Vista aérea da Usina

			ção da UHE de Estreito”				
56	Outubro de 2012	Economia	“Dilma inaugura UHE Estreito amanhã”	Inauguração da Usina	Sem fontes	Impacto Econômico	Vista aérea da usina, a qual abarca os lados do TO e do MA
57	Outubro de 2012	Economia	“Presidente Dilma inaugura hoje a UHE de Estreito”	Inauguração da Usina	Sem fontes	Impacto Econômico	Vista aérea da usina e foto de uma das turbinas, nas instalações interna da usina
58	Outubro de 2012	Economia	“Dilma garante que ampliará investimentos no setor”	Inauguração da Usina	1- Fonte oficial - Dilma Rousseff (presidente da república) 2- Fonte oficial - Siqueira Campos (Governador do Tocantins)	Impacto Econômico	Uma foto da presidente discursando e de outra com elas entre autoridades presentes na solenidade de inauguração da UHEE
59	Outubro de 2012	Economia	“Presidente fala de plano de redução de energia”	Inauguração da Usina	1- Fonte oficial - Dilma Rousseff (Presidente da República)	Impacto Econômico	Sem foto
60	Outubro de 2012	Economia	“Governo incentivar à pesca através de	Inauguração da Usina	1- Fonte oficial - Dilma Rousseff	Impacto Econômico	Sem fotos

			projetos”		(Presidente da República)		
61	Novembro de 2012	Economia	“Compensação financeira ultrapassa R\$ 6 milhões no TO”	Compensação financeira da Usina	1- fonte oficial - Vinícius Donnover (Prefeito de Goiatins) 2- Fonte oficial - Gilmar Cavalcante (Prefeito de Barra de Ouro)	Impacto Econômico	Gráfico dos quantitativo de capital repassado aos municípios atingidos pelo empreendimento

Apêndice B

<p>1- Em relação ao impacto ambiental, quais foram as fontes e as abordagens das respectivas falas?</p> <p>2- Em relação ao impacto social, quais foram as fontes e as abordagens das respectivas falas?</p> <p>3- Em relação ao impacto econômico, quais as fontes e as abordagens das falas?</p> <p>4- Há a presença de termos específicos da área de ambiental ou científicos? Em caso afirmativo, eles são explicados ao público leigo? (Sim, há termos específicos que são explicados; Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados; e Não se aplica)</p> <p>5- A matéria/reportagem correlacionou o problema/questão ambiental a questões econômicas, políticas ou culturais, trazendo uma multidisciplinaridade? Em caso afirmativo, quais os temas relacionados? (Sim, aborda a questão ambiental ligada à Política; Sim, aborda a questão ambiental ligada à Economia...; Não se aplica)</p> <p>6- A partir do gerenciamento de fontes, assuntos abordados e a multidisciplinaridade, como a reportagem aborda os impactos e desdobramentos do empreendimento?</p>
--

Apêndice C

Matéria/Reportagem (Nº)	Categoria I: Pluralidade	Categoria II: Contextualização	Enquadramento vigente
01	Q1- Não se aplica Q2- Não se aplica Q3- Não se aplica	Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados	Enquadramento Noticioso - Episódico

		<p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- Sem fontes ou uma narrativa interdisciplinar, a reportagem aqui aborda o leilão a partir do impacto econômico, dando ênfase aos valores que serão “injetados” na economia e a geração de emprego proveniente do empreendimento, além do aumento da força energética no país com a implementação das UHEs.</p>	(Específico)
02	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- Não se aplica</p> <p>Q3- Ao trazer o então presidente da Aneel, a reportagem apresenta o valor arrecadado no total do leilão que será destinado ao tesouro da união, na qual o discurso da fonte oficial reforça os ganhos positivos dos empreendimentos ao país do ponto de vista econômico, avaliando positivamente o montante de mais de 300 milhões, sem explicar no que o dinheiro vai ser aplicado ou como ele poderia ser aplicado.</p>	<p>Q4- Não se aplica</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- Na matéria, há um reforço do impacto econômico ao país, ao dar destaque ao dinheiro arrecadado à União, empregos gerados, pessoas atendidas e aumento da força energética, sem menção aos impactos sociais e ambientais</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)
03	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- Não se aplica</p> <p>Q3- Não se aplica</p>	<p>Q4- Não se aplica</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- Sem fontes ou uma narrativa multidisciplinar, a matéria informa sobre os locais e horários das audiências com os municípios afetados e acrescenta ao final o que já dito em matérias anteriores: o</p>	Enquadramento Noticioso - Temático (Genérico)

		<p>dinheiro arrecadado, o investimento, pessoas que serão atendidas e empregos gerados, sem uma construção narrativa que pese para um outro caminho.</p>	
04	<p>Q1- Não se aplica Q2- Não se aplica Q3- Não se aplica</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados Q5- Não se aplica Q6- A reportagem traz novas informações sobre as audiências públicas com as comunidades dos municípios afetados pelo empreendimento, aborda as expectativas dos representantes da UHE e indica os ganhos econômicos do empreendimento ao país.</p>	<p>Enquadramento Noticioso - Temático (Genérico)</p>
06	<p>Q1- Não se aplica Q2- Não se aplica Q3- Não se aplica</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados Q5- Não se aplica Q6- Sem fontes e multidisciplinaridade dos fatos, a narrativa é apenas factual ao informar sobre os locais e horário das audiências e ao final reforça com dados o impacto econômico da UHE, ao apresentar o investimento total, sem clareza da relevância deste impacto a população ou ao meio ambiente, e das expectativas de empregos gerados direto e indiretamente.</p>	<p>Enquadramento Noticioso - Temático (Genérico)</p>
08	<p>Q1- A reportagem faz uso de um Engenheiro Ambiental ligado ao empreendimento na qual trata do</p>	<p>Q4- Não se aplica Q5- Sim, aborda a questão ambiental à social Q6- A reportagem liga</p>	<p>Enquadramento Noticioso - Temático (Genérico)</p>

	<p>realocamento das comunidades atingidas sem mencionar qualquer impacto ambiental de maneira específica e caminhos tomados pelo Consórcio para lidar com a questão</p> <p>Q2- No que confere os impactos sociais, a matéria apoia-se na fala também do Engenheiro Ambiental, sustentando positivamente o realocamento de pessoas, trata da criação de uma reserva extrativista aos afetados, sem mencionar como será feitos, e não trás nenhum realocado para compreender o que eles reivindicam.</p> <p>Q3- Não se aplica</p>	<p>o impacto ambiental ao social mas sustenta-se no discurso apenas de uma fonte ligada ao empreendimento, sem exemplificar espécies de animais que perderam habitat ou plantas nativas que serão inundadas, e representa o ato dos realocados como “tumulto” conotando um teor negativo, sem ao menos explicar o que levou o tumulto. Ademais, a fala do ambientalista minimiza os impactos sociais, ao destacar que os realocados terão a oportunidade de conhecer novos espaços da terra em que residem, mas não leva em consideração o impacto na mudança no modo de vida destas pessoas.</p>	
09	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- Não se aplica</p> <p>Q3- A reportagem dá voz ao Secretário de Segurança do município, ao qual o discurso está voltado a preocupação da perda de capital por Palmeiras em decorrência da construção de parte da Usina no território municipal</p>	<p>Q4- Não se aplica</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- Sem uma multidisciplinaridade dos acontecimentos e fatos que permeiam o caso, a reportagem presa pela reivindicação de capital pelo município construindo a narrativa na declaração das fontes, de maneira direta ou indireta, sem um aprofundamento da questão, ao não evidenciar ou falar sobre a área em disputa.</p>	Enquadramento Noticioso - Temático (Genérico)
10	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- Não se aplica</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles</p>	Enquadramento Noticioso - Temático

	<p>Q3- A reportagem faz uso da fala do governador Marcelo Miranda que traça um posicionamento otimista com o anúncio da LP (Licença Prévia), pois para ele permitirá o avanço da construção do empreendimento e o aumento do potencial energético do estado como também do país.</p>	<p>não são explicados; Q5- Não se aplica Q6- O espaço da matéria está cedido às fontes oficiais, na figura do governador do estado e da ministra de minas e energia, traçando uma ligação da avaliação positiva das falas sobre o empreendimento com o impacto económico, mais um vez aqui reforçado, da UHE, enumerando os benefícios de capital aos municípios atingidos.</p>	<p>(Genérico)</p>
11	<p>Q1- Não se aplica Q2- A matéria cede espaço à fala do procurador do MPF no Tocantins, que aborda tecnicamente os motivos que levaram o pedido de revogação da LP da UHEE, sem uma abordagem mais clara e aprofundada que explique o que fundamentou tal decisão. Q3-</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados Q5- Sim, aborda a questão ambiental à social Q6- Das fontes que têm espaço na matéria a multidisciplinaridade estabelecida, a matéria trata os impactos e desdobramentos da UHEE com uma construção narrativa factual, elencando os impactos, sem aprofundar-se na questão, e a presença de termos científicos e ambientais sem esclarecê-los.</p>	<p>Enquadramento Noticioso - Temático (Genérico)</p>
12	<p>Q1- Não se aplica Q2- Não se aplica Q3- Não se aplica</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados; Q5- Não se aplica Q6- Sem trazer fontes ou envolver a temáticas a outros assunto, promovendo uma multidisciplinaridade, a aquisição da LI pela UHEE é vista pela</p>	<p>Enquadramento Noticioso - Temático (Genérico)</p>

		<p>ótica econômica, ao passo que evidencia o aumento do poderio energético do país a partir da concretização do empreendimento, os empregos gerados e o investimento aplicado a UHE.</p>	
13	<p>Q1- Não se aplica Q2- A reportagem cede espaço ao diretor do Consórcio de maneira indireta, sem citar uma fala entre aspas, a qual aborda os trabalhos que o grupo tem feito para conter os impactos às comunidades atingidas, e afirmar que as comunidades citadas não serão atingidas, ao dizer que eles estão a uma distância segura dos impactos do empreendimento, sem dá menção aos que serão de fato impactos, trazendo detalhes do que será feito. Q3- No texto, no que confere o impacto econômico, a matéria apenas usa indiretamente uma afirmação do diretor que afirma que a construção do empreendimento deve começar em abril, dando ênfase a celeridade que o Consórcio têm em concretizar a UHEE</p>	<p>Q4- Não se aplica Q5- Não se aplica Q6- A construção narrativa desta notícia apoia-se em declarações feitas por uma fonte ligada ao empreendimento e sem estabelecer uma relação de multidisciplinaridades que a temática envolve, apenas uma abordagem factual. No texto há um reforço do impacto econômico da UHEE, ao destacar logo no lead, o investimento feito, a geração de empregos e a promoção do potencial energético, com nenhuma abordagem aos impactos econômicos e sociais em profundidade. Há uma ficha técnica da UHEE com informações sobre o empreendimento elaborada pelo Ceste, sem o quantitativo de pessoas que serão realocadas e áreas inundadas.</p>	<p>Enquadramento Noticioso - Temático (Genérico)</p>
14	<p>Q1- Não se aplica Q2- Ao tratar do impacto social, a matéria dá voz ao diretor do Ceste que afirma que o grupo</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados Q5- Não se aplica Q6- A matéria faz uso de fontes ligadas ao</p>	<p>Enquadramento Noticioso - Temático (Genérico)</p>

	<p>desenvolve programas de desenvolvimento sustentável com quebradeiras de coco, mas sem aprofundamento da ferramenta de compensação.</p> <p>Q3- No contexto econômico, a matéria está intercalada em três fontes, uma ligada ao empreendimento, o diretor presidente do Ceste, que na fala parece avaliar positivamente o acordo feito pelos representantes dos municípios afetados na divisão do arrecadamento. Na fala do prefeito de um dos municípios envolvidos, ele aborda o destino do capital do imposto da Usina, exemplificando o investimento em estradas. A fala do governador volta-se a um favorecimento à construção de usinas no estado, ao citar a produção em escala de energia e cita o PAC lançado pelo governo federal, como importante ferramenta de desenvolvimento do país.</p>	<p>empreendimento e fontes oficiais, a exemplo do governador do Tocantins e do prefeito de Aguiarnópolis, com uma narrativa favorável à construção do empreendimento, destacando logo no início que a partilha da arrecadação do ISS não teve briga entre os municípios atingidos, idealizando um acordo passivo e benéfico às contas públicas municipais e cita apenas um setor em que o dinheiro será investido.</p>	
15	<p>Q1- Não se aplica Q2- Não se aplica Q3- A matéria cede espaço ao prefeito de Aguiarnópolis, de forma indireta, na qual enfatiza sua luta pelo direito a parte do montante do ISSQN, justificando que a construção da usina, neste primeiro</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados Q5- Não se aplica Q6- As fontes presentes são de natureza do poder público e a reportagem narra um conflito entre os representantes municipais pela destinação de verbas</p>	<p>Enquadramento Noticioso - Temático (Genérico)</p>

	<p>momento, acontecerá em território maranhense. Em contrapartida a posição do prefeito de Aguiarnópolis, a reportagem traz diretamente a fala do prefeito de Palmeiras do Tocantins que enfatiza a necessidade do destino do capital exclusivamente ao município e demonstra preocupação com o pouco de dinheiro que será mandado a cidade após a finalização do empreendimento.</p>	<p>monetárias do ISSQN, gerados pela construção da UHEE, apoiando-se unicamente nas declarações e conhecimentos das fontes oficiais.</p>	
17	<p>Q1- Não se aplica Q2- Não se aplica Q3- Não se aplica</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados Q5- Não se aplica Q6- Sem a presença de fontes ou ligação dos acontecimentos a temáticas que extrapolam o factual, a reportagem narra brevemente a reunião tida entre comunidades indígenas e representantes do Consórcio e autoridades governamentais, apresentando, sem detalhar, as reivindicações dos atingidos e sem citar as raízes destes problemas ou fatos anteriores que justifiquem este acontecimento.</p>	<p>Enquadramento Noticioso - Temático (Genérico)</p>
18	<p>Q1- Não se aplica Q2- A matéria traz a fala, de maneira indireta, de uma liderança indígena das comunidades afetadas pelo empreendimento,</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados Q5- Sim, aborda a questão ambiental ligada à social Q6- A reportagem</p>	<p>Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)</p>

	<p>na qual aborda a razão dos bloqueios, que é paralisação das obras até a regularização da situação.</p> <p>Q3- Não se aplica</p>	<p>narra o bloqueio da estrada que liga os municípios do Tocantins e Maranhão, sem contextualizar fatos anteriores que tenha levado ao ocorrido, tendo um tom enfático ao bloqueio das comunidades afetadas sem um aprofundamento do que elas reivindicam.</p>	
19	<p>Q1- Ao abordar o impacto ambiental, a matéria usa uma fonte de outra natureza, aparentemente ligada à defesa dos direitos das pessoas afetadas, na qual fala brevemente sobre o impacto da construção da usina, sem detalhes, na fauna de espaços que serão inundados.</p> <p>Q2- Ao tratar do impacto social, a reportagem ancora-se também na fala da fonte de outra natureza que aparenta defender as reivindicações dos povos indígenas atingidos, em que evidencia, sem detalhar, um impacto às áreas de povos indígenas, tradicionais e locais.</p> <p>Q3- Não se aplica</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados</p> <p>Q5- Sim, aborda a questão ambiental ligada à social</p> <p>Q6- Diante da fonte que tem espaço e a ligação da temática ambiental a social, a reportagem constrói uma narrativa que trata a reivindicações pelos embargos da UHEE por parte dos atingidos como um ação que impede a continuidade da construção.</p>	<p>Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)</p>
20	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- A fonte que teve espaço cedido na matéria aborda com resistência o desejo pelo não prosseguimento da construção da UHEE, ao citar as comunidades que</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- Pelo gerenciamento de fonte e a ausência de uma multidisciplinaridade na narrativa, o texto</p>	<p>Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)</p>

	serão realocadas e as áreas que devem ser inundadas. Q3- Não se aplica	traz a ação de recorrência do Ibama e a acampamentos das pessoas afetadas em locais que dão acesso aos canteiros de obras.	
21	Q1- Ao evidenciar o impacto social da UHEE, o JTO dá espaço à um fonte ligada às reivindicações das pessoas afetadas pelo empreendimento que reforça sua posição contrária à construção da usina pelo realocamento de pessoas e a inundação de área, afetando a fauna e flora. Q2- Na abordagem da fonte oficial dada pelo JTO, o impacto ambiental é negado pela fonte, ao dizer que o estudo feito pelas entidades demonstrou que não haverá área alagada, informando que o impacto ambiental estará restrito à pesca. Q3- Não se aplica	Q4- Não se aplica Q5- Sim, aborda a questão ambiental ligada à social Q6- Pelas fontes que tiveram espaço e a ligação dos impactos ambientais aos sociais, a matéria relata os desdobramento desencadeando os conflitos de cada parte, com suas respectivas falas e justificativas, evidência na matéria a paralisação dos serviços, conotando que o atendimento da justiça às reivindicações das fontes afetadas representa um atraso na construção da Usina, e enumera o investimento feito no empreendimento e a geração de energia que ela trará.	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)
22	Q1- Não se aplica Q2- A reportagem cede espaço ao coordenador do Conselho Indigenista que Missionário, ligado à defesa e proteção de pessoas afetadas pelo empreendimento, em que na matéria enfatiza que o empreendimento não trará benefícios aos realocados, e afirma que nenhum deles são contra o desenvolvimento do	Q4- Não se aplica Q5- Não se aplica Q6- A matéria trata do fim da manifestação por pessoas atingidas pelo empreendimento tratando o impacto social pelo ponto de vista de fontes ligadas ao movimento indígena e de comunidades tradicionais, intercalando posicionamento do Ceste e da PM do Maranhão, construindo uma narrativa	Enquadramento noticioso - Episódico

	estado, contudo alertam para a geração de energia por meio de hidrelétrica não representa ganhos aos indígenas e comunidades locais e tradicionais Q3- Não se aplica	declaratória do que cada frente tem a dizer.	
23	Q1- Não se aplica Q2- A matéria cede espaço ao representante ligado às pessoas atingidas pelo empreendimento a qual visualiza o órgão ambiental como um agente contrário aos anseios da comunidade atingida, bem como do meio ambiente. Em contrapartida, a reportagem dá voz ao representante do Ibama cujo discurso prega a continuidade do empreendimento e trata a ação das pessoas atingidas como um atraso ao desenvolvimento da Hidrelétrica, e não como uma reivindicação de direitos cidadãos. Q3- Não se aplica	Q4- Não se aplica Q5- Não se aplica Q6- A construção narrativa trata de um embate entre lideranças indígenas e frentes políticas sobre a reivindicação dos atingidos pela UHEE após o pedido do fim da revogação da licença ambiental da Usina. A matéria aborda o assunto de maneira declaratória sem explorar as nuances das falas dos envolvidos.	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)
29	Q1- O jornal dá voz ao advogado que aborda o impacto ambiental evidenciado pela não construção de eclusas pelo empreendimento ao mesmo tempo que se faz a Usina. Q2- Não se aplica Q3- A matéria cede espaço ao advogado e ao prefeito de Lajeado na qual destacam o impacto econômico gerado pela Usinas nas contas dos municípios	Q4- Sim, eles são explicados ao público leigo Q5- Sim, a abordar a questão ambiental a questões políticas e econômicas. Q6- Pelas fontes presentes e a multidisciplinaridade trazida, a construção narrativa trata do conflito judicial relacionado a não obra da eclusa e o impacto ambiental decorrente	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)

	atingidos e relacionam este impacto a não construção da eclusa concomitantemente às obras da UHEE.	disso, como a inavegabilidade no rio, visualizando, entretanto, da perda de capital que isso trará aos cofre municipais atingidos pelo empreendimento. A reportagem interliga o impacto ambiental à questões políticas, uma vez que aborda as diretrizes da legislação ambiental que dispõe sobre a construção de UHs.	
30	<p>Q1- O impacto ambiental é mencionado nas falas de vozes indígenas que indagam a falta de esclarecimento por parte do empreendimento com pessoas atingidas. O impacto ambiental também é citado pela subprocuradora de justiça que cita erros no EIA Rima feito pelo Consórcio e pela “vista grossa” por parte do Ibama em relação a estes erros, evidenciando a necessidade de suspensão da construção da Usina ou o reparo dos erros.</p> <p>Q2- O impacto social é mencionado por um ribeirinho que cita a falta de benefícios aos atingidos, no que tange a pesca, comércio e navegação pelo Rio Tocantins.</p> <p>Q3- Não se aplica</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados.</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- A matéria trata do embate entre comunidades ribeirinhas e o parecer da justiça quanto aos impactos ambientais e sociais da UHEE ao trazer à tona a mudança no texto erros presentes no estudo de impacto ambiental, sem aprofundar-se neles, apoiando-se unicamente na fala da subprocuradora.</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)
31	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- Ao tratar do impacto ambiental, o jornal apenas trata da</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos que são explicados</p> <p>Q5- Não se aplica</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)

	<p>surpresa do representado de uma organização de reivindicações de indígenas afetados pelo empreendimento quanto a decisão da justiça com autorização do início das obras da UHEE.</p> <p>Q3- Não se aplica</p>	<p>Q6- A reportagem conduz a narração elencando as decisões e argumentações judiciais sobre a concretização da UHEE. Além disso, do impacto que a usina causará socialmente e ambientalmente, mas não traz detalhes destes impactos, ou ao menos cita o que diz o EIA-Rima feito pelo Consórcio Ceste-Energisa.</p>	
35	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- A reportagem trata do impacto social na voz de representante de organização que defende as comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento, com um fala cujo o tom apenas reforça o alvoroço do bloqueio da obras, com previsão de chegada de mais manifestantes, sem que seja explorada em sua fala detalhes do que eles reivindicam e porque.</p> <p>Q3- Não se aplica</p>	<p>Q4- Não se aplica</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- O acontecimento aqui é guiado exclusivamente pelo ato de bloqueio dos manifestantes da entrada da UHEE, dando pouca noção do que eles reivindicam, estando citados apenas no final da matéria, em formato de tópicos. A reportagem cede bastante espaço à assessoria de comunicação do Consórcio responsável pela construção da usina, a qual reforça o ato de busca das pessoas atingidas pelos seus direitos e esclarecimentos como uma ação que retarda o processo de concretização do empreendimento. No posicionamento da Ascom, é alegado que partes dos manifestantes não serão atingidos, estando ali apenas para tumultuar, algo que é replicado pelo jornal, sem uma devida</p>	<p>Enquadramento noticioso - Episódio (Específico)</p>

		verificação ou contestação do que é mencionado pela ascom.	
36	<p>Q1- O impacto ambiental na matéria comporta-se na fala de uma fonte do judiciário, que contesta a urgência na ação movida da prefeitura por parte do capital do ISS referente à Usina ao expor que a urgência maior está no esclarecimento dos erros presentes no EIA-Rima da UHEE, que ausentam de uma explicação clara acerca dos desvio dos rios.</p> <p>Q2- Não se aplica</p> <p>Q3- O impacto econômico é visualizado pelo advogado da prefeitura, que trata do impacto na estrutura comercial e financeira do município tanto pela ferrovia norte-sul, como pela Usina, destacando a necessidade de Aguiarnópolis receber parte do capital advindo do ISS da construção da Usina.</p>	<p>Q4- Sim, há termos, mas eles não são explicados</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- A condução narrativa da matéria foca na reivindicação de Aguiarnópolis pelo acesso ao capital do ISS da Usina, sustentado na fala do advogado da Prefeitura. O texto também trata do entendimento conflitante de uma magistrado acerca da urgência na reivindicação do Poder Público Municipal, a qual dá ênfase a outras prioridades ligadas ao esclarecimento de erros no EIA-Rimas. Por fim, a matéria cede espaço ao presidente do Ceste, a qual rebate as acusações.</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)
38	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- O impacto social da Usina aqui é abordado na fala do representante de organização de comunidade indígenas e demais povos atingidos pela Usina, a qual trata da luta dos povos pelas reivindicações de seus direitos e traz um</p>	<p>Q4- Não se aplica</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- O discurso jornalística da matéria preza por um enquadramento negativo da reivindicações de pessoas atingidas pelo empreendimento, logo no início ao evidenciar que o bloqueio do acesso às obras da</p>	Enquadramento Noticioso - Episódio (Específico)

	<p>relato de violência partido de membros ligados a UHEE. Além disso, a fonte reforça a falta de participação dos representantes do Consórcio ceste nas reuniões e audiências que buscam dialogar sobre soluções para os problemas advindos da construção.</p> <p>Q3- Não se aplica</p>	<p>Usina impedem a entrada de trabalhadores e consequentemente retardam o avanço da construção da UHEE. Os objetivos dos protestos são apenas citados brevemente sem um aprofundamento. No texto, há uma conotação de atraso ao desenvolvimento da Usinas partido pelos protestos de manifestantes e há um reforço, no espaço cedido ao pronunciamento do Ceste, de ações que mitiguem a luta do direito de pessoas atingidas, citando o repúdio de empresários e pessoas a favor do empreendimento aos grupos sociais.</p>	
39	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- O impacto social reside nas afirmações de um representante do MAB e do major da PM do Maranhão que ambos negam episódios de tensão entre manifestantes e autoridades policiais em decorrência das reivindicações dos atingidos.</p> <p>Q3-</p>	<p>Q4- Não se aplica</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- O fato é discutido na declaração de fontes de um representante dos atingidos pela UHEE e de um major da polícia em que ambos negam tensões nas ações e protestos contra a continuidade das obras da UHEE. Contudo, a narrativa presa por citar diretamente apenas a fala do major, conotando a negação de tensões somente a autoridade e enquadrando negativamente os protestos. No texto, ao final, em formato de nota e tópico, o jornal</p>	<p>Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)</p>

		volta a citar o impacto econômico da Usina, com a geração de emprego, energia e valor do orçamento de construção, e cita brevemente a área que será alagada, sem dar uma ideia de dimensão dos espaços ou detalhes a fauna e flora local, bem como a realocação de pessoas.	
40	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- O impacto social é tratado na fala do representante do MAB, que questiona a decisão de indeferir a manutenção de posse da área ocupada pelo manifestantes e destaca a não competência do juiz para a tomada de decisão, e na fala do juiz que rebate as acusações, que culmina no não acatamento do pedido.</p> <p>Q3- Não se aplica</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- O acontecimento aqui é narrativo, perceptivelmente por uma linguagem jurídica sem uma devida translação, a qual explana ao público leigo e deixe claro o que decisão do juiz significa. O texto também não faz um resgate das raízes desses problemas de maneira aprofundando, apenas citando, o que conota um enquadramento negativo da ação dos manifestantes que reivindicam direitos.</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)
42	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- O impacto social tratado é carregado na fala do representante do MAB que aborda os resultados das manifestações em frente a entrada do canteiro de obras da Usina como forma de reivindicar a criação do foro que objetiva discutir os impactos no modo de vida da população atingida</p>	<p>Q4- Não se aplica</p> <p>Q5- Sim, aborda a questão ambiental ligada à política</p> <p>Q6- A matéria dá ênfase aos resultados dos protestos das pessoas afetadas pelo empreendimento que resultou na criação do foro, mas sem um aprofundamento e detalhamento de todo o percurso até a data, trazendo a trajetória.</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)

	<p>pelo empreendimento e reforça a necessidade e compromisso do Consórcio Ceste em participar dos debates.</p> <p>Q3- Não se aplica</p>		
43	<p>Q1- O impacto ambiental é abordado no que confere a construção de eclusas por parte do Consórcio Ceste ancorado na fala do advogado do CEI-Lago que trata do ato de recorrer da justiça federal quanto a suspensão das obras da Usina.</p> <p>Q2- Não se aplica</p> <p>Q3- Não se aplica</p>	<p>Q4- Não se aplica</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- O acontecimento aqui é visualizado pela ótica factual sem um detalhamento de raízes históricas que desencadearam a decisão do juiz.</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)
45	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- O tratamento do impacto social na matéria se dá na divergência entre a procurador da justiça e do representante do MAB, que, em síntese, parecem lamentar a decisão da não criação do foro de negociações, evidenciando as reivindicações do atingidos pela UHEE e a importância de ser este foro, e na contramão, o impacto social é abordado na fala da representante do consórcio que se opõe a criação justificando que o ceste não tem a pretensão de negociar e sim prestar esclarecimento.</p> <p>Q3- Não se aplica</p>	<p>Q4- Não se aplica</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- A construção narrativa se dá pelo conflito decorrente da decisão do Ibama e do Consórcio Ceste em não criar o foro de negociações e o posicionamento contrário a esta decisão, partido de um representante da justiça e de atingidos pela UHEE. O texto se porta sobre a leitura de falas e declarações das fontes, sem aprofundar-se em problemas anteriores ou estabelecendo as raízes deste empecilho, ou como também isso de fato impacta tanto para os atingidos.</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)
47	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- Não se aplica</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico

	Q3- Não se aplica	<p>não são explicados</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- O acontecimento narra a decisão da justiça de anular da LI da UHEE em uma linguagem portada sobre o juridiquês e o uso de termos ambientais acerca da construção de usinas sem uma tradução ao público leigo. A matéria trata a decisão da justiça complementando o impacto que isso causará no prosseguimento na finalização do empreendimento, e deixa em segundo plano em aprofundar-se nas questões da decisão da justiça, por exemplo, porque o empreendimento precisa complementar o EIA-Rima</p>	(Específico)
48	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- Os problemas sociais oriundos da construção da UHEE pesam sobre a fala de um atingido pela barragem, que relata a demora de respostas do Consórcio em relação às reivindicações feitas pelas comunidades afetadas, na fala de um representante do MAB, que explica sobre o que se eles consideram pessoas atingidas e o comprometimento do movimento em lutar pelos direitos destas pessoas, e na fala de um gerente do</p>	<p>Q4- Não se aplica</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- O acontecimento aqui é logo no início visualizado por um tom negativo, ao evidenciar as táticas usadas pelos manifestantes na luta pelas reivindicações feitas, a construção narrativa não faz um resgate histórico para tratar dos problemas dos realocados e atingidos pela barragem e não aprofunda em relatos da alteração no modo de vida destas pessoas.</p>	

	<p>Consórcio, que afirma que 94% das indenizações previstas em lei foram pagas aos que devem ser ressarcidos.</p> <p>Q3- Não se aplica</p>		
49	<p>Q1- Não se aplica Q2- Não se aplica Q3- O impacto econômico é visto na fala do presidente Lula que compreende a Usina como um avanço no desenvolvimento econômico do país e reforça a ideia de progresso na região e aos moradores que ali residem e aos que pretendem residir. O mandatário ainda atribui a construção da Usina e o impacto econômico que ela representa a Dilma Rousseff, que naquele momento batalhou pela mudança na política energética do país.</p>	<p>Q4- Não se aplica Q5- Não se aplica Q6- O discurso jornalístico preza por enquadrar a construção da UHEE como algo que remeta ao progresso e desenvolvimento econômico do país e da região, algo que se sustenta na fala do presidente, apoiando-se também em questões relacionados ao total de investimento feito, ao quanto de produção de energia, em Watts, que será feito. Somente ao final, em paragrafo, a matéria cita os conflitos sociais oriundos da construção da Usina narrado exclusivamente por informações da assessoria de comunicação do Ceste e de um posicionamento do presidente do Consórcio, sem trazer as questões judiciais, ambientais de maneira sistemática, multidisciplinar e um resgate histórico dos problemas e suas raízes.</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)
51	<p>Q1- Não se aplica Q2- A reportagem trata do impacto social por meio do relato de</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados Q5- Não se aplica</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)

	<p>duas pessoas afetadas pelo empreendimento, sendo um caminhoneiro, que detalha o empecilho criado pelo afundamento do aterro da Usina no exercício de sua profissão, e de um funcionário público, que detalha o risco criado pelo problema na pista uma vez que veículos e pedestre usam o mesmo espaço e aumenta a chance de acidentes.</p> <p>Q3- Não se aplica</p>	<p>Q6- O acontecimento do afundamento do aterro é pontuado na matéria como um problema social, cedendo espaço a duas fontes que são afetadas no seu modo de vida pelo problema causado. O texto, porém, não investiga, o que levou tal fato a acontecer, nem que providências deveriam ser tomadas, deixando no final apenas espaço para que a assessoria do Consórcio se manifestasse.</p>	
52	<p>Q1- O impacto ambiental é trazido na reportagem na fala do deputado federal Dutra a qual enfatiza os empecilhos criados na fauna e flora local pela criação do lago da barragem no município de Filadélfia, a exemplo da biomassa que apodrece em trechos do rio e dificulta a respiração dos peixes, citando também a incompetência do ceste.</p> <p>Q2- A reportagem trata do impacto social mediado pela fala do deputado Dutra que destaca os empecilhos criados pela construção da Usina no modo de vida das pessoas, em especial os pescadores.</p> <p>Q3- Não se aplica</p>	<p>Q4- Sim, há termos específicos, mas eles não são explicados.</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- O acontecimento é tratado na matéria de maneira rasa, sem a explicação de termos específicos da área e ao menos a interligação das denúncias feitas pelo deputado à questões da legislação ambiental brasileira. a construção narrativa aqui é sustentada nas falas das fontes, tornando-se um matéria declaratória.</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)
56	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- Não se aplica</p> <p>Q3- Não se aplica</p>	<p>Q4- Não se aplica</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- A matéria trata da participação da então</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)

		<p>presidente Dilma na inauguração da Usina, despontando ao longo do texto os benefícios econômicos gerados pela UHEE, ao tratar da geração de energia e quantidade de pessoas que terão acesso ao serviço, bem como a quantidade de emprego gerado. A matéria traz um resgate histórico, em linha do tempo, sobre a construção da usina, mas não cita em espaço algum os problemas sociais e ambientais ocasionados pelo empreendimento.</p>	
57	<p>Q1- Não se aplica Q2- Não se aplica Q3- Não se aplica</p>	<p>Q4- Não se aplica Q5- Não se aplica Q6- O discurso da matéria dá ênfase a inauguração da UHEE com a presença da presidente Dilma e demais autoridades. No texto, a narrativa presa pelos impactos econômicos gerados pela usina, reforçando mais uma vez a quantidade de empregos gerados, o investimento feito no empreendimento como parte do Programa de Aceleração do Crescimento. O acontecimento é enquadrado por um viés de progresso e desenvolvimento, sem menções, ou devido aprofundamento, dos impactos sociais e ambientais decorrentes da construção do empreendimento. No final, há uma ficha</p>	<p>Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)</p>

		técnica de dados da UHEE, em que nem mesmo conta ou se aprofunda sobre as pessoas realocadas e as áreas inundadas, apenas informações técnicas, sem uma devida explicação.	
58	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- Não se aplica</p> <p>Q3- O impacto econômico na matéria é vislumbrado na fala de autoridades do governo, entre elas da presidente que anuncia investimento no setor energético com foco em hidrelétricas, e na fala do governador do Tocantins, que destaca a importância da UHEE para o estado e cobra da mandatária a duplicação da BR-153, que em suas palavras, viabiliza o desenvolvimento e o progresso econômico do estado.</p>	<p>Q4- Não se aplica</p> <p>Q5- Não se aplica</p> <p>Q6- O acontecimento é narrado a partir da fala da presidente e demais declarações de autoridades, que reforçam o empreendimento como um sinal de progresso e desenvolvimento tanto do país como regional. A UHEE e seu processo de construção é enquadrado pelo viés econômico a qual reforça a quantidade de emprego gerado direto e indiretamente, o potencial energético e as pessoas que serão atendidas pela Usina. Ao final, a matéria traz os municípios que a UHEE abarca, sem mencionar o realocamento de pessoas, a mudança no modo de vida e os impactos ocasionados pelo empreendimento.</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)
61	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- Não se aplica</p> <p>Q3- A narrativa jornalística trata do impacto econômico da UHEE, por meio da compensação financeira aos municípios atingidos gerados pelo empreendimento,</p>	<p>Q1- Não se aplica</p> <p>Q2- Não se aplica</p> <p>Q3- O tratamento jornalístico aqui presente aborda a compensação financeira gerada pela Usina e repassada aos municípios, enquadramento o empreendimento como</p>	Enquadramento Noticioso - Episódico (Específico)

	<p>representado na voz de fontes oficiais, dois prefeitos de municípios atingidos, que explicam de que maneira o dinheiro repassado as cidade estão sendo gastos, bem como em áreas do poder públicos eles estão sendo destinados.</p>	<p>importante para o setor público e para o desenvolvimento da região. Não há menções às indenizações aos realocados ou gastos do Ceste com ações que visem tratar dos impactos ambientais causados pela UHEE.</p>	
--	--	--	--

Economia Palmas, terça-feira, 16 de julho de 2002

Ibama faz audiências para discutir Estreito

Agenda faz parte do processo de licenciamento da obra e começa hoje no TO por Babauçândia

GRACIEMA DE OLIVEIRA

O Ibama dará início hoje a uma agenda de audiências públicas no Estado para discutir justiça ambiental e o meio ambiente. A primeira audiência pública será em Babauçândia, no município de Aguaranópolis, no Estado de Mato Grosso do Sul.

As audiências públicas são uma etapa do processo de licenciamento. No decorrer da agenda, serão apresentadas as condições de licenciamento ambiental (CLA/RMA) com os projetos de programas que deverão ser implantados visando a redução dos impactos ambientais. Além de representantes do Ibama e da comunidade envolvida, deverão participar também representantes do Ministério Público Federal (MPF), Armatado, a qualificação será em Filadélfia. Na quinta, o evento acontecerá em Lacerdópolis e na sexta, em Aguaranópolis. A primeira audiência ocorrerá também no município de Carandá.

Segundo informações do Núcleo de Licenciamento do Ibama, a partir dessas audiências públicas deverá ser emitida a licença prévia. Nessa sequência, então, o empreendedor deverá detalhar o Projeto Básico Ambiental (PBA) para serem apresentados em novas audiências públicas que deverão acontecer a longo prazo.

DADOS
A estimativa é de que o projeto, chamado de Itaipu Estreito (I2) pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), terá um investimento de R\$ 1,2 bilhão até dezembro de 2008. A hidrelétrica Estreito terá 1.087 MW de potência, podendo atender a uma população de 7,8 milhões de habitantes. O empreendimento será construído pelo consórcio Estreito Energia. Este formado pela Alcoa Aluminio S/A, Camargo Coroa, Energisa Ltda., EPE Biotério Metais S/A, Companhia Vale do Rio Doce - Tróvão Engenharia (América Ltda.). Durante os 25 anos de existência, serão empregados 85,1 milhões de horas, referentes à Compensação pelo Uso da Terra e pelo Recurso Hídrico. O valor será pago aos municípios e aos dois Estados que abrangem a nova usina, em razão do deslocamento de áreas, a União.

PROF/ANACRAL
O consórcio Estreito Energia hoje está em processo de apresentação o cronograma de obras detalhado da usina. O projeto será executado em duas etapas, entre os municípios de Petrópolis e São Salvador. O evento acontece às 8 horas, no município de Babauçândia.

Audiências públicas

Município	Data	Horário
Babauçândia	16/07	14 horas
Carandá	17/07	14 horas
Lacerdópolis	18/07	14 horas
Aguaranópolis	19/07	14 horas

Expobrasil terá leilão Girolando

MARCO GARCIA DE CARVALHO

Cerca de R\$ 120 mil deverão ser arrecadados hoje durante o 1º Leilão de Gênesis, realizado em uma comercialização.



Anexo 04

ECONOMIA

Audiências públicas da UHE de Estreito começam este mês

USINA A PRECISÃO QUE APROXIMAREMOS EM JUNHO DESTA ANO E ATE SETEMBRO DE 2008 A PRIMEIRA TORREDA ESTÁ CONSTRUINDO

As audiências públicas para o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito começam hoje em Babauçândia, no município de Aguaranópolis, no Estado de Mato Grosso do Sul. O evento é organizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama).

As audiências públicas são uma etapa do processo de licenciamento. No decorrer da agenda, serão apresentadas as condições de licenciamento ambiental (CLA/RMA) com os projetos de programas que deverão ser implantados visando a redução dos impactos ambientais. Além de representantes do Ibama e da comunidade envolvida, deverão participar também representantes do Ministério Público Federal (MPF), Armatado, a qualificação será em Filadélfia. Na quinta, o evento acontecerá em Lacerdópolis e na sexta, em Aguaranópolis. A primeira audiência ocorrerá também no município de Carandá.

Segundo informações do Núcleo de Licenciamento do Ibama, a partir dessas audiências públicas deverá ser emitida a licença prévia. Nessa sequência, então, o empreendedor deverá detalhar o Projeto Básico Ambiental (PBA) para serem apresentados em novas audiências públicas que deverão acontecer a longo prazo.

DADOS
A estimativa é de que o projeto, chamado de Itaipu Estreito (I2) pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), terá um investimento de R\$ 1,2 bilhão até dezembro de 2008. A hidrelétrica Estreito terá 1.087 MW de potência, podendo atender a uma população de 7,8 milhões de habitantes. O empreendimento será construído pelo consórcio Estreito Energia. Este formado pela Alcoa Aluminio S/A, Camargo Coroa, Energisa Ltda., EPE Biotério Metais S/A, Companhia Vale do Rio Doce - Tróvão Engenharia (América Ltda.). Durante os 25 anos de existência, serão empregados 85,1 milhões de horas, referentes à Compensação pelo Uso da Terra e pelo Recurso Hídrico. O valor será pago aos municípios e aos dois Estados que abrangem a nova usina, em razão do deslocamento de áreas, a União.

PROF/ANACRAL
O consórcio Estreito Energia hoje está em processo de apresentação o cronograma de obras detalhado da usina. O projeto será executado em duas etapas, entre os municípios de Petrópolis e São Salvador. O evento acontece às 8 horas, no município de Babauçândia.

Audiências públicas

Município	Data	Horário
Babauçândia	16/07	14 horas
Carandá	17/07	14 horas
Lacerdópolis	18/07	14 horas
Aguaranópolis	19/07	14 horas

Anexo 05

EM PESQUISA

Índice de preços

USINA Audiências para UHE de Estreito

COMÉRCIO Aciara para eleições

JOSÉLITA MATOS
Araguaína - Correspondente

A Associação Industrial de Aciara (Aciara) já se prepara para suas eleições, que ocorrerão no dia 30 de maio. O presidente da entidade, Francisco Nogueira, anunciou uma primeira reunião para a semana passada, com a presença dos membros da diretoria atual e da nova diretoria.

Na reunião, os membros da diretoria atual apresentaram o balanço da gestão e o plano de trabalho para o próximo mandato. A reunião foi realizada em uma sala de reuniões da Associação, com a participação de todos os membros da diretoria atual e da nova diretoria.

Na audiência serão apresentados as propostas da empresa para serem amenizadas os impactos do projeto na região. Além de Estreito, as audiências vão ser realizadas em Aguaranópolis (01/02), na Escola Estadual, em Babauçândia (02/02), na Quadra Comunitária, em Filadélfia (03/02), Colégio Estadual Azevaldo de Oliveira e, encerrando em Carolina (04/02), na Câmara Municipal.

ATO SOLENE

Anexo 06



Anexo 07



Anexo 08



Anexo 12

ECONOMIA

BIT deverá ser prorrogado o Mercosul

ENERGIA ▶ INÍCIO DAS OBRAS É PREVISTO PARA ABRIL DE 2007; GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS PODE CHEGAR A 22 MIL

Liberada instalação da UHE de Estreito

Alcides Matta

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama) concedeu ontem a licença ambiental para o início da construção da Usina Hidrelétrica Estreito, no rio Taquari, no Estado de Mato Grosso do Sul. A obra será iniciada em abril de 2007 e se prevê a geração de 22 mil empregos diretos e indiretos durante a construção e operação da usina.

De acordo com o presidente do Ibama, Ricardo Barros, a licença ambiental para a obra foi concedida após o cumprimento de todas as exigências legais. A obra será iniciada em abril de 2007 e se prevê a geração de 22 mil empregos diretos e indiretos durante a construção e operação da usina.

A obra será iniciada em abril de 2007 e se prevê a geração de 22 mil empregos diretos e indiretos durante a construção e operação da usina.

Dados Técnicos

A obra será iniciada em abril de 2007 e se prevê a geração de 22 mil empregos diretos e indiretos durante a construção e operação da usina.

Anexo 13

8 GERAL

Prós dois homens com dinamite

Recém-nascido é encontrado morto em SP

Helicóptero

ENERGIA ▶ DURANTE O PICO DE TRABALHO NO EMPREENDIMENTO DEVERÃO SER GERADOS 20 MIL EMPREGOS; USINA TEM CUSTO DE R\$ 3 BI

Obras no canteiro da UHE Estreito começam amanhã

Alcides Matta

As obras de construção da Usina Hidrelétrica Estreito, no rio Taquari, no Estado de Mato Grosso do Sul, começam amanhã (10). A obra será iniciada em abril de 2007 e se prevê a geração de 22 mil empregos diretos e indiretos durante a construção e operação da usina.

A obra será iniciada em abril de 2007 e se prevê a geração de 22 mil empregos diretos e indiretos durante a construção e operação da usina.

A obra será iniciada em abril de 2007 e se prevê a geração de 22 mil empregos diretos e indiretos durante a construção e operação da usina.

Anexo 14

Três municípios vão dividir a arrecadação

JOÃO GÓVIA

Diferencial de outros empreendimentos que são executados quando há divisões de estados, em que as empresas têm de dividir para receber os impostos para a obra, a usina de Estreito não será dividida em três, ao contrário do que se esperava, pois não se beneficiará com os impostos.

De acordo com o presidente do Ibama, Ricardo Barros, a licença ambiental para a obra foi concedida após o cumprimento de todas as exigências legais. A obra será iniciada em abril de 2007 e se prevê a geração de 22 mil empregos diretos e indiretos durante a construção e operação da usina.

De acordo com o presidente do Ibama, Ricardo Barros, a licença ambiental para a obra foi concedida após o cumprimento de todas as exigências legais. A obra será iniciada em abril de 2007 e se prevê a geração de 22 mil empregos diretos e indiretos durante a construção e operação da usina.

Anexo 18

PROTESTO

Índios bloqueiam BR contra obra de usina

ADRIANO FONSECA
Especial para o Jornal do Tocantins

Cerca de 500 pessoas, a maioria índios das etnias Krahô, Apinajé, Gavião, Krikati, Xerente, Karajá-Xambixá e Krahô-Kanola, bloquearam ontem, por volta das 9 horas, a ponte Juscelino Kubitschek, que divide o Tocantins e o Maranhão, entre as cidades de Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA). O protesto, que começou de madrugada, em frente ao canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), que fica às margens da BR-010, em Estreito, reivindicava o embargo do empreendimento.

No início da noite de ontem o procurador da República do Maranhão, Pedro Henrique Castelo Branco, se reuniu com as lideranças do movimento para tentar acabar com o impasse. Mais cedo, policiais rodoviários federais também tentaram convencer os indígenas a liberar a BR-225, onde passa a ponte. O trânsito foi liberado em seguida, e os manifestantes montaram acampamento em frente ao canteiro de obras da UHE.

Pintados para guerra, os índios exigiam a presença dos procuradores do Ministério Público Federal (MPF) dos dois estados e do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Augusto Freitas

tes, com poder de decisão, do Ministério das Minas e Energia, do Itama e do Consórcio Estreito Energia (CESTE). De acordo com a cacique Sheila Apinajé, os índios querem que seja interrompida a obra, porque algumas aldeias poderiam desaparecer com o impacto ambiental. A hidrelétrica que está sendo construída integra um conjunto de 80 usinas na bacia Araguaia-Tocantins, na faixa conhecida como corredor multimodal (rodovia, ferrovia e hidrovía). O empreendimento hidrelétrico formará um lago de 555 quilômetros quadrados de superfície, com 400 quilômetros quadrados de terras inundadas. Doze municípios serão atingidos, sendo dez no Tocantins.

RESPOSTA

Em nota, o consórcio responsável pela construção da hidrelétrica informou que tem feito reuniões com a população indígena, na qual foram apresentados os resultados dos estudos etnoecológicos realizados nas terras indígenas, e que novos encontros devem ocorrer. A nota disse ainda que, como a implantação da UHE Estreito está em sua fase inicial, estão sendo desenvolvidas, até o momento, apenas atividades prévias na área do canteiro de obras, e não foram iniciadas ainda as negociações para a compra de propriedades da área

Anexo 19

ECONOMIA Produção: 14/05/2011

JUSTIÇA ▶ **ÍNDIOS ESTÃO ACAMPADOS EM FRENTE AO CANTEIRO DE OBRAS; DESOBEDIÊNCIA À DECISÃO GERA MULTA DE R\$ 30 MIL**

Licença da Usina de Estreito é suspensa

... a licença para a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) foi suspensa pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. A suspensão ocorreu após o Ministério Público Federal (MPF) apresentar uma ação judicial para garantir o cumprimento de uma decisão que obriga o consórcio responsável pela obra a negociar com as comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento.

... a licença foi suspensa por 90 dias, a partir de 14 de maio. O MPF alega que o consórcio não cumpriu as obrigações estabelecidas na decisão, especialmente no que diz respeito à realização de negociações com as comunidades indígenas e à apresentação de estudos etnoecológicos necessários para a implantação da obra.

... a suspensão da licença impede o início das obras de construção da usina. O consórcio responsável pela obra, formado por Itama, Ceste e Itama Energia, alega que não possui recursos financeiros para arcar com as multas e os custos legais decorrentes da suspensão.

... os indígenas afirmam que a construção da usina ameaça suas terras e modos de vida. Eles exigem a suspensão definitiva do projeto e a presença de autoridades competentes para negociar a compra das terras necessárias para a implantação da obra.

Anexo 22

8

ECONOMIA

Campanha c

Aberta oficial com a presença do governador

Receita apreende 18 mil declarações do IR fraudadas

Quarta-feira, 15 de maio de 2007. São Paulo, SP. Ocorrências em São Paulo, SP. Ocorrências em São Paulo, SP. Ocorrências em São Paulo, SP.

Inflação pelo IGP-M fica em 0,04% em abril

O IGP-M de maio, baseado no índice de preços de consumo, ficou em 0,04% em abril, de acordo com o IBGE. O índice de preços de consumo, baseado no índice de preços de consumo, ficou em 0,04% em abril, de acordo com o IBGE.

Taxa métr juro bar reduziu 0

UHE ESTREITO ► CONSÓRCIO CONSTRUTOR DISSE QUE DEVERÁ RETOMAR OS TRABALHOS, MAS NÃO ESPECIFICOU DATA PARA REINÍCIO

Termina manifestação em frente a canteiro de obras

Após seis dias de manifestação, o Consórcio Indígena que atua no canteiro de obras da usina de Estreito, em frente ao canteiro de obras da usina, que está sendo construído entre Aguiarópolis e Estreito no Paraná. O grupo, que disse não ter sido notificado pela Justiça do Estado, que determinou a dissolução da greve no dia 15 de maio, afirmou que o encerramento da reunião que ocorreu na última terça-feira em Brasília. O Consórcio Indígena, formado por representantes de 18 tribos indígenas, afirmou que não foi notificado pela Justiça do Estado, que determinou a dissolução da greve no dia 15 de maio, afirmou que o encerramento da reunião que ocorreu na última terça-feira em Brasília.

Polícia

O Conselho Indígena Missionário (Cimi), através do coordenador José Barcellos, lamentou a confirmação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de que irá recorrer da decisão da Justiça Federal que suspendeu liminarmente os trabalhos da UHE de Estreito. O Cimi pediu que o órgão res-

Anexo 23

Cimi diz que Ibama declarou guerra contra índios

Araguaína - O Conselho Indígena Missionário (Cimi), através do coordenador José Barcellos, lamentou a confirmação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de que irá recorrer da decisão da Justiça Federal que suspendeu liminarmente os trabalhos da UHE de Estreito. O Cimi pediu que o órgão res-

ponsável pela preservação do meio ambiente, cumpra o seu papel. "O bicho maior, o leão, contra a gente parece que é o Ibama. O órgão (Ibama) declarou guerra contra os indígenas. Isso vai trazer consequências. Foi uma colocação muito infeliz", disse Barcellos.

De acordo com o diretor de Licenciamento do Ibama em Brasília, Luiz Felipe Kunz Júnior, o órgão irá recorrer da decisão, assim que for notificado, porque além de se tratar de uma obrigação, por causa do serviço público, por entender que os relatórios constataram que nenhuma área indígena será afetada. Não há declaração de guerra. Nossa licença está correta, é válida, com a nossa equipe técnica. Não vejo motivo para isso tudo", declarou Kunz Júnior, acrescentando que entende que os povos indígenas não querem que a UHE seja construída. "Mas eles (índios) não tem poder de veto. Eles (índios) não podem responder por uma sociedade inteira", acrescentou. Ainda segundo Kunz Júnior, todos os impactos ambientais com a construção do empreendimento serão monitorados pelo Ibama. (A.F.)

Anexo 24

UHE ESTREITO

Ceste alega falta de segurança na obra

Palmas - O Consórcio Estreito Energia (Ceste) informou ontem, através de nota à imprensa, que não há segurança na área de trabalho da Usina de Estreito. "Por falta de segurança, nenhum escritório da hidrelétrica foi aberto durante a semana", diz a nota, enfatizando que manifestantes (índios, ribeirinhos e membros de ONGs), contrários à construção da Usina estariam intimidando os trabalhadores.

A reportagem entrou em contato com o Batalhão da PM em Imperatriz (MA), responsável pela região, e foi informada de que a PM desconhecia a tensão citada pelo Consórcio (S.L. e

Adriano Fonseca)

Anexo 25

<p>ISMO</p> <p>Projeto de qualificação será lançado hoje</p> <p>Palmas - Preparar professores e escolas públicas e de ensino médio para que eles possam preparar os alunos para o trabalho, com ênfase nas atividades turísticas. Este é o foco principal do projeto <i>Caminhos do Futuro</i>, que será lançado hoje, às 9h, no auditório do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). O projeto foi desenvolvido através de parceria entre o Ministério do Turismo e o Instituto de Acadêmicos de Profissionais (IAP), da Universidade de São Paulo/Academia de Vias de Turismo (USP/AVT). O projeto no Estado será coordenado pela Agência de Desenvolvimento Turístico (Aditur) em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (Seduc). Segundo informações da Aditur, o projeto prevê a qualificação de professores da rede pública das 7ª e 8ª séries do ensino fundamental, das séries do ensino médio e o ensino profissionalizante com material didático-pedagógico elaborado especialmente para o projeto pela USP. Segundo a programação, após o lançamento ocorrerão reuniões de trabalho de sábado. (S.L.)</p>	<p>UHE ESTREITO</p> <p>Faet vai visitar dez municípios impactados</p> <p>Palmas - Com o intuito de esclarecer as populações dos municípios que serão impactados com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito) quanto à organização das comunidades e às respectivas indenizações, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (Faet), vai promover reuniões a partir de hoje, começando por Itapiratins (<i>veja quadro</i>). De acordo com estimativas do Ministério Público Federal (MPF), o número de pessoas impactadas pela obra deverá ultrapassar 20 mil.</p> <p>Ontem, durante visita à Organização <i>Jaime Câmara</i>, o superintendente da Faet, Paulo Sérgio da Rocha, apresentou a nova assessora de comunicação da Federação e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Layala Cardoso. (S.L.)</p>								
<p>Agenda</p> <table border="0"> <tr> <td>Hoje</td> <td>Manhã</td> </tr> <tr> <td>8 horas - Reunião em Itapiratins - Barão</td> <td>13 horas - Reunião em Darcinópolis</td> </tr> <tr> <td>11 horas - Reunião em Itapiratins - Barra do Marão</td> <td>18 horas - Reunião em Palmas</td> </tr> <tr> <td>Alex</td> <td>Fonte: Faet</td> </tr> </table>		Hoje	Manhã	8 horas - Reunião em Itapiratins - Barão	13 horas - Reunião em Darcinópolis	11 horas - Reunião em Itapiratins - Barra do Marão	18 horas - Reunião em Palmas	Alex	Fonte: Faet
Hoje	Manhã								
8 horas - Reunião em Itapiratins - Barão	13 horas - Reunião em Darcinópolis								
11 horas - Reunião em Itapiratins - Barra do Marão	18 horas - Reunião em Palmas								
Alex	Fonte: Faet								

Anexo 26

TECNOLOGICO
ENERGIA
Estima
S

fra-estrutura de ruas, drenagem e aterramento estão melhor estruturados para receber os participantes. "Tivemos um crescimento de mais de 80% em fra-estrutura e o público está sendo as melhorias", pontuou Ilium.

Programação

10h (10 de maio)
9h - Abertura Oficial
LETRAS
AUDITÓRIO I
10h e 11h - Panorama do mercado e cenário da mineração
11h e 12h - Potencial da energia para o Tocantins
12h e 13h - Perspectivas de desenvolvimento do abastecimento
AUDITÓRIO II
10h e 11h - Escalpo para a geração de energia
11h e 12h - Licenciamento ambiental
12h e 13h - Crédito Fundado
13h e 14h - Censo Agropecuario
AUDITÓRIO III
10h e 11h - Resiliência com dados da saúde

ESTREITO
Justiça notifica Ceste sobre ação

JOSELITA MATOS
Araguaína - Correspondente

Depois de quase três semanas que o juiz federal de Imperatriz (MA), Lucas Rosendo Máximo de Araújo, cassou a Licença de Instalação (LI) da Usina de Estreito (UHE), em caráter de liminar, a empresa Consórcio Estreito Energia (Ceste) foi notificada ontem, no canteiro de obras da empresa em Estreito (MA). De acordo com um oficial de Justiça do Fórum de Estreito, a notificação foi realizada na manhã de ontem.

A Justiça Federal emitiu, na última sexta-feira, uma carta precatória com pedido de urgência no envio, para o fórum de Estreito, com o objetivo de notificar a empresa no Maranhão. Caso seguisse os procedimentos normais - notificar a empresa em sua sede que fica no Rio de Janeiro - o procedimento levaria mais tempo. A liminar foi a favor do Conselho Indígena Missionário (Cimi) e da Associação de Desenvolvimento e Preservação dos Rios Araguaia e Tocantins (Adeprato), alegando que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), emitido pelo Ibama, sobre as consequências dos impactos nas comunidades indígenas, seria insatisfatório.

FÓRUM
Ferrovia Nordeste em debate

Araguaína - Correspondente - Discutir o futuro da Ferrovia Nordeste não é apenas bem como a sua operação e futuros investimentos, mas também a possibilidade de parcerias para a construção de novos trechos. Alguns dos temas serão abordados hoje, durante o Fórum da Ferrovia Nordeste no Sistema Transamazônico, a partir das 14 horas, no Rio de Janeiro, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Fieiro), em Araguaína.

Questões como o modelo de licitação para a construção da ferrovia e a possibilidade de parcerias com o setor privado também serão discutidas durante o evento. O moderador de discussões é o presidente da Associação Valec, André Luis de Souza. Além disso, será um dos palestrantes o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Neto, que comentará sobre as perspectivas finais e o planejamento para a inauguração do projeto modal de Araguaína.

Ainda para o próximo dia, que terá a presença do governador do Maranhão, Marcelo Ibanees, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O fórum é organizado pela secretaria estadual de Planejamento (Seplan) em parceria com a Valec, que detém a concessão para a construção e operação

Anexo 27

UHE ESTREITO
Ceste recebe notificação da Justiça

JOSELITA MATOS
Araguaína - Correspondente

O Consórcio Estreito Energia (Ceste) foi notificado, na final da tarde da última sexta-feira, em sua sede, no Rio de Janeiro, pela Justiça Federal. Segundo a assessoria de comunicação da empresa, a notificação foi enviada para a sede da empresa e não para o canteiro de obras, em Estreito (MA), pois no município maranhense não tem nenhum diretor na unidade.

De acordo com a assessoria, na próxima semana, os advogados devem se reunir para definir qual a medida que deverá ser tomada. Mas antecipou que devem entrar com um pedido de agravo de instrumento - no processo, pois a União deve entrar com o pedido de suspensão da liminar que suspendeu a licença de instalação para a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE).

O juiz federal de Imperatriz (MA), Lucas Rosendo Máximo de Araújo, cassou a Licença de Instalação (LI) da Usina de Estreito (UHE), em caráter liminar, há cerca de três semanas. A liminar foi a favor do Conselho Indígena Missionário (Cimi) e da Associação de Desenvolvimento e Preservação dos Rios Araguaia e Tocantins (Adeprato), alegando que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), emitido pelo Ibama, sobre as consequências dos impactos nas comunidades indígenas, seria insatisfatório.

Anexo 28

que ele volte a subir". O ministro avalia também que a situação de regeneração da folha de pagamentos, que está em estado.

UHE ESTREITO
Consórcio entra com recurso contra liminar

Araguaína - Correspondente - O Consórcio Estreito Energia (Ceste), responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito), entrou com agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo pedindo a reformulação da decisão do juiz federal Lucas Rosendo Máximo de Araújo, que suspendeu liminarmente as obras do empreendimento.

De acordo com a assessoria de comunicação do Ceste, no recurso é alegado que a decisão de 1º grau não considera os diversos estudos realizados para a implantação do empreendimento como: Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e suas complementações, Relatório de Impacto Ambiental (Rima), Projeto Básico Ambiental (PBA), além dos Estudos etno-ecológicos realizados nas aldeias indígenas da região por equipes de antropólogos indicados pelos próprios índios.

Ainda segundo a assessoria, as análises realizadas avaliaram todos os possíveis impactos ambientais decorrentes da instalação da hidrelétrica, além de prever medidas de compensação e mitigação.

A implantação do canteiro de obras está suspensa, enquanto não sai uma decisão judicial. (J.M.)

COMUNICAÇÃO
nção - TO, CNPJ 33.262.535/0001-34, unidade Naturama do Tocantins - NATURA-

Morais & Pereira LTDA, CNPJ 07.000.000/0001-01, escritório do Auto Posto Araguaína - TO, torna público que tem

Anexo 29



Anexo 30



Anexo 31

Anexo 37

Reunião discutirá ocupação do canteiro de obras

JOSÉ LUIZ MATOS
Assessoria - Correspondente

Está prevista para hoje, a partir das 15 horas, no Ministério Público Estadual (MP/E) de Imperatriz (MA), uma reunião entre os representantes dos trabalhadores que estão acampados na encimada principal do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito), com o cônego Ilham, Ministério Público Federal, Incra, e do Consórcio Estreito Energia (Ceste).

Segundo um dos coordenadores da CPT, Edmundo Rodrigues, a situação no local está tensa depois que um dos trabalhadores rurais foi atingido por um tiro na noite da última terça-feira. De acordo com Rodrigues, um gerente do Consórcio teria efetuado seis disparos na direção dos manifestantes. Um acerto no rapaz, Gilmar de Jesus Iverson Vale, encaminhou o pedido de reintegração de posse para a Polícia Militar do município,

ontem, para ser cumprido a qualquer momento.

O presidente do Consórcio Estreito Energia, José Renato Ponte, afirmou ontem que não foi notificado da reunião em Imperatriz. A assessoria de imprensa do Ceste informou que aguarda o cumprimento da medida judicial de reintegração de posse para retomar os trabalhos no canteiro de obras. Sobre o incidente, a assessoria informou que "o evento ocorreu fora dos limites do empreendimento, e

supostamente envolveu manifestantes e o ocupante de um veículo que transitava na BR 410".

A Polícia Civil informou que um homem teria sido preso, ontem à tarde, o que poderia estar envolvido no disparo que acertou o trabalhador rural. Mas não informou o nome da pessoa, apenas disse que seria um funcionário da área de segurança de uma das empresas que prestam serviço no local das obras de construção da usina. (Contato 3.2.1)

Anexo 38

ECONOMIA

Acesso à UHE Estreito ainda está bloqueado

APESAR DA DECISÃO JUDICIAL PELA MANUTENÇÃO DA POSSE, MANIFESTANTES CONTINUAM ACAMPADOS EM FRENTE ÀS OBRAS



ANTEL EMPRO

Carab oferece a Toyota inovativos para ir para o Rio

Empresários

SEM EVENTO

rcadas

na Santa

AD

P

S

100

80

60

40

20

0

Anexo 39

Anexo 45



Anexo 46



Anexo 47



Anexo 50

Anexo 52

2 JORNAL DO TRABALHADOR

GERAL

colaboração@jornaldotrabalho.com.br

FINOP VAISE TRANSFORMA EM BANCO PÚBLICO

A 7ª instância do Conselho Superior (FINOP) vai se transformar em Banco Público. O Conselho Superior vai ser substituído por um Conselho de Administração.

BRASIL

TEMPO

PARANÁ 19°C / 27°C
 MATO GROSSO DO SUL 18°C / 27°C
 SÃO PAULO 18°C / 27°C
 RIO DE JANEIRO 18°C / 27°C
 BRASÍLIA 18°C / 27°C

ESTREITO

Ceste é motivo de queixas em Brasília

VÍDEO DENÚNCIA FOI APRESENTADO NOS MINISTÉRIOS DAS MINAS E ENERGIA, DO MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

MORTANDADE

Um vídeo sobre a situação de mortalidade em Brasília foi apresentado nos ministérios das Minas e Energia, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário.

SAIBA MAIS

IMPACTADOS

As ações de fiscalização são realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde e Ministério da Educação.

DADOS

De acordo com o relatório, há um aumento de mortalidade em Brasília, especialmente em crianças e idosos.

DEBATE

O vídeo foi apresentado em uma reunião com representantes dos ministérios mencionados.

OPINIÃO

Alguns especialistas criticam a falta de transparência na divulgação das informações.

COMUNICAÇÃO

O vídeo foi divulgado através de uma página no YouTube.

CONCLUSÃO

O vídeo destaca a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre a situação de mortalidade em Brasília.

Anexo 53

UHE ESTREITO

Desenvolvimento



Operários começam a construir o complexo pesqueiro

Ceste inicia construção de complexo pesqueiro

Palmas - O Complexo Integrado de Processamento, Beneficiamento, Comercialização e Escoamento do Pescado do Tocantins, projeto proposto pelo Consórcio Estreito Energia (Ceste), responsável pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito - que está quase pronta no Rio Tocantins, na divisa do Tocantins com o Maranhão -, começou a ser construído, com o apoio do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

O projeto prevê a criação de portos de desembarque e coleta de pescado, restaurantes-escolas, capacitação profissional, um Centro Experimental de Piscicultura e Produção de Alevinos, dois complexos integrados de escoamento, beneficiamento e comercialização de pescado, no Maranhão e no Tocantins, e cooperativas de pescadores e piscicultores, que deterão a propriedade sobre toda essa estrutura.

Diretor de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Ceste, Dimas Maintinguer conta que parte dessa estrutura começou a ser construída em Carolina e Estreito (MA) e em Babaçulândia, Barra do Ouro, Filadélfia, Itapiratins e Palmeiras do Tocantins, municípios da área de influência direta da UHE Estreito. (Malta Lima, com informações da Assessoria de Comunicação do Ceste).

Anexo 54

Ceste tem até junho para entregar praias

Palmas - Com o enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito, construída no Rio Tocantins, na divisa do Estado com o Maranhão, diversos municípios que tradicionalmente tinham praias temporárias devem receber neste ano as estru-

turas das praias permanentes.

Representantes do Consórcio Estreito Energia (Ceste) - responsável pela obra - participaram de reuniões com os prefeitos e membros das associações de barraqueiros de Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Estrelto (MA),

Filadélfia, Palmeirante e Palmeiras do Tocantins para apresentar os projetos para a temporada 2011. A previsão é de que as obras estejam disponíveis para uso a partir de junho.

Segundo a Assessoria de Comunicação do Ceste, as praias permanentes incluem

em sua estrutura barracas, palco para shows, equipamentos de ginástica, quadras para futebol de areia e vôlei de areia, playground, calçadas, área para estacionamento e banheiros - inclusive para pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção. (P.M.)

Anexo 59

Presidente fala de plano de redução de energia

Estreito - Durante a inauguração da UHE de Estreito (MA), a presidente Dilma Rousseff falou do projeto de governo federal de redução de energia. “Esta usina (de Estreito) será paga com o dinheiro de todos nós, por isso nada mais justo que daqui a alguns anos, quando o custo dessa obra for completamente pago, o governo reduza o valor da energia para a população”, afirmou a presidente.

Dilma reforçou que este compromisso do governo federal já está sendo cumprido. Em setembro deste ano, a presidente anunciou que a partir de janeiro haverá uma redução de 16% no valor da energia elétrica para os consumidores residenciais e 28% para os industriais.

No discurso que fez durante a inauguração da UHE de Estreito, Dilma falou que o governo entende a importância da energia elétrica para o desenvolvimento do país e garantiu que a universalização do atendimento para a população é uma prioridade de seu governo, assim como incentivar projetos de geração de energia. “O país vai continuar a crescer e não conseguiremos crescer sem investir em energia”, esclareceu. (E.A.)

Anexo 60

Governo incentivará pesca através de projeto

Estreito - O Consórcio Estreito Energia (Ceste), responsável pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito, investiu R\$ 600 mil dos R\$ 5 bilhões do orçamento para a construção da usina no desenvolvimento de projetos sociais. Um deles envolve o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), com a geração de renda por meio de um projeto pesqueiro, como explicou o presidente da entidade, Sirineu da Rocha, durante discurso ontem na inauguração da UHE de Estreito.

Diante do discurso do líder do MAB, a presidente Dilma Rousseff adiantou o anúncio, que será oficializado no mês que vem, do lançamento de um projeto de geração de renda desenvolvido pelo Ministério da Pesca. "Será mais ou menos um Pesca Família", falou.

A presidente não chegou a dar muitos detalhes sobre o programa, mas disse que o projeto prevê dar auxílio a pequenos pescadores para incentivar a produção de peixe no país e ampliar o consumo do produto pelas famílias. "Essa é uma forma do país promover o consumo de peixe e ampliar a renda do trabalhador". (E.A.)

Anexo 61

UHE DE ESTREITO
Compensação financeira ultrapassa R\$ 6 milhões no TO
DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2012, NOVE MUNICÍPIOS DO TOCANTINS RECEBERAM R\$ 3,057 MILHÕES E GOVERNO, R\$ 3,078 MILHÕES

DETALHAMENTO

Município	Valor (R\$)
Almas	128.850,00
Alto Paraíso	128.850,00
Alto Rio Negro	128.850,00
Alto Taquari	128.850,00
Alto Taperoá	128.850,00
Alto Tanguá	128.850,00
Alto Turiúba	128.850,00
Alto União	128.850,00
Alto Várzea	128.850,00
Alto Verde	128.850,00
Alto Zé Delfino	128.850,00
Alto Zé Ferreira	128.850,00
Alto Zé Maria	128.850,00
Alto Zé Nogueira	128.850,00
Alto Zé Pereira	128.850,00
Alto Zé Raimundo	128.850,00
Alto Zé Siqueira	128.850,00
Alto Zé Soares	128.850,00
Alto Zé Tavares	128.850,00
Alto Zé Teodoro	128.850,00
Alto Zé Valente	128.850,00
Alto Zé Vinagre	128.850,00
Alto Zé Wanderley	128.850,00
Alto Zé Wanderley Filho	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto	128.850,00
Alto Zé Wanderley Júnior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Filho Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Júnior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Júnior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Júnior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Júnior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Júnior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Júnior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Júnior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Júnior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Júnior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Júnior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Júnior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Júnior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Júnior Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Sênior	128.850,00
Alto Zé Wanderley Neto Sênior	128.850,00